

## MEMÓRIA DESCRITIVA

Por forma a melhor poder enquadrar todo o caminho percorrido pelos oito Municípios envolvidos neste processo de agregação de sistemas de abastecimento de água em baixa que se inicia pela constituição da Empresa Intermunicipal Águas do Interior Norte E.I.M., somos pelo presente a remeter esta breve memória descritiva.

Constituindo desiderato deste documento (de carácter não obrigatório) poder melhor espelhar junto do Tribunal de Contas todos os passos que foram dados desde a decisão embrionária de constituição desta entidade Intermunicipal.

Antes de iniciarmos um pequeno apanhado histórico deste processo de agregação que se consubstancia na constituição da Empresa Intermunicipal Águas do Interior Norte E.I.M. cumpre referir que o abastecimento de água em baixa neste tipo de territórios, territórios de grande dispersão territorial e baixa densidade populacional, é tradicionalmente uma actividade internalizada nos Municípios e (muito) deficitária.

Concretizando, nos oito Municípios integrantes da Empresa Intermunicipal a constituir apenas um deles (Vila Real), tem a sua gestão delegada numa Empresa Municipal (a EMARVR, Água e Resíduos de Vila Real E.M., S.A.) sendo que todos os Municípios remanescentes têm o abastecimento de água a ser gerido pelos seus serviços municipais (e não municipalizados).

Conforme se referiu *supra*, esta actividade nestes territórios é tradicionalmente (muito) deficitária, com níveis de perdas elevadíssimos (em muitos casos acima dos 60%), situação que muito se fica a dever à pouca especialização técnica existente nestes Municípios e, por outro lado, à microescala em que se tem procurado resolver estes problemas.

Sendo que, as atuais exigências impostas pela legislação aplicável e pela Entidade Reguladora do Sector da Água e dos Resíduos ao nível da gestão destes serviços são pautadas por um apertado controlo, impondo a todas as entidades gestoras as mesmas regras e princípios, independentemente da sua dimensão ou tipologia, obrigando os municípios de menor dimensão a práticas de gestão desadequadas à sua estrutura de recursos humanos e materiais.

Sendo frequentes as fiscalizações e auditorias, constituindo os incumprimentos das mesmas decorrentes um peso sancionatório muito pesado para estes Municípios.

Em nossa opinião, é ainda relevante ter em consideração que a actual política do sector apela a constituição destas empresas, quer através de apoio técnico à sua constituição quer privilegiando-as através dos Fundos Comunitários.

Constituindo este processo de agregação de sistemas que culminará na constituição desta Empresa Intermunicipal, não obstante a exploração conjunta deste serviço constituir uma ambição destes territórios já com cerca de 30 anos e pese embora as diferentes sensibilidades políticas nos mesmos existentes, uma verdadeira oportunidade para, encontrando-se todas as vontades políticas perfeitamente alinhadas no sentido de, em conjunto e através da constituição desta Empresa, resolver um problema com décadas: o deficitário abastecimento de água e baba nestes territórios.

Sendo que, aproveitando todas as sinergias técnicas e políticas que este processo de constituição (já gerou e) permitirá gerar, este problema estamos certos que será efectivamente resolvido de forma eficiente, eficaz, sustentável e, acima de tudo de forma a mante-lo economicamente acessível às populações que habitam nos nossos territórios.

É pois com tudo este pano de fundo que na presente data, depois de uma caminhada que julgamos nos permitiu apresentar a V. Exa. uma solução mais sustentável, eficaz e eficiente do que aquela que é a realidade do modelo de abastecimento de água às populações destes territórios de baba densidade populacional que, apresentamos junto do Tribunal de Contas a documentação anexa.

Cumpre então partir para a apresentação desta breve Memória Descritiva dos passos que foram sendo dados ao longo dos últimos anos:

- Em 25 de Maio de 2016 os Municípios da Comunidade Intermunicipal do Douro (CIM Douro), reunidos em Freixo de Espada à Cinta deliberaram promover a gestão conjunta dos serviços de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas a que eventualmente se poderá adicionar a gestão das redes de águas pluviais urbanas, através de entidades empresárias com abrangência Intermunicipal (Empresa Municipal ou Intermunicipal) abrangendo o conjunto dos Municípios a Norte do Douro e outra entidade de igual cariz a Sul do Douro.

- Nesta sequência, os Municípios a Norte do Douro (Freixo da Espada à Cinta, Mesão Frio, Murça, Peso da Régua, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião, Torre de Moncorvo e Vila Real), tendo em vista aproveitar as sinergias geradas pelo seu actual corpo técnico, decidiram delegar na estrutura técnica da EMARVR, Água e Resíduos de Vila Real E.M., S.A. a condução técnica de todo este processo de constituição bem como, a realização de todos os estudos tendentes à materialização do mesmo.
- Nesta sequência, partindo dos estudos pelas Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A., actualmente Águas do Norte, S.A sobre constituição de uma parceria intermunicipal, de um estudo elaborado pela própria Entidade Reguladora do Sector da Água e dos Resíduos (através da consultoria do Professor Poças Martins) e de um outro estudo elaborado pelo Eng.º Nuno Cardoso, demos início a todo o trabalho técnico necessário a elaboração de todo o pacote de documentação tendente à constituição desta Empresa Intermunicipal. Cumpre somente sobre estes trabalhos referir que, todos eles, quala apontam inequivocamente para o facto de a agregação de gestão dos referidos sistemas proporcionar a criação de economias de escala, garantindo uma maior eficiência e eficácia na sua gestão;
- No último trimestre de 2016 foi possível apresentar aos oito Municípios o pacote de documentação tendente à constituição desta Empresa Intermunicipal. Tendo todos os órgãos autárquicos de cada um destes Municípios deliberado favoravelmente relativamente à constituição da Águas do Interior Norte E.I.M., S.A. e à respectiva integração do seu sistema de abastecimento de água em banca nesta nova entidade intermunicipal agregadora.
- Após a recolha de todas as *supra* mencionadas deliberações foi todo o pacote de documentação tendente à constituição desta Empresa Intermunicipal remetido para a Entidade Reguladora do Sector da Água e dos Resíduos para parecer em 15.02.2017;
- Em 01.03.2017, a Entidade Reguladora do Sector da Água e dos Resíduos solicitou, antes da emissão do seu Parecer, que lhe pudessem ser remetidos mais (novos) elementos.

- Tratando-se de elementos que necessitavam da colaboração activa por parte dos Municípios envolvidos e, encontrando-se os mesmos em ano de eleições autárquicas, somente em 17.07.2018 é que foi possível carrear para a Entidade Reguladora do Sector da Água e dos Resíduos um novo pacote de documentação que integresse os elementos por esta entidade solicitados.
- Mas não se pense que durante este ano os trabalhos e estudos preparatórios tendo em vista a constituição desta Empresa Intermunicipal estiveram parados. Este período de alguma natural letargia por parte dos Municípios serviu para que, em conjunto com a E&Y, termos encontrado um modelo jurídico e económico – financeiro que estamos certos permitirá a constituição desta Empresa Intermunicipal e, posteriormente, a fusão da EMARVR, Água e Resíduos de Vila Real E.M., S.A. com essa nova Empresa, cumprindo com a legislação em vigor e; acima de tudo, maximizando todos os possíveis ganhos em matéria de sustentabilidade, eficiência e eficácia de curto, médio e longo prazo.
- Cumpre também reforçar, que nesta data foram também remetidas novas deliberações de todos os órgãos autárquicos dos Municípios envolvidos onde, todos eles, nas suas novas composições decorrentes das eleições autárquicas, reiteraram a sua firme intenção de integrarem a Empresa Intermunicipal a constituir.
- A partir desta data, existiu alguma troca de comunicações (telefónica e postal) com a Entidade Reguladora do Sector da Água e dos Resíduos, no sentido de irem sendo fornecidos mais elementos solicitados, tendo todos eles culminado no Parecer que nos foi remetido em 07.12.2018.
- Tendo a Entidade Reguladora do Sector da Água e dos Resíduos dado o seu Parecer favorável, solicitando apenas a revisão das peças que lhe foram submetidas no sentido de incluir e atender às considerações que produziu. Algo que fizemos, tendo disso dado conta ao Regulador e que resultou no pacote de documentação que agora submetemos ao Tribunal de Contas para Fiscalização Prévia.

## MINUTA DE CONSTITUIÇÃO DE SOCIEDADE ANÓNIMA

No dia xx de xxxx de dois mil e dezanove, perante mim, Lic. **Maria José Gonçalves Maximino**, Notária com Cartório Notarial em Vila Real, sito na Rua Dr. Domingos Campos, Lote 12, primeira cave, entrada B, loja 1, compareceram: \_\_\_\_\_

### PRIMEIRO: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **MARIA DO CÉU QUINTAS**, (estado civil), natural da freguesia de xxxxxx, concelho de xxxxx, residente xxxxxxxx, a qual outorga na qualidade de Presidente da Câmara do **MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA**, NIPC 506 884 937, com sede no Edifício dos Paços do Concelho, Praceta do Município, 5180-103 Freixo de Espada à Cinta, com poderes para o acto conforme, certidão da acta de xxxxxx, que apresentou. \_\_\_\_\_

### SEGUNDO: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **ALBERTO MONTEIRO PEREIRA**, (estado civil), natural da freguesia de xxxxxx, concelho de xxxxx, residente xxxxxxxx, o qual outorga na qualidade de Presidente da Câmara do **MUNICÍPIO DE MESÃO FRIO**, NIPC 506 840 328, com sede na Avenida Conselheiro Alpoim, N.º 432, 5040-310 Mesão Frio, com poderes para o acto conforme, certidão da acta de xxxxxx, que apresentou. \_\_\_\_\_

### TERCEIRO: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **MÁRIO ARTUR LOPES**, (estado civil), natural da freguesia de xxxxxx, concelho de xxxxx, residente xxxxxxxx, a qual outorga na qualidade de Presidente da Câmara do **MUNICÍPIO DE MURÇA**, NIPC 506 862 763, com sede na Praça 5 de Outubro, 5090 - 115

Murça, com poderes para o acto conforme, certidão da acta de xxxxxx, que apresentou.

**QUARTO:**

**JOSÉ MANUEL GONÇALVES**, (estado civil), natural da freguesia de xxxxxx, concelho de xxxxx, residente xxxxxxxx, o qual outorga na qualidade de Presidente da Câmara do **MUNICÍPIO DE PESO DA RÉGUA**, NIPC 506 829 260, com sede na Praça do Município, 5054 - 003 Peso da Régua com poderes para o acto conforme, certidão da acta de xxxxxx, que apresentou.

**QUINTO:**

**DOMINGOS MANUEL ALVES CARVAS**, (estado civil), natural da freguesia de xxxxxx, concelho de xxxxx, residente xxxxxxxx, o qual outorga na qualidade de Presidente da Câmara do **MUNICÍPIO DE SABROSA**, NIPC 506 824 942, com sede na Rua do Loreto, 5060 - 328 Sabrosa com poderes para o acto conforme, certidão da acta de xxxxxx, que apresentou.

**SEXTO:**

**LUÍS REGUENGO MACHADO**, (estado civil), natural da freguesia de xxxxxx, concelho de xxxxx, residente xxxxxxxx, o qual outorga na qualidade de Presidente da Câmara do **MUNICÍPIO DE SANTA MARTA DE PENAGUIÃO**, NIPC 506 829 138, com sede na Rua dos Combatentes, 5030 - 477 Santa Marta de Penaguião com poderes para o acto conforme, certidão da acta de xxxxxx, que apresentou.

**SÉTIMO:**

**NUNO JORGE RODRIGUES GONÇALVES**, (estado civil), natural da freguesia de xxxxxx, concelho de xxxxx, residente xxxxxxxx, o qual outorga na qualidade de Presidente da Câmara do



**MUNICÍPIO DE TORRE DE MONCORVO**, NIPC 501 121 536, com sede no Largo Dr. Campos Monteiro, 5160 - 303 Torre de Moncorvo, com poderes para o acto conforme, certidão da acta de xxxxxx, que apresentou. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **OITAVO:** \_\_\_\_\_

**RUI JORGE CORDEIRO GONÇALVES DOS SANTOS**, (estado civil), natural da freguesia de xxxxxx, concelho de xxxxx, residente xxxxxxxx, a qual outorga na qualidade de Presidente da Câmara do **MUNICÍPIO DE VILA REAL**", NIPC 506 359 670, com sede na Avenida Carvalho Araújo, 5000 -657 Vila Real, com poderes para o acto conforme, certidão da acta de xxxxxx, que apresentou. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Verifiquei a identidade dos outorgantes pela exibição dos seus referidos documentos de identificação. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **E DECLARARAM OS OUTORGANTES:** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Que, ao abrigo da Lei nº 50/2012 de 31 de Agosto, os seus representados constituem entre si, uma sociedade comercial anónima nos termos constantes dos artigos seguintes: \_\_\_\_\_

## **CAPÍTULO I**

### **Disposições Gerais**

#### **Artigo 1.º**

##### **(Denominação)**

\_\_\_\_\_ A Sociedade é constituída sob a forma de Sociedade Anónima, adopta a denominação de **Águas do Interior – Norte, E.I.M., S.A.** e durará por tempo indeterminado. \_\_\_\_\_

#### **Artigo 2.º**

##### **(Objecto)**

\_\_\_\_\_ 1. A Sociedade tem por objecto a exploração e gestão de sistemas de abastecimento e distribuição de água para consumo

público e saneamento dos Municípios participantes no seu capital social.

2. A Sociedade prosseguirá o seu objecto, designadamente, através de:

a) Promoção directa ou indirecta da concepção, construção e exploração de unidades integrantes dos sistemas de captação, transporte, tratamento, abastecimento, valorização de águas de consumo público e para recolha, tratamento e rejeição dos respectivos efluentes;

b) Prestação de serviços de gestão, fiscalização e assessoria técnica e administrativa a entidades públicas ou privadas que prossigam, total ou parcialmente, actividade do mesmo ramo.

3. Incluem-se no objecto social da Águas do Interior – Norte, E.M., S.A., nomeadamente, a construção, extensão, reparação, renovação, manutenção e melhoria das obras e equipamentos necessários para o desenvolvimento da actividade prevista no número anterior.

4. A actividade da Águas do Interior – Norte, E.I.M., S.A. será exercida mediante celebração de contrato de gestão delegada com as entidades públicas participantes no capital societário.

5. A Águas do Interior – Norte, E.I.M., S.A. poderá, desde que para o efeito esteja habilitada, exercer outras actividades para além daquelas que constituem o seu objeto, desde que consideradas acessórias ou complementares do mesmo.

### Artigo 3.º

(Sede)

A Sociedade tem a sua sede na Av. Rainha Santa Isabel N.º 1, 5000-434 Vila Real.



## **Artigo 4.º**

### **(Participação)**

\_\_\_\_ Por simples deliberação da Assembleia Geral a Sociedade poderá participar em agrupamentos complementares de Empresas, consórcios e em quaisquer outros agrupamentos, constituídos ou a constituir.

## **Artigo 5.º**

### **(Formas locais de representação)**

\_\_\_\_ 1. A Sociedade manterá uma delegação, de natureza comercial e operacional, na circunscrição territorial em cada um dos municípios que integram o seu capital social.

\_\_\_\_ 2. A criação de sucursais, agências, delegações ou outras formas locais de representação pode ser deliberada pelo Conselho de Administração.

## **CAPÍTULO II**

### **Capital, ações e obrigações**

## **Artigo 6.º**

### **(Capital)**

\_\_\_\_ 1. A Sociedade é de capitais exclusivamente públicos, sendo a totalidade do seu capital detida apenas por entidades públicas, e as suas ações só podem ser adquiridas por ou transmitidas a entidades públicas.

\_\_\_\_ 2. O capital social integralmente realizado é de vinte e sete milhões, cento e quarenta e oito mil, cinquenta euros (realizado em espécie no valor de vinte e seis milhões, setecentos e três mil euros e em dinheiro no valor de quatrocentos e quarenta e cinco mil e cinquenta euros), XXXXXXXXXXXX, representado por vinte e sete milhões, cento e quarenta e oito mil e cinquenta ações nominativas,

com o valor nominal de um euro cada uma, pertencentes aos accionistas nos termos seguintes:

\_\_\_\_\_ **MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA**, novecentas e duas mil e oitocentas acções;

\_\_\_\_\_ **MUNICÍPIO DE MESÃO FRIO**, um milhão vinte e quatro mil e oitocentas acções;

\_\_\_\_\_ **MUNICÍPIO DE MURÇA**, um milhão seiscentos e noventa e quatro mil duzentas e setenta e cinco acções;

\_\_\_\_\_ **MUNICÍPIO DE PESO DA RÉGUA**, quatro milhões quatrocentas e vinte e duas mil e quinhentas acções;

\_\_\_\_\_ **MUNICÍPIO DE SABROSA**, um milhão oitocentas e vinte e cinco mil quatrocentas e vinte e cinco acções;

\_\_\_\_\_ **MUNICÍPIO DE SANTA MARTA DE PENAGUIÃO**, um milhão novecentas e cinquenta e nove mil seiscentas e vinte e cinco acções;

\_\_\_\_\_ **MUNICÍPIO DE TORRE DE MONCORVO**, dois milhões trezentas e cinquenta e seis mil cento e vinte e cinco acções;

\_\_\_\_\_ **MUNICÍPIO DE VILA REAL**, doze milhões novecentas e sessenta e duas mil e quinhentas acções.

#### **Artigo 7.º**

##### **(Aumento de capital)**

\_\_\_\_\_ 1. Os aumentos de capital serão deliberados pela Assembleia-Geral nos termos da Lei.

\_\_\_\_\_ 2. As deliberações previstas no número anterior poderão permitir o diferimento de entradas em dinheiro.

#### **Artigo 8.º**

##### **(Ações)**

\_\_\_\_\_ As ações serão sempre nominativas.

## **Artigo 9.º**

### **(Limites à transmissão de ações)**

- \_\_\_\_\_ 1. As ações só podem ser transmitidas a entidades de natureza pública.
- \_\_\_\_\_ 2. Será ineficaz perante a Sociedade toda a transmissão de ações que não seja realizada com inteira observância do disposto neste artigo.

## **Artigo 10.º**

### **(Amortização de ações)**

- \_\_\_\_\_ 1. A sociedade reserva-se ao direito de proceder á amortização de ações por redução do seu capital social, apenas podendo amortizar ações sem o consentimento do seu titular em caso de arresto, penhora ou qualquer outra providência judicial que retire a ação da disponibilidade do sócio.
- \_\_\_\_\_ 1. A amortização efectua-se por deliberação dos acionistas.
- \_\_\_\_\_ 2. A contrapartida da amortização e a forma de pagamento será determinada por acordo das partes.

## **Artigo 11.º**

### **(Prestações Suplementares)**

- \_\_\_\_\_ 1. Podem ser exigidas aos acionistas (Municípios de Mesão Frio, Murça, Peso da Régua, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião e Torre de Moncorvo) prestações suplementares até ao montante global de sete milhões, setecentos e sessenta e três mil e duzentos euros.
- \_\_\_\_\_ 2. A exigibilidade das prestações suplementares depende de deliberação dos acionistas tomada por unanimidade dos votos emitidos.
- \_\_\_\_\_ 3. A sociedade não poderá, independentemente das prestações serem ou não exigíveis, exonerar os sócios da obrigação de efetuar as

prestações. Estas prestações só poderão ser restituídas aos sócios nos termos do artigo 213.º do Código das Sociedades Comerciais. \_\_\_\_\_

#### **Artigo 12.º**

##### **(Obrigações)**

A Sociedade poderá emitir obrigações de qualquer modalidade.

### **CAPÍTULO III**

#### **Estrutura da Administração e da Fiscalização**

##### **Órgãos da Sociedade**

#### **Artigo 13.º**

##### **(Estrutura da administração e fiscalização)**

A Sociedade adopta a estrutura de Conselho de Administração e Fiscal Único, o qual deve ser revisor oficial de contas ou Sociedade de revisores oficiais de contas.

#### **Artigo 14.º**

##### **(Órgãos Sociais)**

1. São órgãos sociais a Assembleia-geral, o Conselho de Administração e o Fiscal Único.
2. O mandato dos membros dos órgãos sociais será coincidente com o dos titulares dos órgãos autárquicos.
3. Enquanto não se verificar a nomeação de novo membro mantém-se em funções o membro substituído.

#### **Secção I**

##### **Assembleia Geral**

#### **Artigo 15.º**

##### **(Mesa da Assembleia Geral)**

1. A Mesa da Assembleia-geral é constituída por um Presidente e um Secretário, eleitos pela Assembleia-Geral, de entre accionistas ou outras pessoas.

2. É aplicável aos membros da Mesa o disposto nos números dois e três do artigo anterior.

#### **Artigo 16.º**

##### **(Convocatória)**

1. As Assembleias Gerais devem ser convocadas sempre que a Lei e estes Estatutos o determinem ou o Conselho de Administração ou o Fiscal Único entendam como conveniente através de requerimento.

2. O requerimento referido no número anterior deve ser feito por escrito e dirigido ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, indicando com precisão os assuntos a incluir na ordem do dia e justificando a necessidade da reunião da Assembleia.

3. Salvo nos casos especiais previstos na Lei, a convocação das Assembleias Gerais compete ao Presidente da Mesa.

4. A convocatória da Assembleia será efetuada por escrito, de receção comprovada ou, em relação aos acionistas que comuniquem previamente o seu consentimento, por correio eletrónico com recibo de leitura.

5. Entre a expedição dos escritos de receção comprovada ou mensagens de correio eletrónico referidas no número anterior e a data da reunião da Assembleia deve mediar pelo menos um período de vinte e um dias.

#### **Artigo 17.º**

##### **(Reuniões anuais)**

1. A Assembleia Geral reunirá ordinariamente duas vezes por ano, nos meses de Março e Outubro.

2. A Assembleia Geral reunirá extraordinariamente nos termos legalmente previstos.

#### **Artigo 18.º**

### **(Representação de acionistas na Assembleia)**

Os instrumentos de representação voluntária de acionistas deverão ser entregues ao

Presidente da Mesa da Assembleia Geral até à hora marcada para início da reunião.

### **Artigo 19.º**

#### **(Quórum)**

A Assembleia-geral só poderá deliberar em primeira convocatória quando estejam presentes ou representados acionistas que representem pelo menos cinquenta e um por cento do capital social.

### **Artigo 20.º**

#### **(Votos)**

A cada ação corresponde um voto.

### **Artigo 21.º**

#### **(Competências)**

1. A Assembleia Geral é o órgão deliberativo da Empresa, a quem compete, designadamente:

- a. Apreciar e votar até 15 de Outubro de cada ano o orçamento provisional para o ano seguinte;
- b. Apreciar e votar, até 31 de Março de cada ano o relatório do conselho de administração, as contas do exercício e a proposta de aplicação de resultados bem como o parecer do Fiscal Unico, referentes ao ano transato;
- c. Eleger os membros dos órgãos sociais e da Mesa da Assembleia;
- d. Autorizar a alienação de imóveis;
- e. Autorizar a oneração de imóveis de valor igual ou superior a € 100.000,00;



- f. Autorizar a aquisição de imóveis de valor igual ou superior a € 100.000,00;
  - g. Deliberar sobre quaisquer alterações dos estatutos e aumentos de capital;
  - h. Deliberar sobre as remunerações dos membros dos órgãos sociais;
  - i. Deliberar sobre constituição de fundos e reservas;
  - j. Sob proposta do Conselho de Administração, baseada num novo estudo económico, deliberar sobre a alteração de preços e tarifas, sempre que se alterarem significativa e comprovadamente as condições da exploração dos sistemas e as circunstâncias, de modo a exigirem a respetiva alteração em termos diversos dos inicialmente previstos nos estudos de viabilidade e atualização de tarifas em virtude da inflação;
  - k. Aprovar a proposta de regulamento dos serviços e alterações respetivas a submeter à apreciação das entidades públicas delegantes, sob proposta elaborada pelo Conselho de Administração.
2. Carecem de maioria qualificada de votos correspondentes a cinquenta e um por cento do capital social, as deliberações sobre as matérias constantes das alíneas c), d), e), f), h), i), j) e k) do número anterior.
3. As deliberações sobre as matérias constantes da alínea g) do número um deste artigo devem ser aprovadas com os votos correspondentes a dois terços do capital social.

## **Secção II**

### **Conselho de Administração**

#### **Artigo 22.º**

### **(Composição e Designação)**

1. O Conselho de Administração será composto por 3 (três) membros, um Presidente e dois Vogais.
2. Os membros do Conselho de Administração serão obrigatoriamente membros eleitos dos órgãos executivos dos municípios associados, tendo cada município o direito de designar o membro que o representará.
3. O Presidente do Conselho de Administração será designado pela Assembleia-Geral que eleger ou reeleger o Conselho de Administração.

### **Artigo 23.º**

#### **(Funcionamento)**

1. O Conselho de Administração reunir-se-á ordinariamente com a periodicidade mensal e, extraordinariamente, sempre que o seu Presidente o convocar, por sua iniciativa ou a requerimento da maioria dos seus membros.
2. Os membros do Conselho de Administração serão convocados por escrito com a antecedência mínima de cinco dias.
3. A convocatória prevista no número anterior é dispensada se a totalidade dos administradores estiver presente ou representada, caso se trate de reuniões com periodicidade fixa do conhecimento de todos os administradores ou caso se trate de reunião marcada e exarada em ata de reunião anterior à qual todos tenham comparecido.
4. Qualquer administrador pode fazer-se representar numa reunião por outro administrador, mediante carta dirigida ao Presidente, a qual poderá ser enviada por telecópia, válida apenas para uma reunião.
5. Será permitido o voto por correspondência.

6. Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, o Conselho de Administração não poderá deliberar sem que esteja presente ou representada a maioria dos seus membros.

#### **Artigo 24.º**

##### **(Competência do Conselho de Administração)**

O Conselho de Administração terá os poderes de gestão e representação da Empresa que lhe forem cometidos por Lei, pelos presentes Estatutos e pelas deliberações dos detentores de capital social, designadamente:

- a. Nomear o Director Executivo, caso a orgânica da Empresa assim o preveja;
- b. Gerir os negócios sociais e efetivar as operações relativas ao objeto social;
- c. Administrar o seu património;
- d. A aquisição de imóveis de valor inferior a 100.000,00 €;
- e. A oneração de imóveis de valor inferior a 100.000,00 €;
- f. Submeter a autorização da Assembleia-Geral a aquisição de imóveis de valor igual ou superior a 100.000,00 €;
- g. Submeter a autorização da Assembleia-Geral a oneração de imóveis de valor igual ou superior a 100.000,00 €;
- h. Submeter a autorização da Assembleia-Geral a alienação de imóveis;
- i. Celebrar contratos de gestão delegada e outros com entidades públicas ou privadas e elaborar os planos plurianuais de atividade e financiamento de harmonia com as orientações estratégicas fixadas pelos órgãos executivos das entidades públicas participantes;

- j. Propor a regulamentação de uso público dos serviços da Empresa e da protecção das instalações e a definição das respectivas penalidades;
- k. Elaborar e remeter aos detentores de capital, os instrumentos de gestão previsional a submeter à aprovação da Assembleia Geral, até 15 dias antes da data em que a mesma tenha lugar;
- l. Elaborar e remeter aos detentores de capital, os instrumentos de prestação de contas, a submeter à aprovação da Assembleia Geral, até 15 dias antes da data em que a mesma tenha lugar;
- m. Remeter aos detentores do capital os instrumentos de gestão previsional aprovados em Assembleia Geral;
- n. Estabelecer a organização técnica-administrativa da Empresa e as normas do seu funcionamento interno, designadamente em matéria de pessoal e da sua remuneração;
- o. Atualizar preços e tarifas nos termos de contratos de gestão delegada celebrado com as entidades participantes;
- p. Elaborar o estudo económico e submeter a deliberação da Assembleia Geral a matéria constante do disposto na alínea j) do n.º 1 do artigo 20.º destes estatutos;
- q. Elaborar a proposta de regulamento dos serviços e alterações respectivas e submetê-lo à apreciação da Assembleia Geral.

#### **Artigo 25.º**

##### **(Delegação de poderes)**

1. O Conselho de Administração poderá delegar parte dos seus poderes em qualquer um dos seus membros ou no Director Executivo, estabelecendo em cada caso, os respectivos limites e condições.
2. O Conselho de Administração pode constituir mandatários na Empresa, que actuarão dentro dos limites dos respectivos mandatos.



3. Os poderes dos mandatários serão fixados pelo Conselho de Administração, que fixará, também as suas remunerações e regulará as condições em que, para obrigar a Empresa, deverão ser assinados os respectivos atos.

#### **Artigo 26.º**

##### **(Vinculação da Sociedade)**

A Sociedade obriga-se perante terceiros:

- a. Pela assinatura conjunta de dois membros do Conselho de Administração, sendo um deles o Presidente ou o vogal que o substitua;
- b. Pela assinatura do Director Executivo, no âmbito de eventual delegação e caso este cargo esteja previsto no organograma interno da empresa;
- c. Pela assinatura de mandatários especialmente constituídos, dentro dos limites do respetivo mandato.

#### **Artigo 27.º**

##### **(Competência do Presidente do Conselho de Administração)**

1. Para além de outras competências previstas na Lei e nestes Estatutos, compete ao Presidente do Conselho de Administração:

- a. Coordenar a actividade do conselho e convocar as suas reuniões;
- b. Presidir às sessões do Conselho de Administração e exercer voto de qualidade;
- c. Fazer cumprir as deliberações do Conselho de Administração e em especial, velar pela execução e pelo cumprimento dos orçamentos e dos planos anuais e plurianuais;
- d. Exercer os poderes que o Conselho de Administração nele delegar;

e. Representar a Empresa em juízo e fora dele.

### **Secção III**

### **Fiscalização**

### **Artigo 28.º**

### **(Composição)**

1. A fiscalização da Sociedade competirá a um Fiscal Único, que deverá ser revisor oficial de contas ou Sociedade de revisores oficiais de contas;

2. O Fiscal Único terá sempre um suplente, que será igualmente revisor oficial de contas ou sociedade de revisores oficiais de contas.

3. Compete ao Fiscal Único designadamente:

a. Emitir parecer prévio relativamente ao financiamento e à assunção de quaisquer obrigações financeiras;

b. Emitir parecer prévio sobre a necessidade da avaliação plurianual do equilíbrio de exploração da Empresa e, sendo caso disso, proceder ao exame do plano previsional previsto no n.º 5 do artigo 40.º da Lei 50/2012;

c. Emitir parecer prévio sobre a celebração dos contratos de gestão delegada;

d. Fiscalizar a ação do órgão de gestão ou de administração;

e. Verificar a regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte;

f. Participar aos órgãos e entidades competentes as irregularidades, bem como os factos que considere reveladores de graves dificuldades na prossecução do objecto da Empresa;

g. Proceder à verificação dos valores patrimoniais da Empresa ou por ela recebidos em garantia, depósito ou outro título;



- h. Remeter semestralmente ao órgão executivo da entidade pública participante informação sobre a situação económico - financeira da Empresa;
- i. Pronunciar-se sobre qualquer assunto de interesse para a Empresa, a solicitação do órgão de gestão ou de administração;
- j. Emitir parecer sobre os instrumentos de gestão previsional, bem como sobre o relatório do órgão de gestão ou de administração e contas do exercício;
- k. Emitir a certificação legal das contas.

#### **CAPÍTULO IV**

##### **Outras disposições**

##### **Artigo 29.º**

##### **(Deveres especiais de informação)**

Sem prejuízo dos deveres de prestação de informações aos titulares de participações sociais previstos na Lei Comercial, a Águas do Interior - Norte, E.L.M., S.A. deve facultar ao órgão executivo dos municípios, tendo em vista o seu acompanhamento e controlo, os seguintes elementos:

- a. Projetos dos planos de atividades anuais e plurianuais;
- b. Projetos dos orçamentos anuais, incluindo estimativa das operações financeiras com o Estado e as autarquias locais;
- c. Planos de investimento anuais e plurianuais e respetivas fontes de financiamento;
- d. Documentos de prestação anual de contas;
- e. Relatórios trimestrais de execução orçamental;
- f. Quaisquer outras informações e documentos solicitados para o acompanhamento da situação da Empresa e da sua atividade, com vista, designadamente, a assegurarem a boa gestão dos

fundos públicos e a evolução da sua situação económico-financeira.

### **Artigo 30.º**

#### **(Delegação de poderes públicos)**

1. Os sócios ou entidades participantes poderão delegar poderes públicos no Conselho de Administração da Sociedade sempre que tal se mostre conveniente à prossecução das suas atividades.
2. A Sociedade goza designadamente dos direitos de utilizar o domínio público das entidades públicas participantes, de requerer expropriações por utilidade pública, a constituição de servidões e de zonas de proteção e o acesso a terrenos ou edifícios privados.
3. A Sociedade goza ainda de todos os poderes públicos de fiscalização necessários à sua atividade.
4. As prerrogativas de autoridade serão exercidas pelos membros do Conselho de Administração habilitados a vincular a Sociedade nos termos do artigo 25.º destes estatutos.

### **Artigo 31.º**

#### **(Comunicações)**

1. Sempre que haja necessidade de proceder a comunicações aos sócios, as mesmas serão enviadas para os respetivos domicílios constantes da escritura de constituição desta Sociedade, sem prejuízo do disposto no n.º 4 do artigo 15.º destes Estatutos relativamente a convocatórias por correio eletrónico com recibo de leitura.
2. Qualquer novo acionista, ou sempre que um acionista queira proceder a alterações, comunicará à Sociedade, por escrito de receção comprovada, a morada que pretende seja tomada em consideração, morada esta que será considerada logo que decorridos cinco dias sobre a data de receção daquela comunicação.

## **Artigo 32.º**

### **(Dissolução e liquidação)**

1. A Sociedade apenas se dissolverá por deliberação da Assembleia-geral ou nos casos previstos na Lei.

2. Em caso de dissolução ou extinção da Sociedade, os bens em espécie correspondentes às entradas realizadas pelas entidades participantes na constituição do capital social reverterão para o acionista que as realizou, sem prejuízo de compensações a que haja lugar no processo de dissolução, liquidação e partilha.

\_\_\_\_\_ A assembleia-geral que deliberar a dissolução da Sociedade determinará o prazo e a forma de liquidação, e designará os liquidatários.

\_\_\_\_\_ **POR TODOS OS OUTORGANTES FOI AINDA DITO:**

\_\_\_\_\_ Que ficam desde já designados os seguintes órgãos sociais para o quadriénio de dois mil e ..... a dois mil e ..... (coincidente com o dos titulares dos órgãos autárquicos).

\_\_\_\_\_ **CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:**

\_\_\_\_\_ Presidente: xxxxxxx (identificação completa)

\_\_\_\_\_ Vogal: xxxxxxx (identificação completa)

\_\_\_\_\_ Vogal: xxxxxxx (identificação completa)

\_\_\_\_\_ **FISCAL ÚNICO:** xxxxxxx (identificação completa)

\_\_\_\_\_ Suplente: xxxxxxx (identificação completa)

\_\_\_\_\_ **ASSEMBLEIA GERAL:**

\_\_\_\_\_ Presidente: xxxxxxx (identificação completa)

\_\_\_\_\_ Secretário: xxxxxxx (identificação completa)

\_\_\_\_\_ Que o capital social em numerário se encontra integralmente realizado e depositado nos cofres da sociedade.

\_\_\_\_\_ Que o capital social realizado em espécie, mediante

transferência para a sociedade, ora levada a cabo do acervo patrimonial activo titulado pelas accionistas e constante dos oito relatórios do ROC nº xxxxxx, aqui arquivados.

Que as verbas do activo em espécie, encontram-se relacionadas em documento complementar anexo, designado por Anexo II, as quais foram objecto de avaliação por um ROC, que emitiu oito relatórios favoráveis da verificação da entrada realizada por todos os accionistas e que fica a constituir o Anexo III.

Que conhecem perfeitamente o conteúdo de todos os anexos que ficam a fazer parte integrante desta escritura, pelo que dispensam a sua leitura.

Que a sociedade é titular do NIPC 515158950 (CAE principal 36001 CAEs secundários 36002, 37001 e 37002).

**ASSEM O OUTORGARAM.**

**Adverti os outorgantes:**

Da obrigatoriedade de promoverem o registo deste acto no prazo de dois meses a contar desta data.

De que devem efectuar a declaração do beneficiário efetivo, no prazo máximo de um mês a contar da data da constituição, conforme portaria nº 233/2018 de 21/08.

**ARQUIVA-SE:**

Oito actas e três anexos referidos no contexto.

Certificado de admissibilidade nº 2018064986 emitido em 14/11/2018 com o código de acesso 2556-8422-3871.

Declaração de aceitação do cargo de xxxxxxxxxxxx.

Declaração de aceitação do cargo de fiscal único de xxxxxxxx –  
ROC nº xxxxxxxx/cargo de fiscal único da sociedade xxxxxxxx –  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda – ROC nº xxxx.

\_\_\_\_ Declaração de aceitação do cargo de fiscal único suplente de  
xxxxxxx – ROC n° xxxxxxxx/ cargo de fiscal único suplente da  
sociedade xxxxxxxxx – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas,  
Lda – ROC n° xxxx. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_ Oito Relatórios elaborados por Carlos Manuel Teixeira Ferreira  
(ROC n° xxxxxxxx). \_\_\_\_\_

\_\_\_\_ Documento de cobrança do IMT n° xxxxxxxx, pago aos xxxxxx.

\_\_\_\_ Documento de cobrança do I.S. – verba 1.1 n° xxxxxxxx, pago  
aos xxxxxxxx. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_ Esta escritura foi lida e feita a explicação do seu conteúdo.

**A Notária**

**Conta registada sob o n°**

**Emitida factura/recibo**



# ANEXO I – DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL PELOS MUNICÍPIOS

Concelho	Capital Social a Realizar em dinheiro	Capital Social Valor em infraestruturas	Capital Social TOTAL	% do Capital Social TOTAL
Freixo de Espada à Cinta	14 800 €	888 000 €	902 800 €	3,33%
Meação Frio	16 800 €	1 008 000 €	1 024 800 €	3,77%
Murça	27 775 €	1 666 500 €	1 694 275 €	6,24%
Peso da Régua	72 500 €	4 380 000 €	4 422 500 €	16,29%
Sabrosa	29 925 €	1 795 500 €	1 825 425 €	6,72%
Santa Marta de Penaguião	32 125 €	1 937 500 €	1 969 625 €	7,22%
Torre de Moncorvo	38 625 €	2 317 500 €	2 356 125 €	8,68%
Vila Real	212 500 €	12 750 000 €	12 962 500 €	47,75%
<b>TOTAL</b>	<b>445 050 €</b>	<b>26 702 000 €</b>	<b>27 148 050 €</b>	<b>100,00%</b>



## ANEXO II – AFETAÇÃO DE BENS MUNICIPAIS À PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PELA EMPRESA (PARA EFEITOS DO DISPOSTO NO [...])

Listam-se seguidamente os bens municipais que se consideram afectos à prestação dos serviços pela Águas do Interior – Norte, E.L.M., S.A. e que são cedidos à Empresa mediante realização de capital social em espécie por cada um dos municípios participantes.

### MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA

#### Abastecimento

Sistema	Captação	R1	Reservatório	Rede Adutora (Km)	Rede Distribuidora (Km)
Freixo	Furo Principal Freixo		Congeta R1	5	26
			Freixo R1		
			Freixo R2		
Freixo Industrial			Freixo Z1	2	3
Pólares	Furo Principal Pólares		Pólares R1		8
	Furo Reserva Pólares		Pólares R2		
Ligares			Ligares R1	0	4
			Ligares R2		
Norte	Furo Principal Fornos		Fornos R1	1	14
	Furo Reserva Fornos				
	Furo Principal Lagoaça		Lagoaça R1		
	Furo Reserva Lagoaça				
	Nascente Lagoaça		Lagoaça R2		
	Furo Principal Mazouco		Mazouco R1		
	Nascente Mazouco				
Mazouco					1

### Saneamento

Sistema	Destino	ET	Emissários (Km)	Rede (Km)
Lagoa				7
Forno				5
Maroufo	Fossa Séptica Mezouco			5
Zona Industrial				1
Polares	Fossa Séptica Polares			5
Ereko			2	16
Ligares				4

Consideram-se ainda afetos ao serviço de abastecimento de água e saneamento águas residuais da empresa todos as infraestruturas, órgãos de manobra e acessórios tais como caixas de perda de carga, válvulas, ventosas, captações, bem como todos os terrenos, livres de quaisquer ónus e encargos que atualmente o município de Ercio de Espada à Cínta disponha para o mesmo fim.

### MUNICÍPIO DE MESÃO FRIO

#### Abastecimento

Sistema	Captação	ET	Reservatório	Rede Adutora (Km)	Rede Distribuidora (Km)
Nascente			Olinda	2	6
Poente			Venturelas	21	67
			Donsumil		
			Tóais		
			Escuteiros		
			R2		
			Riojo de Ome		
			Cidadeleja		
			Salões (Pombal)		
			R1		
			Valpentleiro		
			Valmoreira		



### Saneamento

Sistema	Destino	ET	Emissários (Km)	Rede (Km)
Cidadezinha	ETAR Compacta Cidadezinha			2
Banduça	ETAR Compacta Banduça			1
Vila Verde	Fossa Séptica Olmo Douro			1
Oliveira	ETAR Oliveira			4
Moura Moura				2
Vila Marim		Lodozero	1	15
	Fossa Séptica Foz de			
Mesão Frio		Centro Escolar	1	15
	Fossa Séptica Carrapateiro	25 de Abril		
Barqueiros				21
	Fossa Séptica Valmoreira			

Consideram-se ainda afetos ao serviço de abastecimento de água e saneamento águas residuais da empresa todos as infraestruturas, órgãos de manobra e acessórios tais como caixas de perda de carga, válvulas, ventosas, captações, bem como todos os terrenos, livres de quaisquer ónus e encargos que atualmente o município de Mesão Frio disponha para o mesmo fim.

MUNICÍPIO DE MURÇA

## Abastecimento

Sistema	Captação / ponto de Entrega	EE	Reservatório	Rede Adutora (km)	Rede Distribuidora (km)
Norte	Penabeice		Penabeice	22	40
	Castelo	Castelo	Castelo		
	PE 001		Toutres		
			Mascunho		
		EE Vale d'água	Vale d'água		
			Jou		
			Valongo		
			Carvas		
		Ribeirinha			
		São Domingos			
Oeste	Carva		Carva	2	12
	Furo Cortinhas		Cortinhas		
	Cortinhas				
	Asniela		Asniela		
	Vilares		Vilares		
	Furo vilares	Vilares			
	PE 004		Folhoso		
	Folhoso				
Cadaval	PE 005		Cadaval	3	5
Este	S. Bartolomeu		Vargem	28	31
	Garrala	Garrala	Salgueiro		
	PE 001		Patheiros		
			Noura		
			Sobreiro		

\* Total de água comprada em alta

\* Total de água comprada em alta

### Saneamento

Sistema	Destino	II	Emissários (Km)	Rede (Km)
Murça	Fossa séptica Palheiros			21
	Fossa séptica Palheiros			
	Fossa séptica Palheiros			
Nouira / Solareto		EE Nouira	1	4
Jou	Etar Jou			8
Toubres	Fossa séptica			2
	Fossa séptica			
Serapiços	Micro-etar Serapiços			2
Valongo de Milhais	Micro-etar Valongo			1
Carval	Fossa séptica			2
	Fossa séptica			
Vilares	Micro-etar Vilares	EE Vilares		5
Carva				4
Fiohoso / Cadaval	Micro-etar Cadaval			12
	Micro-etar Fiohoso			
	Fossa séptica			
	Fossa séptica			
Vargem	Micro-etar Vargem			1
Monteiros	Micro-etar Monteiros			1
	Fossa séptica			
Martim	Fossa séptica	EE Martim		1
	Fossa séptica			
Sobrelha				1
Candeio	Micro-etar Candeio			3
	Fossa séptica			
	Fossa séptica			
Porrão	Micro-etar Porrão			1
	Fossa séptica			
	Fossa séptica			
Ribeirinha	Fossa séptica			1

Consideram-se ainda afetos ao serviço de abastecimento de água e saneamento águas residuais da empresa todos as infraestruturas, órgãos de manobra e acessórios tais como caixas de perda de carga, válvulas, ventosas, captações, bem como todos os terrenos, livres de quaisquer



ónus e encargos que atualmente o município de Murça disponha para o mesmo fim.

## MUNICÍPIO DE PESO DA RÉGUA

### Abastecimento

Sistema	Captação	ET	Reservatório	Rede Adutora (Km)	Rede Distribuidora (Km)
Occidental			Vinhós	1	25
	Ferraria		Ferraria		
	Captação do Marão I		Passos		
	Fonte de Areia		Carvalho		
	Ribeira das Vides		Ribeira das Vides		
	Captação do Marão II		Podico		
	Podico 2				
	Podico 3				
	Ermeda		Ermeda	21	100
Moledo		Central Alexandre Herculano			
	Molido	Sergude			
		Central das Pedreiras			
Caça e Pesca	Caça e Pesca				
Captação Costa do Vale	Captação de Costa do Vale	Costa do Vale			
Captação Cederna Assureiras	Captação Cederna	Cederna			
		Assureiras			
		Cerdeiredo Mouramorta			
		Cruzeiro Mouramorta			
		Vila Nova Mouramorta			
		Fontelas de Oina			
		Fontelas de Balio			
		Sobre a Igreja			
	Nostim		Nostim		
			Vale		
			Galafura		
Oriental	Amendoeira		Covelinhas	13	38
	Captação Cemitério	Captação do cemitério			
			Canelas		
			Poures		
			Vila Seca		
			Serra		
		Pressegueda			



### Saneamento

Substema	Destino	ET	Emissários (Km)	Rodo (Km)
Ferreira		EE da Ferreira		2
Escóvedas	ETAR Escóvedas		0	2
Vila Seca				3
Galafura		EE da Fátima	1	8
Pitarelis	ETAR Granis	EE das Travessas		1
Canelas				5
Moura Morta	ETAR Moura Morta		0	22
Peso da Régua		EE Av. João Franco	1	44
		EE de Gervide		
		EE do Viso		
		EE Ribeira do Rodo 2		
	ETAR Paredes	EE Fontalhas Remostias		
	ETAR Pinheiro	EE Ribeira do Rodo Plasca		
	ETAR Romezal	EE das Alagoas		
Vilarinho dos Freixos		EE das Largo Escóvedas	1	16
		EE Seara povoação		
		EE Sobreira de Babco		
		EE do Serro		
		EE Seara garagem		
		EE da Ponte		
Covelinhas	ETAR Covelinhas Ponte			2
	ETAR Covelinhas Rio			
	Fossa Costa do Vale			
	Fossa Covelinhas			
	Fossa Covelinhas			
	Fossa Covelinhas			

Consideram-se ainda afetos ao serviço de abastecimento de água e saneamento águas residuais da empresa todos as infraestruturas, órgãos de manobra e acessórios tais como caixas de perda de carga, válvulas, ventosas, captações, bem como todos os terrenos, livres de quaisquer

ônus e encargos que atualmente o município de Peso da Régua disponha para o mesmo fim.

54

**MUNICÍPIO DE SABROSA**

MINUTA

## Abastecimento

Sistema	Captação	CE	Reservatório	Rede Adutora (Km)	Rede Distribuidora (Km)
Norte	C337 M. Mine. das Pedreiras		1 - Pinhão Cal	0	39
	C1 M. Mine. Pinhão Cal		2 - Torre do Pinhão		
			3 - Parada do Pinhão		
			4 - Vislumbre do Parada		
			5 - Paços		
			6 - Sevilha		
	C37 M. Mine. S. Lourenço		7 - S. Lourenço		
			8 - Arcê		
			10 - Delegada		
	C38F Campo Futebol Souto Maior				
C42M Fonte Mouros 2 Souto Maior	PT0002000035705 5096L	11 - Souto Maior 1 - Espírito da Cruz			
C40M Fonte Mouros 1 Souto Maior	PT0002000035711 8187A				
C115 P. Polivalente Souto Maior					
C39M Serra Souto maior		12 - Souto Maior 2 - Serra			
Centro			13 - Fentais	6	47
			14 - S. Martinho de Antas 2		
			15 - S. Martinho de Antas 5		
			16 - S. Martinho St. Azinheira		
			17 - S. Martinho 2		
			18 - Antas		
	C36 F Furo Parada de Guães	PT00020000700P2 755NN	21 - Parada de Guães		
			22 - Sabrosa - Cemitério 1		
			23 - Sabrosa - Cemitério 2		
			24 - Sabrosa - St. F. Bárbara 1		
			25 - Sabrosa St. F. Bárbara 2		
			26 - Sabrosa - Crivello 1		
			27 - Sabrosa - Crivello 2		
			28 - Sabrosa - Fontela		
			29 - Sabrosa - Fontela 2		
	C44 F Furo Paços	PT0002000035708 844YF	30 - Paços - Carvalha		

### Abastecimento (continuação)

Sistema	Captação	TE	Reservatório	Rede Adutora (Km)	Rede Distribuidora (Km)		
Sol	C72 F Furo Sobradão	PT0002000036711 226CD	33 - Sobradão	8	32		
			34 - Vêla				
	C76 F Furo Abrecovo	PT0002000036709 731RD	35 - Abrecovo - Fbra				
		PT0002000037993 4082M	36 - Gouvêas 1 - Fonte				
			37 - Gouvêas 2 - Escola				
	C62 M Mina Orlinho		38 - Orlinho - Escola				
			39 - Orlinho 1				
			40 - Donelo				
			41 - Covas do Douro 1				
			42 - Rolde - Fbra				
			43 - Chanceleros				
	C90F Furo Gouvêas	PT0002000079501 2660K	44 - Gouvêas do Douro 2 EM G_Covas				
	C93F Furo Gouvêas						
	C94F Furo Gouvêas						
	C96M Mina Gouvêas						
	C97M Mina Gouvêas						
	C113 F Furo 3 Curva Cavadinha		46 - S. Cristóvão do Douro 1				
	C114 F Furo 2 Curva Cavadinha		47 - S. Cristóvão do Douro 2				
	C100 F Furo Provesende	PT0002000036699 074KR	48 - Provesende 2				
	C101 F Furo Provesende	PT0002000052850 891NV	49 - Provesende 3				
	C103 F Furo Provesende		50 - Provesende				
			52 - Celeiro 1 - Douro 2				
			53 - Celeiro 2				
			54 - Paradelinha				
	C66 P Poço 1 Agria Fermentões		55 - Vilainho 1 - Romão 1 - Cemitério				
	C69 P Poço 2 Agria Fermentões		56 - Vilainho 2 - Romão 2 - Cemitério				
	C111 F Fermentões		57 - Fermentões - Fbra				
	C112 F Furo Floresta Fermentões						



## Saneamento

Sistema	Estação	CE	Linhas d'água (Km)	Recife (Km)
Safatá		PT0002000105054 S19MK		15
		PT0002000105054 S19MK		
		PT0002000079508 B05FE		
Pinhão Cal	ETAR Compacta Pinhão Cal			3
Torre do Pinhão	ETAR Compacta Torre do Pinhão			2
Vale das Ostras	ETAR Vale das Ostras			1
Souto Maior	ETAR Compacta Souto Maior 1	PT0002000118424 225MF		2
	ETAR Compacta Souto Maior 2			
	ETAR Compacta Souto Maior 3			
Garganta	ETAR Compacta Garganta 1			1
	ETAR Compacta Garganta 2			
Jara	ETAR Compacta Arc2			1
Raposa	ETAR Compacta			1
Ferreiros	ETAR Compacta Ferreiros 1			2
	ETAR Compacta Ferreiros 2			
Rozal	ETAR Compacta Rozal			2
Vila União de São Romão	ETAR Compacta Vila União de S. Romão 1			3
Calendas	ETAR Compacta Calendas			2
Sobrados	ETAR Compacta Sobrados 1			2
	ETAR Compacta Sobrados 2			
Paradela de Guay	ETAR Compacta Paradela de Guay 1			2
	ETAR Compacta Paradela de Guay 2			
Vila	ETAR Compacta Vila			3
Provesende	ETAR Compacta Provesende			2
São Cristóvão do Ouro - Norte	ETAR Compacta S. Cristóvão do Ouro 1			1
São Cristóvão do Ouro - Sul	ETAR Compacta S. Cristóvão do Ouro 2			1



### Saneamento (continuação)

Sistema	Destino	EE	Emissários (Km)	Rede (Km)
Gouvães do Douro	ETAR Compacta Gouvães do Douro	PT0002000077757 6118Y		
Covas do Douro	ETAR Compacta Covas do Douro	PT0002000118438 963RF		2
Gouvinhas	ETAR Compacta Gouvinhas			2
Donelo	ETAR Compacta Donelo	PT0002000110082		2
	ETAR Compacta Donelo 1	863ZI		
Charcoaleiros	ETAR Compacta Charcoaleiros	PT0002000114319 891GX		1
Parada do Pinhão	ETAR Compacta Parada do Pinhão 1	PT0002000218424 219HM		3
	ETAR Compacta Parada do Pinhão 2			
	ETAR Compacta Parada do pinhão 3			
Paredes	ETAR Compacta Paredes			2
S. Lourenço do Riba Pinhão	ETAR Compacta S. Lourenço 2			4
	ETAR Compacta S. Lourenço 1			
	ETAR Compacta S. Lourenço 3			
Anta	ETAR Compacta Anta	PT0002000118424 163SH	1	9
		PT0002000112794 387PK		
Paradelinha	ETAR Compacta Paradelinha	PT0002000112949 793AQ		1
		PT0002000122949 771WV		

Consideram-se ainda afetos ao serviço de abastecimento de água e saneamento águas residuais da empresa todos as infraestruturas, órgãos de manobra e acessórios tais como caixas de perda de carga, válvulas, ventosas, captações, bem como todos os terrenos, livres de quaisquer ónus e encargos que atualmente o município de Sabrosa disponha para o mesmo fim.

## MUNICÍPIO DE SANTA MARTA DE PENAGULÃO

### Abastecimento

Sistema	Captação	Tr.	Reservatório	Rede Adutora (Km)	Rede Distribuidora (Km)
Norte	Serra Ilhas		Paradeia do Monte	5	11
	Jus 04		Floresta		
			Justos		
	Cervilhe 1	Cervilhe 5	Cervilhe 1	1	1
	Cervilhe 2	Corvo Bombas	Corvo		
	Soutelo 1	Soutelo Fulo	Soutelo	2	2
	Soutelo 2				
Leste	Póvoa da Serra		Póvoa da Serra	1	1
	Balseiro	Balseiro Furo	Balseiro		
			Castelo	15	56
			Beira		
			Vizos		
	Fornelos		Fornelos 1		
			Fontes		
			Médias		
			Ribeira D'Elas 1		
			Ribeira D'Elas 2		
			Condeito		
Sul			Bandeira		
	Pedreira	Santa Comba-Pedreira-Bom	Pedreira		2
		Elas- Alto Bombas	Santa Marta	15	46
	Sr. Gato				
			Alagões do Corgo		
			Sanhane		
			Portela		
			S.João de Lobregos		
			Vila Maior		

## Saneamento

Sistema	Destino	TE	Capacidade (litros/s)	Rede (Km)
Soutelo	ETAR Lugar de Soutelo	Soutelo	0	2
Vila Maior	ETAR Vila Maior		0	1
Romarigo	ETAR Romarigo			2
Cumeçira		Sinhão	6	8
		Atalho		
Malómedes	ETAR Covelo-Burtele			5
Sover-Fontes		Sítio Cemitério - Fontes	0	14
		Tabuadelo		
S. Miguel Lobrigo				9
Medros-Sinhoari		Travassinhos		11
Silva Lobrigo				
Alvaões da Carga		Espírito Santo		18
Serrinho	ETAR Serrinho			
Choqueiros	ETAR Choques			
Tabuadelo	ETAR Tabuadelo			2

Consideram-se ainda afetos ao serviço de abastecimento de água e saneamento águas residuais da empresa todos as infraestruturas, órgãos de manobra e acessórios tais como caixas de perda de carga, válvulas, ventosas, captações, bem como todos os terrenos, livres de quaisquer ónus e encargos que atualmente o município de Santa Marta de Penaguião disponha para o mesmo fim.

**MUNICÍPIO DE TORRE DE MONCORVO**



## Abastecimento

Sistema	Captação / Pontos de Entrega	EE	Reservatório	Rede Adutora (Km)	Rede Distribuidora (Km)
Souto da Velha	PE 006	?	Souto da Velha	1	2
	Souto da Velha				
Felgar	PE 007	?	Felgar	0	2
	Felgar				
Calçada	PE 009		Qt. Branco	13	5
Paróquia dos Castelhãos	PE 010		Paróquia dos Castelhãos	7	6
Quinta das Centeiras	PE 018		Qt. Centeiras	5	1
Açoreira	PE 013		Açoreira	0	2
	Açoreira				
Cruzamento Vilasinha	PE 012		Cruz Vilasinha	7	11
			Lousa 1		
			Lousa 2		
			Vilobega Eos		
Castelha	PE 004		Cardanhe	11	9
			Adega de		
			Estevão		
			Póvoa		
Felgueiras	Felgueiras		Felgueiras		5
Cervical	Lameiras	?	Cervical	1	4
	PE 000		Cervical	11	9
	Tero-Lero	Bombagem Terolero - Nogueirinha	Mós		
	Qta do Corisco	Rua Principal Bomb - Qta do Corisco			
Horta da Vila Rica	PE 003		Horta da Vila Rica	10	8
	Pedra D'Anta	Rua Horta Vila Rica bomb	Calçada do Cristo		
Vimioso	Cachão do Gordete		Meleirinha	2	6
	Qta de Martin Tirado	Rua de Quinta Bombas - Martin Tirado	Martin Tirado		
	Lugar da Estrada	Rua Principal Bombas Quinta da Estrada	Estrada		
	Qta das Peladinhos	Bombagem - Qta das Peladinhos	Peladinhos		
Torre do Moncorvo	PE 005		Moncorvo 1		17
	PE 015		Moncorvo 2		
			Moncorvo 3		
Castedo	PE 001		Castedo		3
Vila	PE 002		Vila		1
Saizel Vós	PE 014		Saizel Vós		3

\* Todos os dados apresentados em m³/s

\* Total de água comprada em litros

## Saneamento

Sistema	Destino	ET	Emissários (km)	Sede (km)
Açorinha	ETAR AdN			2
	Fossa Sética			
Sequeiros	ETAR AdN			2
Adegadilha	Fossa Sética			2
Esteves	Fossa Sética			1
	Fossa Sética			
Junqueira	Fossa Sética			2
	Fossa Sética			
Nascelos	Fossa Sética			1
Póvoa	Fossa Sética			1
Cabanas de Gama	Fossa Sética			2
Cabeça Brã	Fossa Sética			1
Cabeça do Moure	Fossa Sética			1
Caldinha	Fossa Sética			3
	Fossa Sética			
Carvalais	ETAR AdN	Rebentão		10
Castro	ETAR AdN			4
Carvalhal	ETAR AdN			1
Felgar	Fossa Sética	Rua Eira do Caminho		7
	Fossa Sética			
Felgueiras	ETAR compacta Felgueiras			5
Quinta do Cortico				
Horta da Vilanova	ETAR AdN			3
	Fossa Sética			
	Fossa Sética			
	Fossa Sética			
	Fossa Sética			
Vide	Fossa Sética			1
	ETAR AdN			
Lamelo	ETAR AdN			6
Lousa	Fossa Sética			5
	Fossa Sética			
	Fossa Sética			
	Fossa Sética			
Macieira	ETAR AdN			1
MSL	ETAR AdN			3
Parada dos Castelhães	Fossa Sética			2
Souto da Velha	Fossa Sética			1
Torre de Moncorvo	ETAR AdN	Vale da Fia		10
		Beiró Montesinho		
		Rua D. Diniz		
Urrós	ETAR Compacta Urrós			2
	Fossa Sética			
Cabeça de Rato	Fossa Sética			1
Foz do Sabor	ETAR Compacta Foz do Sabor	Foz do Sabor		1,5

\* Total de água residual entregue em alta



Consideram-se ainda afetos ao serviço de abastecimento de água e saneamento águas residuais da empresa todos as infraestruturas, órgãos de manobra e acessórios tais como caixas de perda de carga, válvulas, ventosas, captações, bem como todos os terrenos, livres de quaisquer ónus e encargos que atualmente o município de Torre de Moncorvo disponha para o mesmo fim.

**MUNICÍPIO DE VILA REAL**

MANUTA

## Abastecimento

Sistema	Captação / Ponto de Entrega	EE	Reservatório	Rede Adutora (Km)	Rede Distribuidora (Km)
Samarã	Drenos da Samarã		Samarã	2	16
Covelo	Popo de Covelo	Covelo	Covelo	0,3	0,8
Dornelas	Mina de Dornelas		Dornelas	0,3	2
Lamas de Olo	Mina de Lamas D'Olo nº 1		Lamas d'Olo	2	8
	Mina de Lamas D'Olo nº 2				
Cravelas	Drenos de Cravelas		Cravelas	0,4	2
Pinhão	PE 002		Justás	15	498
	PE 014		Linhares		
			Vila Meã		
			Fortunho		
	PE 017		Gache		
			Lamares		
	PE 030		Alvites		
			Magarefos		
	PE 022		Sanguinhedo		
	PE 023		Pisco		
	PE 027				
	PE 028	Ponte	Ponte		
	PE 021		Ludares		
			Cervas		
	PE 026		Tojais		
	PE 029		Constantim		
			Couto		
			Vila Nova		
			Sabroso		
	PE 024		Penelas		
			Nogueira		
			Povoação		
			Pal Corção		
	PE 025		Mosteirô		
	PE 031		Fontelta		
	PE 018		Sra. do Bom Caminho		
			Guiães		
Sardo	PE 001				18
	PE 002				
	PE 003		Reivás		

## Abastecimento (continuação)

Ordem	Estação / Ponto de Abastecimento	Q	Beneficiária	População (Pob.)	Setor (Ind. - Comércio - Serv.)		
1	Drenos de Campol	Campol (aquífero)	Vila da Rosa	18	110		
	Tanganda						
	Boavista - Ogoitá						
	Cororimo						
	Mina de Aveção do Cabo	Borveta	Aveção do Cabo				
	Mina de Aveção do Cabo		Aveção do Cabo				
	Fundo de Macaço	Vila Nova - Macaço					
	Mina de S. Miguel da Pena		S. Miguel da Pena				
	Fundo de S. Miguel da Pena		S. Miguel da Pena				
	Mina de Vila Nova		Vila Nova				
2	Fundo de Bonagouro	Divisão de Bonagouro	Bonagouro	23	84		
	Mina de Bonagouro		Bonagouro				
	Mina de Colô nº 1	Colô (nova)	Colô (nova)				
	Mina de Colô nº 2						
	Mina de Colô nº 1						
	Mina de Colô nº 2						
	Mina de Colô nº 1						
	Mina de Colô nº 2						
	Mina de Colô nº 1						
	Mina de Colô nº 2						
	Mina de Colô nº 1						
	Mina de Colô nº 2						
	Mina de Colô nº 1						
	Mina de Colô nº 2						
	Mina de Colô nº 1						
	Mina de Colô nº 2						
3	Fundo de Perceps	Casa de Guarda	Perceps - Casa Nova	25	86		
	Mina de Perceps		Perceps - Casa Nova				
	Mina de Perceps		Perceps - Casa Nova				
	Mina de Perceps		Perceps - Casa Nova				
	Mina de Perceps		Perceps - Casa Nova				
	Mina de Perceps		Perceps - Casa Nova				
	Mina de Perceps		Perceps - Casa Nova				
	Mina de Perceps		Perceps - Casa Nova				
	Mina de Perceps		Perceps - Casa Nova				
	Mina de Perceps		Perceps - Casa Nova				
4	Fundo de Perceps	Casa de Guarda	Perceps - Casa Nova	25	86		
	Mina de Perceps		Perceps - Casa Nova				
	Mina de Perceps		Perceps - Casa Nova				
	Mina de Perceps		Perceps - Casa Nova				
	Mina de Perceps		Perceps - Casa Nova				
	Mina de Perceps		Perceps - Casa Nova				
	Mina de Perceps		Perceps - Casa Nova				
	Mina de Perceps		Perceps - Casa Nova				
	Mina de Perceps		Perceps - Casa Nova				
	Mina de Perceps		Perceps - Casa Nova				
5	Fundo de Perceps	Casa de Guarda	Perceps - Casa Nova	25	86		
	Mina de Perceps		Perceps - Casa Nova				
	Mina de Perceps		Perceps - Casa Nova				
	Mina de Perceps		Perceps - Casa Nova				
	Mina de Perceps		Perceps - Casa Nova				
	Mina de Perceps		Perceps - Casa Nova				
	Mina de Perceps		Perceps - Casa Nova				
	Mina de Perceps		Perceps - Casa Nova				
	Mina de Perceps		Perceps - Casa Nova				
	Mina de Perceps		Perceps - Casa Nova				

\* Água compreendida em 111



### Saneamento

Sistema	Destino	ET	Emissários (Km)	Rede (Km)
Lameirões	ETAR de Sardoalva			1
Folhadela	ETAR de Folhadela			2
Armadelo	ETAR de Armadelo e Pomarelhos	POMARELHOS		6
Povoação	ETAR de Povoação	POVOAÇÃO		3
Guilães	ETAR de Guilães	GUIÃES		7
Vila Real		S. MAMEDE		146
		BECO DO BRASIL		
		BAIRRO DA PIMENTA		
		TORNEIROS		
		RANGINHA		
		PONTE - FLORES		
		LUGAR DA CARVALHA		
		LUNTEIROS - FERREIROS		
		VILA SECA - RUA DO SEIXO		
		L. CAMPO		
		VILA MARIM		
		VILA SECA - GRAVELOS		
		GRAVELOS - ERMIDA		
Abaças	ETAR de Abaças / Pontelo	ABAÇAS 2 - LUGAR DA TAPADA		6
		ABAÇAS 1 - RUA PRINCIPAL		
		ABAÇAS 3 - RUA DO OUTEIRO		
		ABAÇAS 4 - RUA DAS BOUÇAS		
		PONTELO		
Andraes				0
Sabroso	ETAR de Sabroso	SABROSO - BALOUTO		3

Consideram-se ainda afetos ao serviço de abastecimento de água e saneamento águas residuais da empresa todos as infraestruturas, órgãos de manobra e acessórios tais como caixas de perda de carga, válvulas, ventosas, captações, bem como todos os terrenos, livres de quaisquer

ônus e encargos que atualmente o município de Vila Real disponha.  
para o mesmo fim.

MINUTA



129

**EMPRESA INTERMUNICIPAL ÁGUAS  
DO INTERIOR - NORTE, E.I.M., S.A.  
MAIS-VALIAS DA AGREGAÇÃO**

AGOSTO 2018

1. SUMÁRIO EXECUTIVO .....	3
2. ENQUADRAMENTO .....	4
3. MODELO DE GESTÃO .....	6
4. ASPETOS ECONÓMICOS .....	7
4.1. Custos da prestação do serviço .....	7
4.2. Défice suportado pelos Municípios .....	8
4.3. Financiamento comunitário .....	9
5. QUALIDADE DE SERVIÇO PRESTADO AO UTILIZADOR .....	11
5.1. Serviço de Abastecimento de água .....	11
5.1.1. Ocorrência de falhas no abastecimento [n.º/(1000 ramais . ano)] .....	12
5.1.2. Água segura (%) .....	12
5.1.3. Resposta a reclamações e sugestões (%) .....	13
5.1.4. Água não faturada (%) .....	14
5.1.5. Ocorrência de avarias em condutas [n.º/(100 km . ano)] .....	15
5.1.6. Cumprimento do licenciamento das captações (%) .....	15
5.2. Serviço de saneamento de águas residuais urbanas .....	16
5.2.1. Ocorrência de inundações [n.º/(1000 ramais . ano)] .....	16
5.2.2. Resposta a reclamações e sugestões (%) .....	17
5.2.3. Ocorrência de colapsos estruturais em coletores [n.º/(100 km . ano)] .....	17
5.2.4. Cumprimento da licença de descarga (%) .....	18
5.2.5. Encaminhamento adequado de lamas do tratamento (%) .....	19
6. SUSTENTABILIDADE DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO .....	20
7. RELATÓRIO ERSAR .....	22
8. AVALIAÇÃO DAS ALTERNATIVAS .....	23

## 1. SUMÁRIO EXECUTIVO

O presente documento, elaborado no âmbito da criação de uma entidade responsável pelos sistemas de abastecimento de água e saneamento de águas residuais de oito Municípios, visa detalhar as male-vaias e sinergias da agregação. A empresa desenvolverá a sua atividade nos concelhos de Freixo de Espada à Cinta, Mesão Frio, Murça, Peso da Régua, Sabrosa, Santa Maria de Penaguião, Torre de Moncorvo e Vila Real.

O setor do abastecimento de água e saneamento de águas residuais são setores marcados pelo elevado investimento em infraestruturas, limitando a concorrência, sendo por isso considerado um monopólio natural. Acresce ainda que se trata de serviços essenciais ao bem-estar e saúde das populações, sendo por isso indispensável uma utilização racional das disponibilidades e uma busca incessante pela eficiência. Tendo em vista garantir a sustentabilidade dos serviços, a garantia de qualidade da sua prestação e a manutenção de tarifas socialmente aceitáveis, os Municípios integrantes a CIM Douro procuram a melhor solução para a gestão dos seus sistemas, salvaguardando o cumprimento do disposto na alínea b) do art.º 3 da Lei n.º 44/2017, de 19 de Junho. Desta forma, no presente documento pretende-se explorar as male-vaias que decorrem da agregação dos sistemas pertencentes aos Municípios referidos.

Na situação atual verificam-se algumas lacunas no que respeita à qualidade do serviço prestado, designadamente no que diz respeito à ocorrência de roturas, qualidade da água, resposta a reclamações e sugestões, cumprimento dos parâmetros de descarga, entre outros. A racionalidade económica fica demonstrada pela comparação dos resultados obtidos pela estrutura empresarial, em contrapartida com a internalização das atividades nos serviços do município. Esta situação é também viável no relatório anual, elaborado pela ERSAR, que analisa a atividade desenvolvida pelas várias entidades a nível nacional.

O défice tarifário existente, bem como a limitação no acesso aos fundos comunitários, restringirá a capacidade de obtenção dos meios financeiros indispensáveis à renovação das infraestruturas e à aquisição dos meios tecnológicos essenciais a uma prestação de serviços mais eficiente. Assim, é expectável uma degradação da qualidade do serviço com o atual modelo de gestão. Aliás, a sua manutenção poderá colocar em causa a sustentabilidade infraestrutural e económica do próprio sistema.

A constituição da empresa intermunicipal prevê a implementação de um plano de investimentos, cuja comparticipação comunitária está disponível, destinado a incrementar a eficiência do sistema, promovendo também a melhoria ambiental. As economias de escala resultantes da agregação permitirão diminuir os custos da prestação do serviço e apresentar-lhe a sustentabilidade económica sem prejudicar a acessibilidade económica.

Em face do exposto, conclui-se que a agregação, dos sistemas de abastecimento de água e saneamento de águas residuais dos concelhos referidos, possibilita a minimização dos custos através da maximização das economias de escala e uma melhoria generalizada dos indicadores de avaliação da qualidade de serviço, bem como garante a sustentabilidade dos serviços e a salvaguarda do ambiente.

## 2. ENQUADRAMENTO

Os serviços de abastecimento de água e saneamento de águas residuais desempenham um papel fundamental no bem-estar e saúde das populações, pelo que a sua gestão deverá ser criteriosa e orientada por princípios que garantam a proteção da saúde pública e do ambiente, a qualidade e sustentabilidade do serviço, a proteção dos interesses dos utilizadores, a sustentabilidade económica e financeira das entidades gestoras, a universalidade e a igualdade no acesso aos serviços.

Após a entrada de Portugal na Comunidade Económica Europeia e a disponibilização de financiamento comunitário, foi privilegiada a construção de sistemas de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais, com vista ao aumento dos níveis de cobertura de serviço. Concluído este ciclo de infraestruturização, assistiu-se a uma estabilização do crescimento das redes e começou a ser necessária a manutenção dessas infraestruturas, como forma de garantir os níveis de serviço ao longo de toda a sua vida útil. Esta preocupação foi sendo registada nos documentos estratégicos do setor, nomeadamente no PEAASAR I e II, bem como no PENSAAR.2020.

A elaboração do PENSAAR 2020 partiu de uma análise aos resultados obtidos no âmbito do PEAASAR II. Da análise efetuada foi possível estabelecer uma relação entre o volume de atividade e as tarifas praticadas, sendo que as diferenças resultam principalmente dos diferentes níveis de investimento "per capita", da população atendida, dos custos operacionais específicos da prestação de serviços e da componente dos subsídios ao investimento atribuídos pelos fundos comunitários. Estas diferenças refletem o efeito da dimensão na redução das tarifas, conforme ilustrado no gráfico que se reproduz.

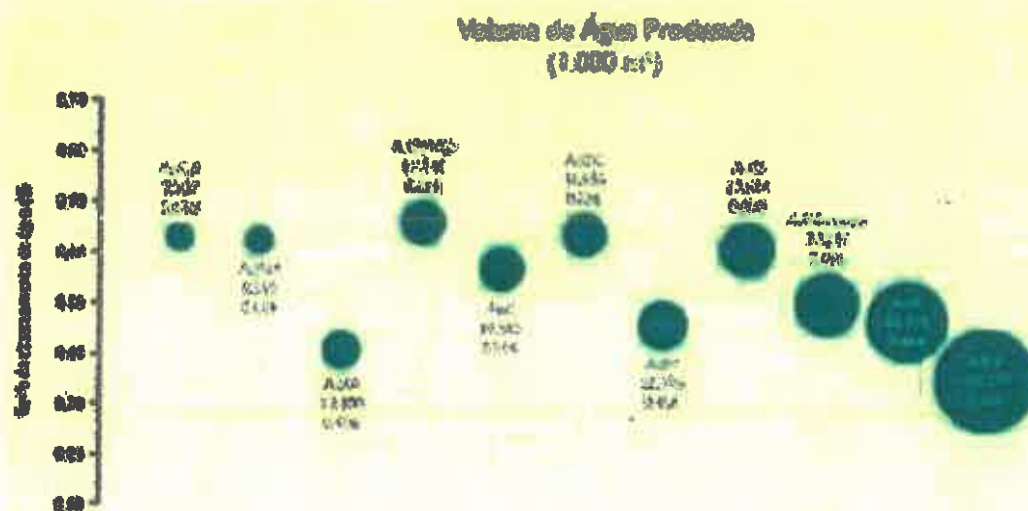


Ilustração 1 - Estrato do PENSAAR 2020

Neste documento, foi também analisado o desempenho de algumas agregações de sistemas de abastecimento e saneamento de águas residuais, ocorridas no período de vigência do plano. Do trabalho realizado, foi possível verificar que ocorreu uma redução dos custos totais, concluindo-se pela viabilidade e pela recomendação deste tipo de iniciativas como evolução para a gestão dos serviços em estudo.

A vasta área de atuação dos municípios, bem como os entraves à contratação de recursos humanos, obrigam os seus técnicos a desempenhar funções em diversos domínios, impedindo a especialização em determinadas matérias. A complexidade da gestão dos sistemas de abastecimento e saneamento de águas residuais exige essa especialização, pelo que a sua gestão de forma eficiente é incompatível com a manutenção destes serviços internalizada nos municípios.

Por outro lado, face à atual conjuntura económica, onde não há garantias de novos financiamentos comunitários, é imprescindível rentabilizar as infraestruturas existentes, por forma a assegurar a sustentabilidade infraestrutural, económica e financeira dos serviços a médio e longo prazo. Esta situação apenas será possível com a elaboração de planos de gestão patrimonial de infraestruturas, tal como previsto no DL 194/2009, de 29 de agosto, cuja implementação exige a constituição de equipas especializadas. No entanto, tal implica o dispêndio de verbas significativas, as quais poderão ser incompatíveis e com um retorno diminuto em municípios de pequena dimensão. Numa situação de agregação, os trabalhos de desenvolvimento e aplicação destes planos terão um custo por cliente/utilizador significativamente inferior. Trata-se apenas de um exemplo da criação de economias de escala que poderá advir da gestão conjunta dos sistemas.

Acrece ainda que, estudos similares, desenvolvidos por outras entidades, coincidem nas conclusões, demonstrando claramente as vantagens da agregação, designadamente:

- Os estudos elaborados pela Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, atualmente denominada por Águas do Norte (AdN), com vista à constituição de uma parceria;
- Os estudos elaborados pela ERSAR, através da consultoria prestada pelo Professor Popes Martins (Maio de 2016), no âmbito do Grupo de Trabalho constituído para desenvolver a capacitação das Entidades Gestoras e promover a agregação dos sistemas de menor dimensão, em especial os de gestão direta pelos Municípios.

Há muito que os municípios de Trás-os-Montes e Alto Douro e em particular os da Comunidade Intermunicipal do Douro (CIM Douro) têm vindo a sentir a necessidade de se unir para otimizar a gestão dos serviços de águas, designadamente na produção e distribuição de água potável e na recolha e tratamento de águas residuais.

Em face do exposto, os municípios da CIM Douro, reunidos no Conselho de Freguesia de Espada à Cinta, no dia 25 de Maio de 2016, deliberaram promover a gestão conjunta dos serviços de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas, e eventualmente a gestão das redes de águas pluviais urbanas, através de entidades empresárias com abrangência Intermunicipal (Empresa Municipal ou Intermunicipal). O presente trabalho decorre do cumprimento desta deliberação.



### 3. MODELO DE GESTÃO

O DL 194/2008, de 20 de agosto, "estabelece o regime jurídico dos serviços municipais de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos". O artigo 7.º deste diploma determina que a entidade gestora é definida pela entidade titular de entre quatro possibilidades: a prestação direta, a delegação em empresa constituída em parceria com o Estado, a delegação em empresa do setor empresarial local e a concessão do serviço.

O Município de Vila Real delegou a gestão destes sistemas na EMARVR, Água e Resíduos de Vila Real, EM, SA, empresa que integra o setor empresarial local, nos restantes Municípios proponentes da Águas do Interior – Norte, E.I.M., S.A: a gestão é feita diretamente através dos serviços municipais.

Dos trabalhos efetuados no âmbito da CIM Douro resultou a constatação da necessidade de proceder a alterações e mudanças tendo em vista a sustentabilidade dos sistemas e a melhoria da qualidade do serviço prestado, com o menor encargo possível para os utilizadores.

Os Municípios envolvidos na constituição da Águas do Interior – Norte são na sua generalidade de pequena dimensão, pelo que a agregação dos sistemas surge como uma das medidas potenciadoras da promoção da melhoria do serviço e da sua sustentabilidade através da obtenção de economias de escala, economias de gama, partilha de conhecimentos, aumento da capacidade financeira, possibilidade de criação de equipas especializadas, entre outros. Desta forma, a gestão direta prevista no referido artigo foi rejeitada.

Uma das premissas da deliberação da Deliberação da CIM Douro prende-se com a salvaguarda dos interesses dos consumidores, pelo que o retorno obtido com o acréscimo da eficiência da gestão dos sistemas deverá reverter para estes. Esta situação ficou assente nos documentos de constituição da empresa intermunicipal. Apenas a delegação em empresa do setor empresarial local garante que os benefícios ocorridos ao nível dos resultados revertem para a tarifa, nas restantes formas de agregação, o retorno obtido seria repartido pelos acionistas.

Acresce ainda que tanto na situação de concessão, como na delegação em empresa constituída em parceria com o Estado, os Municípiosariam o seu poder de influência e decisão sobre o futuro dos sistemas de abastecimento e drenagem de águas residuais muito limitado.

A constituição de uma empresa intermunicipal surge assim como a única solução capaz de promover a melhoria do serviço prestado, melhorar a sua eficiência, assegurar a sustentabilidade a longo prazo, salvaguardando simultaneamente a proteção dos utilizadores, nomeadamente no que à acessibilidade económica diz respeito.

## 4. ASPETOS ECONÓMICOS

No cumprimento do disposto do art.º 32 da Lei 50/2012, de 30 de agosto, procedeu-se a uma análise exaustiva das male-vasias que poderiam advir da agregação da gestão dos sistemas de abastecimento de água e saneamento de águas residuais dos municípios já referidos. Iniciou-se pelos aspetos económico-financeiros.

### 4.1. CUSTOS DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

A prestação dos serviços de abastecimento de água e saneamento de águas residuais carece de um elevado volume de infraestruturação, o que faz aumentar exponencialmente os custos fixos. Assim, em virtude das economias de escala geradas, é conveniente que as entidades gestoras disponham de uma dimensão que permita a recuperação dos gastos e otimização dos investimentos.

Existem também custos variáveis resultantes da prestação, desde logo a compra de água e o tratamento de águas residuais. Também para estes custos é necessária uma gestão eficiente. É do conhecimento público, o elevado volume de perdas de água dos sistemas de abastecimento de água, que se traduz em gastos elevados. Por outro lado, algumas deficiências nas redes de drenagem de águas residuais estão na origem de elevados caudais pluviais que afluem às estações de tratamento, sendo necessários investimentos e uma gestão criteriosa das redes.

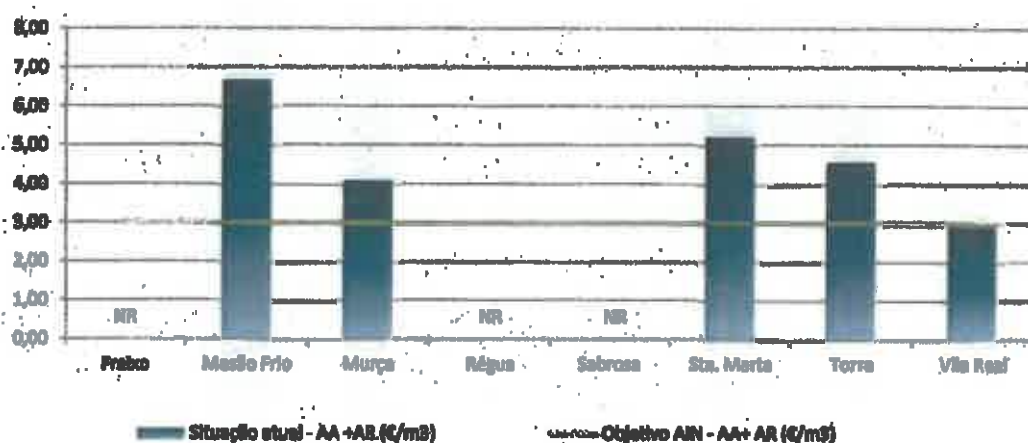


Gráfico 1 - Custos unitários da prestação de serviço AA+AR (€/m³)

Em três municípios não foi possível calcular o custo unitário da prestação de serviço. Para os restantes a situação atual tem um valor médio de 4,72€/m³.

Partindo destas orientações, os estudos realizados suportam que a empresa Águas do Interior – Norte terá um nível de custos unitários de aproximadamente 3€/m³, para o conjunto dos serviços de abastecimento de água e saneamento de águas residuais.

Na manutenção da situação atual não se perspetiva uma melhoria dos resultados apresentados pelos municípios, a gestão dos sistemas em análise exige a constituição de equipas especializadas, situação que não é possível de ser rentabilizada com sistemas de pequena dimensão.

## 4.2. DÉFICE SUPORTADO PELOS MUNICÍPIOS

O atual nível de custos em que incorrem os Municípios inviabiliza a sua recuperação integral através do recurso à tarifa. Assim, dado que os rendimentos tarifários não compensam a totalidade dos gastos, os municípios suportam o défice tarifário que decorre da gestão dos sistemas, sendo portanto um encargo adicional para os respetivos orçamentos.

A evolução do setor, as recomendações do regulador e a legislação em vigor apontam para a implementação de tarifários que reflitam corretamente os custos com a prestação dos serviços.

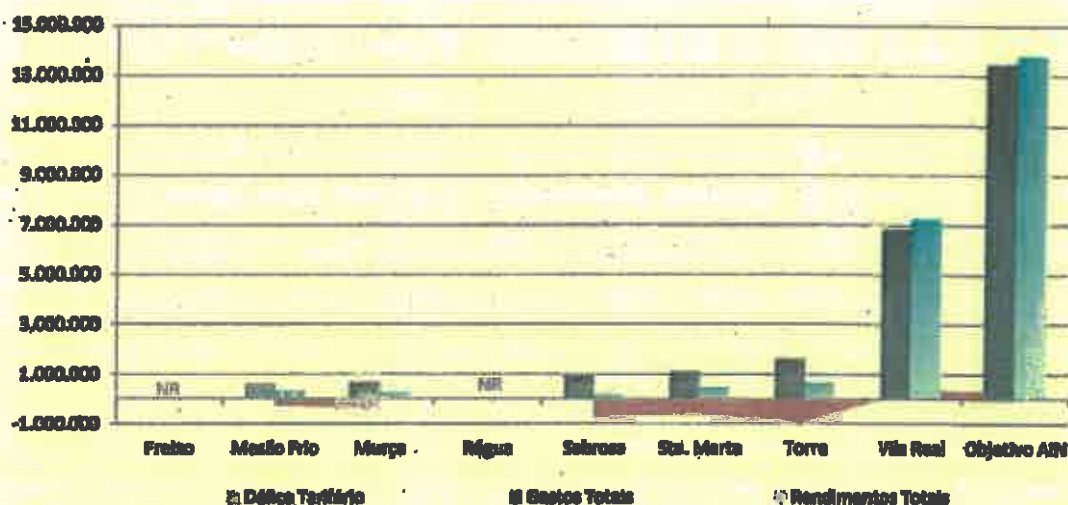


Gráfico 2 - Rendimentos e gastos 2016 (€)

De acordo com os elementos disponibilizados pela ERGAR, em 2016 o défice tarifário nos municípios proponentes da criação da empresa Intermunicipal foi de 2.527.711€, sendo que apenas em Vila Real se verificou um superavit da prestação do sistema. Acresce ainda que em dois municípios não foi possível avaliar o nível de recuperação de custos.

Esta situação põe em causa a sustentabilidade económica das entidades gestoras, comprometendo no longo prazo a universalidade e a qualidade dos serviços prestados. A falta de financiamento comunitário, aliada a esta situação diminui o valor das disponibilidades financeiras destinadas à renovação de infraestruturas e ao investimento em tecnologias, situação possível de colocar em causa a sustentabilidade infraestrutural a longo prazo, bem como de diminuir a vida útil destas infraestruturas por falta de manutenção.

O tarifário deve encaminhar os utilizadores para uma utilização racional e eficiente dos serviços, bem como a preservação de um recurso escasso como a água potável.

Por outro lado, conforme se demonstrou no capítulo anterior, na generalidade dos municípios verificam-se custos unitários elevados, os quais se fossem integralmente repercutidos na tarifa exigiam aos utilizadores um esforço financeiro elevado, colocando em causa a acessibilidade económica ao serviço.

Somente um elevado nível de cobertura de gastos totais permitirá uma adequada capacidade de conservação e reabilitação das infraestruturas, bem como a garantia de sustentabilidade e continuidade dos sistemas.

Nesse sentido, a Diretiva Quadro da Água estabelece que os Estados-Membros devem dispor de uma política de preços, que incentive uso eficiente da água e uma recuperação dos custos, incluindo os custos ambientais e da escassez. Este documento estabelece também que a recuperação dos gastos deve ocorrer por via da redução de gastos, através dos ganhos de eficiência fazendo o equilíbrio com tarifas socialmente aceitáveis.

Uma das soluções para a obtenção dos ganhos de eficiência está relacionada com os ganhos de escala. Dos estudos levados a cabo pelo Professor Popas Martins, foi possível definir uma curva de sustentabilidade, traduzida pela expressão:

$$y = 41,39117x^{-0,34168}$$

E reproduzida no gráfico 3.

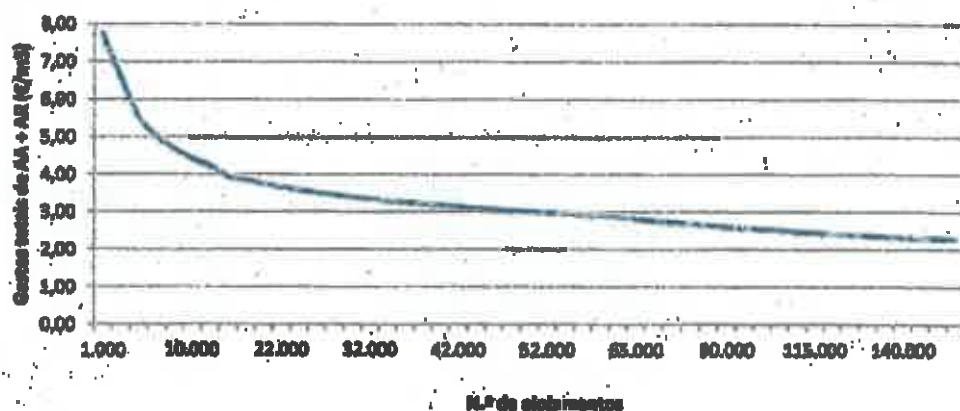


Gráfico 3 - Relação dos gastos totais com o n.º de alojamentos

### 4.3. FINANCIAMENTO COMUNITÁRIO

Da análise efetuada aos sistemas municipais envolvidos no processo de agregação resulta que as principais deficiências se encontram ao nível da eficiência e do tratamento inadequado dos sistemas de drenagem. A resolução destas situações apenas será possível com um forte investimento na modernização de infraestruturas e aquisição de tecnologia que permita uma melhoria da prestação do serviço.



Uma vez que os documentos estratégicos do setor apontam a agregação como a melhor solução para a gestão dos sistemas municipais de abastecimento de água e saneamento de águas residuais, os fundos comunitários acompanham essas orientações. Assim, os avisos para apresentação de candidaturas estão condicionados a entidades que agreguem um conjunto de Municípios, conforme acontece com o aviso POBEM - 12 - 2016 - 05, atualmente em vigor.

A ausência de participação comunitária inviabiliza a execução destes investimentos, sob pena de se onerar em demais a tarifa ou os orçamentos municipais. Assim, na eventualidade de não se constituir uma empresa intermunicipal manter-se-á uma situação penalizadora para o ambiente e para as pessoas.

## 5. QUALIDADE DE SERVIÇO PRESTADO AO UTILIZADOR

A disponibilidade dos serviços de abastecimento de água e saneamento de águas residuais por si só não é suficiente para garantir o bem-estar das populações e a sua saúde pública. É necessário que esses serviços cumpram um conjunto mínimo de requisitos. Nesse sentido, a ERSAR promove a sua avaliação através de indicadores, agrupados em três pilares essenciais: o interface com o utilizador, a sustentabilidade da gestão de serviço e a sustentabilidade ambiental.

O Anexo I ao Contrato de Gestão Delegada, celebrado entre os Municípios de Aljô, Freixo de Espada à Cinta, Mesão Frio, Murça, Peso da Régua, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião, Torre de Moncorvo e Vila Real e a Águas do Interior – Norte, EIM, SA., define objetivos estratégicos integrados nos objetivos definidos para o sector, materializados em indicadores de cobertura e de qualidade de serviço, de desempenho ambiental, de produtividade e de eficiência de gestão.

No presente capítulo procede-se a uma comparação entre as metas fixadas para o desempenho da empresa e constitui-se os valores da última avaliação validada pelo regulador, sendo no caso referente ao ano de 2016. Promove-se também uma estimativa do desempenho futuro na situação atual.

### 5.1. SERVIÇO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Para avaliar a qualidade dos serviços prestados no âmbito do abastecimento de água, foram seleccionados os indicadores constantes do quadro seguinte:

#### ADEQUAÇÃO DA INTERFACE COM O UTILIZADOR

AA 03 - Ocorrência de falhas no abastecimento [n.º/(1000 ramais • ano)]

AA 04 - Água segura (%)

AA 05 - Resposta a reclamações e sugestões (%)

#### SUSTENTABILIDADE DA GESTÃO DO SERVIÇO

AA 08 - Água não faturada (%)

AA 11 - Ocorrência de avarias em condutas [n.º/(100 km • ano)]

#### SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

AA 14 - Cumprimento do licenciamento das captações (%)

### 5.1.1 Ocorrência de falhas no abastecimento [n.º/(1000 ramais • ano)]

Para avaliar a continuidade do serviço recorre-se ao número de falhas no abastecimento por 1000 ramais, sendo que a ERSAR estabelece que a qualidade de serviço "boa" ocorre para valores entre 0 e 1. Considera-se como falha a interrupção do abastecimento de água aos utilizadores, não planeada ou planeada e sem aviso prévio de, pelo menos 48 horas de antecedência, com duração igual ou superior a 6 horas.

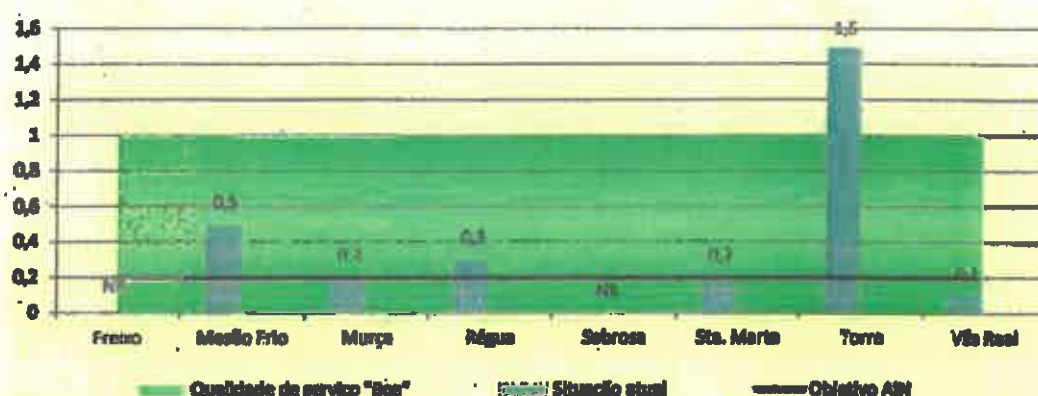


Gráfico 4 - Ocorrência de falhas no abastecimento

Na situação atual, os municípios de Freixo de Espada à Cinta e de Sabrosa não monitorizam este indicador. O Município de Torre de Moncorvo apresenta um número de falhas não condizente com a qualidade de serviço "Boa", definida pela ERSAR.

Os restantes municípios apresentam valores dentro da gama definida como qualidade de serviço "boa", no entanto, com a ausência de investimento na renovação e atualização das infraestruturas, designadamente em condutas, é expectável que a ocorrência de falhas venha a aumentar, na eventualidade de se manter a situação atual.

Com a constituição da empresa intermunicipal está prevista a renovação das redes e das restantes infraestruturas, pelo que é expectável uma melhoria generalizada deste indicador.

### 5.1.2 Água segura (%)

Este indicador avalia a qualidade do serviço prestado no que respeita à qualidade da água fornecida pela entidade gestora, tendo em conta o resultado das análises efetuadas, cumprimento dos valores paramétricos e a frequência da amostragem.

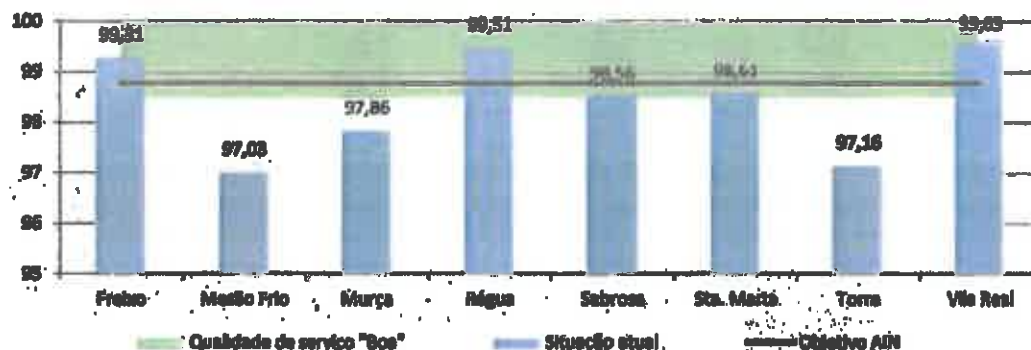


Gráfico 5 - Água segura (%)

De acordo com os elementos disponíveis, existem municípios que ainda não atingiram os valores necessários para que a qualidade do serviço prestado, no domínio da qualidade da água, seja classificada como "boa". Esta é uma situação que tenderá a agravar-se com a ausência de investimento e a impossibilidade de os Municípios dedicarem recursos à sua melhoria.

Os investimentos previstos, bem como a alocação de elementos específicos destinados a garantir a qualidade da água fornecida fazem parte dos objetivos da Água do Interior - Norte, pelo que se prevê uma melhoria neste indicador para a generalidade dos Municípios com a constituição da empresa.

### 5.1.3 Resposta a reclamações e sugestões (%)

Para avaliar a interação entre os utilizadores e a entidade gestora, a ERSAR monitoriza a percentagem de respostas a reclamações e sugestões que ocorre dentro do prazo legal. Para o regulador a qualidade de serviço "Boa" ocorre para valores de 100%

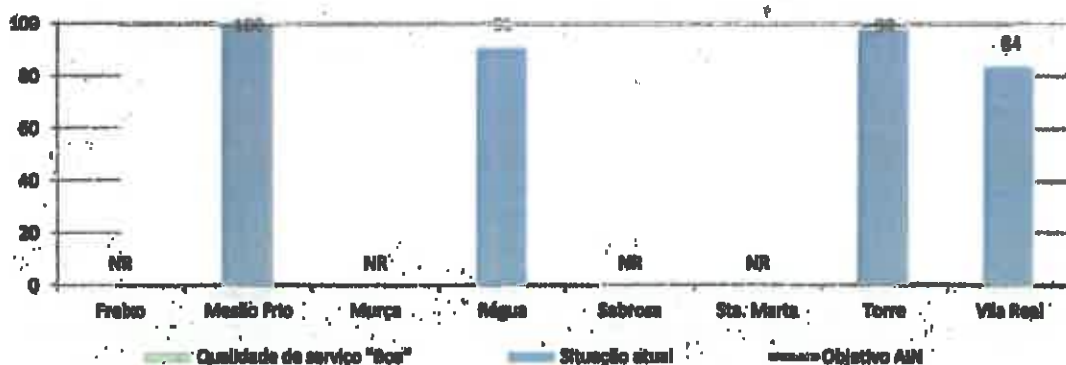


Gráfico 6 - Resposta a reclamações e sugestões (%)



Um número considerável de Municípios não monitoriza este indicador. A monitorização e cumprimento dos prazos de resposta definidos pelo regulador implicam a existência de procedimentos bem definidos e um sistema de gestão destes processos, o qual não poderá ser rentabilizado em sistemas com um número reduzido de clientes. Acresce ainda que, tendo em conta o constante degradar das infraestruturas e a diminuta taxa de renovação, o número de reclamações tenderá a aumentar.

Devido à relevância atribuída à interação com os utilizadores, a Águas do Interior - Norte tem como objetivo responder a todas as reclamações e sugestões dentro do prazo legal, para tal utilizará o sistema em utilização no Município de Vila Real, o qual permitiu uma evolução muito favorável nos últimos anos.

#### 5.1.4 Água não faturada (%)

O volume de água não faturada constitui uma das principais ineficiências dos sistemas de abastecimento de água. Este indicador é definido pela água entrada no sistema de distribuição, que não é faturada ao utilizador final.

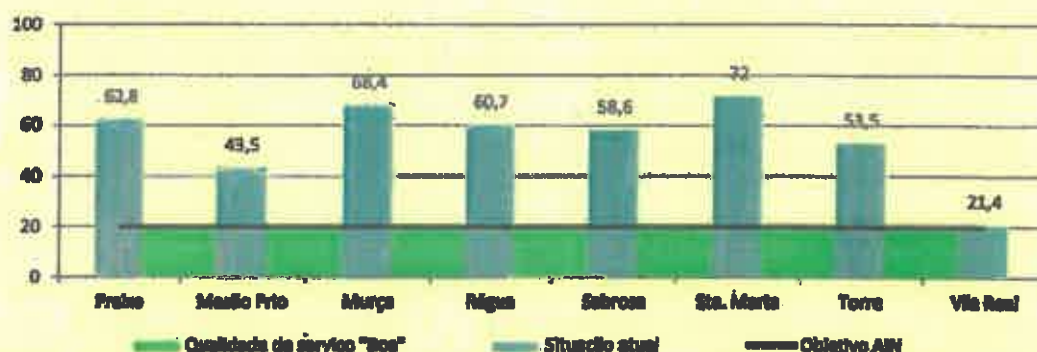


Gráfico 7 - Água não faturada (%)

A redução do volume de água não faturada exige investimento em reabilitação de infraestruturas e aquisição de tecnologia, o que no cenário de manutenção da situação atual se revela de difícil concretização. Além disso, os equipamentos de deteção de fugas têm um custo relativamente elevado, pelo que a sua rentabilização apenas ocorrerá em sistemas com uma dimensão considerável. Assim, é expectável que na eventualidade de a gestão dos sistemas permanecer nos Municípios, este indicador sofra um agravamento em virtude da degradação e do envelhecimento das infraestruturas.

É objetivo da AIN reduzir o nível de água não faturada em todos os Municípios integrantes, de forma a atingir a classificação de qualidade de serviço "boa". Trata-se de um objetivo relevante, na medida em que contribui para a sustentabilidade da entidade gestora e para a preservação de um recurso escasso e vital à sobrevivência das populações.

### 5.1.5 Ocorrência de avarias em condutas [n.º/(100 km • ano)]

De forma a avaliar a sustentabilidade e condição estrutural das condutas, avalia-se a frequência da ocorrência de avarias em condutas, definindo-se como o número que ocorre por cada 100km.

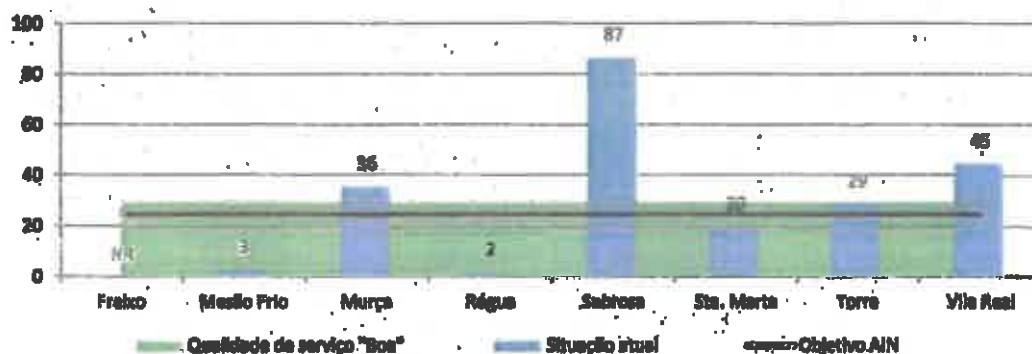


Gráfico 5 - Ocorrência de avaria em condutas [n.º/(100 km • ano)]

Na situação atual um dos municípios não monitoriza este indicador, três estão acima do limite máximo permitido para a classificação de qualidade de serviço "bos".

A renovação das infraestruturas prevista nos documentos de constituição da empresa Intermunicipal, possibilitará a melhoria deste indicador.

### 5.1.6 Cumprimento do licenciamento das captações (%)

Um dos requisitos essenciais para o fornecimento de água prende-se com o licenciamento das captações. Para avaliar essa situação, a ERSAR definiu como indicador a percentagem do volume de água captada em captações licenciadas que cumpre os requisitos dos títulos de utilização de captação.

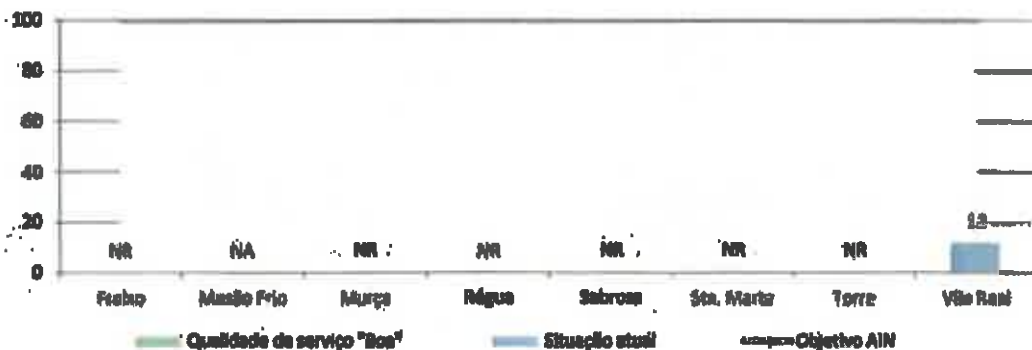


Gráfico 6 - Cumprimento do licenciamento das captações (%)

A generalidade dos municípios não respondeu a este indicador, o que não pode deixar de ser considerado preocupante na medida em que podem não estar a ser cumpridos os requisitos definidos como necessários ao licenciamento das captações destinadas ao abastecimento público de água.

Neste domínio é objetivo da Águas do Interior – Norte licenciar todas as captações num período de cinco anos.

## 5.2. SERVIÇO DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS URBANAS

Para avaliar a qualidade dos serviços prestados no âmbito do saneamento de águas residuais urbanas, foram selecionados os indicadores constantes do quadro seguinte:

### ADEQUAÇÃO DA INTERFACE COM O UTILIZADOR

AR 03 - Ocorrência de inundações [n.º/(1000 rúas . ano)]

AR 04 - Resposta a reclamações e sugestões (%)

### SUSTENTABILIDADE DA GESTÃO DO SERVIÇO

AR 09 - Ocorrência de colapsos estruturais em coletores [n.º/(100 km . ano)]

### SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

AR 13 - Cumprimento da licença de descarga (%)

AR 14 - Encaminhamento adequado de lamas do tratamento (%)

#### 5.2.1 Ocorrência de inundações [n.º/(1000 rúas . ano)]

Para avaliar a qualidade do serviço no que respeita à proteção de pessoas e bens, recorreu-se à análise do número de ocorrências de inundação na via pública e em propriedades, com origem na rede pública de coletores por 1000 rúas. A ERSAR estabelece que a qualidade de serviço "boa" ocorre para valores entre 0 e 0,25.

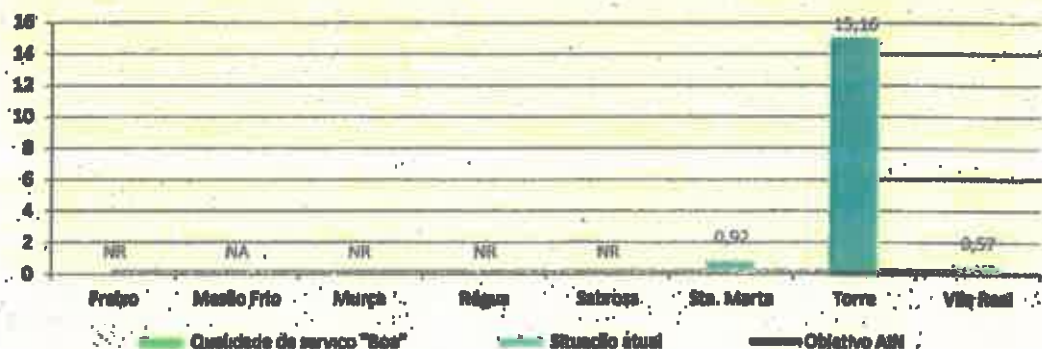


Gráfico 10 - Ocorrência de inundações

Atualmente um elevado número de municípios não monitoriza este indicador. Os restantes apresentam valores superiores ao máximo definido pela ERSAR para a atribuição de qualidade "boa". A natural degradação das infraestruturas, aliada à falta de investimento dos municípios, pelos motivos já referidos, levará à deterioração dos resultados deste indicador, numa situação de manutenção do atual modelo de gestão dos sistemas.

É objetivo da Águas do Interior – Norte apresentar valores inferiores a 0,25 neste indicador. Tal será obtido por via da reabilitação de infraestruturas prevista no plano de investimentos da empresa a constituir.

### 5.2.2 Resposta a reclamações e sugestões (%)

Para avaliar a interação entre os utilizadores e a entidade gestora, a ERSAR monitoriza a percentagem de respostas a reclamações e sugestões que ocorre dentro do prazo legal. Para o regulador a qualidade de serviço "Boa" ocorre para valores de 100%

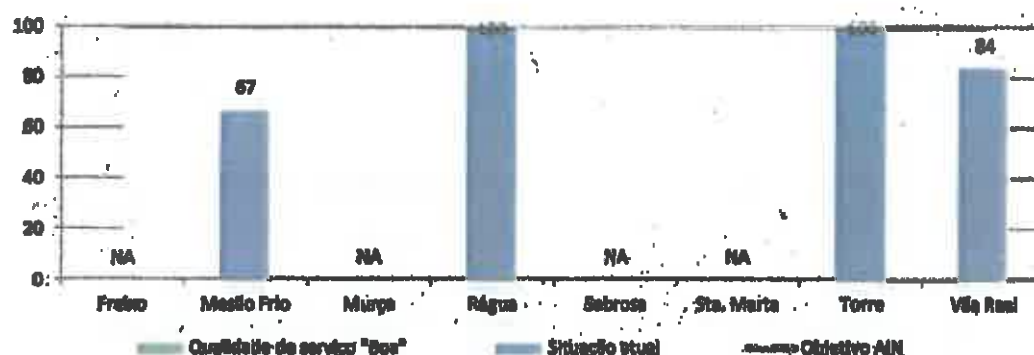


Gráfico 11 - Resposta a reclamações e sugestões

Um número considerável de Municípios não monitoriza este indicador. A monitorização e cumprimento dos prazos de resposta definidos pelo regulador implicam a existência de procedimentos bem definidos e um sistema de gestão destes processos, o qual não poderá ser rentabilizado em sistemas com um número reduzido de clientes. Acresce ainda que, tendo em conta o constante degradar das infraestruturas e a diminuta taxa de renovação, o número de reclamações tenderá a aumentar.

Devido à relevância atribuída à interação com os utilizadores, a Águas do Interior - Norte tem como objetivo responder a todas as reclamações e sugestões dentro do prazo legal, para tal utilizará o sistema em utilização no Município de Vila Real, o qual permitiu uma evolução muito favorável nos últimos anos.

### 5.2.3 Ocorrência de colapsos estruturais em coletores ((n.º/(100 km . ano)))

De forma a avaliar a sustentabilidade e condição estrutural dos coletores, avalia-se a frequência da ocorrência de colapsos estruturais em coletores, definindo-se como o número que ocorre por cada 100km. A ERSAR estabelece que apenas a inexistência de colapsos equivale à qualidade de serviço "boa".





Gráfico 12 - Ocorrência de colapso estrutural em coluturas.

Na situação atual existem dois municípios que não monitorizam este indicador. Dos restantes, existem dois com valores superiores ao máximo permitido e os restantes não têm colapso. O envelhecimento das infraestruturas e a ausência de investimentos de renovação poderá ver a potenciar a ocorrência de colapsos.

A continuidade da prestação do serviço faz parte dos objetivos da empresa a constituir. Os valores de renovação de infraestruturas, previstos no plano de investimentos, permitirão assegurar a inexistência de colapsos.

#### 5.2.4 Cumprimento da licença de descarga (%)

Para aferir a eficiência em termos da prevenção da poluição, a ERSAR preconiza a análise do indicador referente ao cumprimento da licença de descarga. Este indicador define-se como a percentagem da população equivalente que é servida por instalações de tratamento que asseguram cumprimento da licença de descarga, quer em termos de número de parâmetros e periodicidade de monitorização, quer em termos do cumprimento dos limites de descarga.

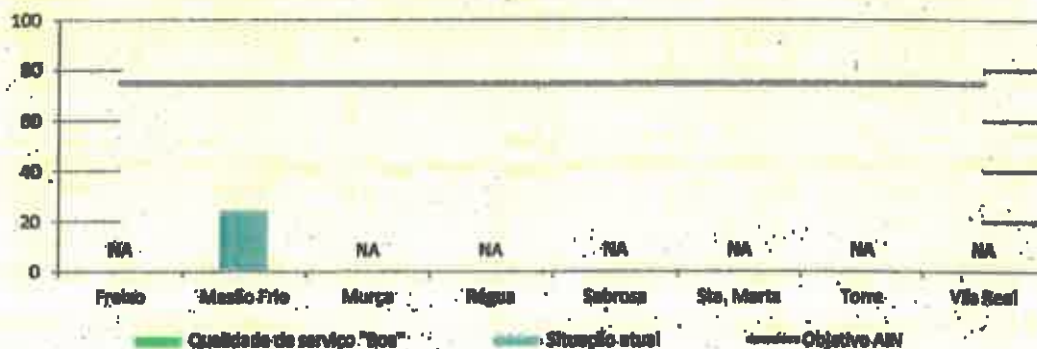


Gráfico 13 - Cumprimento da licença de descarga (%)

A generalidade dos municípios não reportou os elementos relativos ao cumprimento do licenciamento de descarga. Embora se trate de um aspeto complexo, a Águas do Interior Norte

tem como objetivo a aquisição do licenciamento de todas as infraestruturas de tratamento, bem como o cumprimento dos requisitos que forem atribuídos.

Acresce ainda que os Municípios envolvidos se situam nas imediações da Bacia do Douro, considerada como zona sensível de acordo com o estabelecido no DL 149/2004, de 22 de junho. A falta de licenças de descarga indica o incumprimento dos normativos em vigor, pelo que a manutenção desta situação poderá vir a constituir a degradação da qualidade das massas de água e por essa via o incumprimento da Diretiva de Águas Residuais Urbanas (DARU).

A resolução desta situação, apenas será possível com a adequação das infraestruturas de tratamento atualmente em funcionamento nos sistemas em análise e a sua gestão de forma eficiente. Tal exige um investimento inabarcável para os Municípios, principalmente sem a comparticipação comunitária assegurada. O plano de investimentos, da empresa intermunicipal a constituir, inclui a resolução destas situações através do investimento nas estações de tratamento existentes, que em alguns casos passará pela inclusão de novas etapas ao processo de tratamento atualmente em funcionamento. Esta tipologia de investimentos está prevista no aviso para apresentação de candidaturas atualmente em vigor para entidades agregadas.

#### 5.2.5 Encaminhamento adequado de lamas do tratamento (%)

As lamas resultantes do tratamento de águas residuais constituem uma potencial fonte de contaminação dos recursos naturais, motivo pelo qual importa monitorizar o seu encaminhamento.

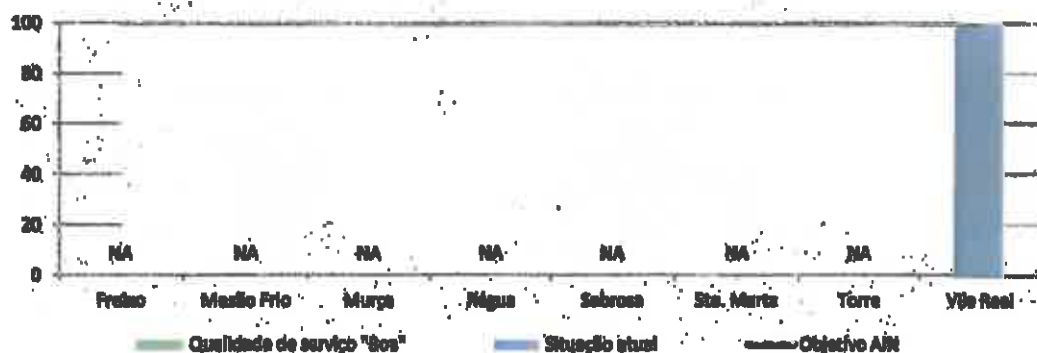


Gráfico 14 - Encaminhamento adequado de lamas do tratamento (%)

Na situação presente, apenas um dos municípios respondeu a este inquérito. Esta situação deverá manter-se no cenário de manutenção do atual sistema de gestão.

A preservação do ambiente constitui uma prioridade para a entidade a constituir, pelo que é objetivo da Águas do Interior – Norte a obtenção de 100% de resultado neste indicador.

## 6. SUSTENTABILIDADE DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

A internalização dos serviços nos municípios, bem como a inexistência de dimensão suficiente que permita uma gestão eficiente das condutas e coletores, poderá colocar em causa a prestação do serviço, no longo prazo. Os dados reportados à ERSAR relativos a 2016 comprovam esta situação. Apenas quatro municípios reportaram a realização de obras de reabilitação de condutas e só um município a realização de obras de reabilitação de coletores. Acresce ainda que, com taxas bastante diminutas. Situação que a longo prazo poderá colocar em causa a prestação do serviço.

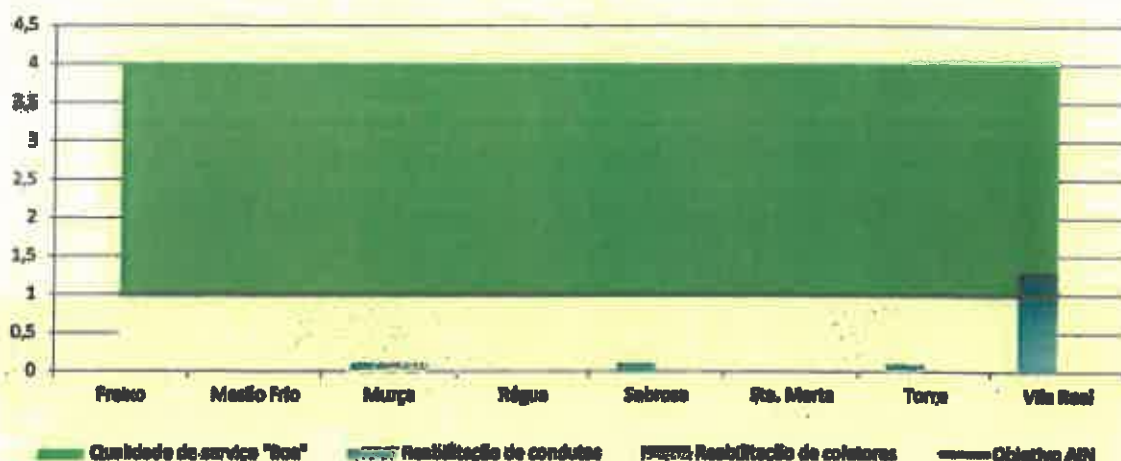


Gráfico 15 - Reabilitação de condutas e coletores em 2016 (Valores)

A sustentabilidade da prestação de serviços é uma das principais preocupações que norteiam a constituição da Águas do Interior – Norte. Como já referido, estando praticamente concluída a fase de infraestruturas e havendo uma grande limitação para o financiamento de novos investimentos, a priorização das intervenções devem atender a critérios de racionalidade económica e operacional. Assim, uma entidade de gestora eficiente deve constituir equipas destinadas à monitorização contínua do estado de conservação e funcionamento das infraestruturas. A constituição destas equipas no âmbito da atividade dos municípios seria inoportuna, uma vez que geraria custos unitários por km de rede inoportuna. A agregação dos sistemas dos Municípios no âmbito da constituição da Águas do Interior – Norte, permitirá a criação destas equipas, estando prevista a reabilitação das infraestruturas ao ritmo de 1%/ano, sendo que nos primeiros cinco anos essa percentagem será de 5%. Desta forma estará assegurada a continuidade da prestação dos serviços no longo prazo.

Por outro lado, conforme determina o DL 194/2009, de 20 de agosto, a elaboração e aplicação de um plano de gestão de infraestruturas é obrigatória para as entidades que gerem mais de 30.000 utilizadores. Para os Municípios mais pequenos, embora não seja obrigatório, é recomendável, pois apenas uma utilização adequada e uma monitorização constante permitirá a conservação das infraestruturas em bom estado, assegurando-se a continuidade do serviço. Contudo a implementação destes serviços em cada um dos Municípios será demasiadamente dispendiosa, uma consulta ao Portal dos Contratos públicos permitirá verificar que em média a implementação por entidade externa terá um custo elevado. A EMARVR já dispõe desses

planos, numa situação de agregação poderá partilhar os seus conhecimentos e implementar os planos de gestão patrimonial em todo o território a um custo bastante reduzido.

Numa situação de escassez de financiamento, torna-se indispensável desenvolver todos os esforços necessários ao prolongamento da vida útil das infraestruturas, tal apenas será possível com a correta gestão e eficiente manutenção num contexto de agregação, já que existem custos fixos não rentabilizáveis em sistemas de pequena dimensão.



## **7. RELATÓRIO ERSAR**

A ERSAR, em colaboração com a Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa e um conjunto de peritos do setor elaborou um relatório sobre a agregação dos sistemas municipais de Alijó, Freixo da espada à Cinta, Mesão frio, Murça, peso da Régua, Santa Marta de Penaguião, Torre de Moncorvo, Sabrosa e Vila Real.

Analisado este relatório, transcrevem-se as suas principais conclusões:

- a) A agregação dos sistemas permite atingir uma situação de recuperação integral de custos e de sustentabilidade económica com evolução positiva em termos de qualidade do serviço prestado aos utilizadores e com tarifas de valor inferior às que seriam praticadas pela maior parte das EG que atualmente operam no terreno de forma individual.
- b) Considera-se que, no caso da CIM Douro Norte, ficou demonstrada a vantagem de desenvolver a agregação das entidades gestoras atuais, tendo como âncora a EMAR de Vila Real, para potenciar as economias de escala características do setor.

Tendo em conta que apenas o Município de Alijó não aderiu nesta à fase à empresa Intermunicipal, consideramos que as conclusões do referido estudo se mantêm válidas.

## 8. AVALIAÇÃO DAS ALTERNATIVAS

Nos capítulos anteriores foram analisadas as duas alternativas existentes, bem como as condicionantes respeitantes à evolução esperada para cada uma. Escolher a melhor solução trata-se de uma decisão complexa, à qual deve atender a vários parâmetros. Não obstante a relevância da vertente financeira, a importância que estes serviços têm para o quotidiano das populações exige que sejam tidos em conta também outros aspetos relacionados com a qualidade do serviço. De facto, de que serviria às populações um serviço eficiente mas com incumprimentos ao nível da qualidade da água. Por outro lado, a decisão não pode ter em conta apenas o presente, mas que tenha em conta também a continuidade e sustentabilidade a longo prazo. Pretende-se assim optar pela alternativa que permita a obtenção de níveis de serviço adequados, com níveis de risco e custos aceitáveis.

Em face do exposto, procedeu-se a uma avaliação com base na metodologia AWARE-P *Advanced Water Asset Rehabilitation*, adaptada ao contexto específico em análise. De acordo com esta metodologia as decisões são tomadas com base na avaliação dos objetivos definidos tomando-se menos subjetivas e facilmente quantificáveis. Esta avaliação é feita através de métricas, agrupadas pelos critérios de avaliação. Consciente, a sua natureza as métricas podem ser associadas a uma das dimensões: Custo - Desempenho - Risco.

As deliberações da CIM Douro para o setor têm por base o cumprimento de um conjunto de objetivos, designadamente:

- **Adequação do serviço prestado aos utilizadores:** com este objetivo pretendeu-se avaliar em que medida cada uma das alternativas vai de encontro às necessidades dos utilizadores;
- **Sustentabilidade da prestação do serviço:** este objetivo destina-se a avaliar qual das alternativas promove da melhor forma a sustentabilidade dos sistemas, tanto ao nível financeiro como infraestrutural;
- **Sustentabilidade ambiental:** este objetivo visa avaliar qual o nível de salvaguarda dos aspetos ambientais por cada uma das alternativas.

Os objetivos foram analisados com base em critérios e métricas estabelecidas de acordo com a seguinte tabela:

Objetivo	Critério	Métrica
Adequação do serviço prestado aos utilizadores	Qualidade do serviço de abastecimento de água prestado	AA01 - Ocorrência de fêlhas no abastecimento [n.º/(1000 ramais . ano)]
		AA02 - Água segura (%)
		AA03 - Resposta a reclamações e sugestões (%)
	Qualidade do serviço de saneamento de águas residuais prestado	AR01 - Ocorrência de inundações [n.º/(1000 ramais . ano)]
		AR02 - Resposta a reclamações e sugestões (%)

Objetivo	Critério	Métrica
Sustentabilidade da prestação do serviço	Sustentabilidade econômica	C01 - Custos unitários da prestação de serviço AA+AR (R\$/m <sup>3</sup> )
		C02 - Água não faturada (%)
	Sustentabilidade infraestrutural	AA04 - Ocorrência de avarias em condutas [n.º/(100 km . ano)]
		AR03 - Ocorrência de colapsos estruturais em coletores [n.º/(100 km . ano)]
Sustentabilidade ambiental	Eficiência na utilização de recursos ambientais	AA05 - Cumprimento do licenciamento das captações (%)
	Eficiência na prevenção da poluição	AR04 - Cumprimento da licença de descarga (%)
		AR05 - Encaminhamento adequado de lamas do tratamento (%)

As métricas definidas foram agregadas também em função da sua dimensão conforme tabela seguinte:

Objetivo	Métrica
Custo	C01 - Custos unitários da prestação de serviço AA+AR (R\$/m <sup>3</sup> )
	C02 - Água não faturada (%)
Desempenho	AA02 - Água segura (%)
	AA 03 e AR02 - Resposta a reclamações e sugestões (%)
	AA05 - Cumprimento do licenciamento das captações (%)
	AR04 - Cumprimento da licença de descarga (%)
	AR05 - Encaminhamento adequado de lamas do tratamento (%)
Risco	AA01 - Ocorrência de falhas no abastecimento [n.º/(1000 ramais . ano)]
	AR01 - Ocorrência de inundações [n.º/(1000 ramais . ano)]
	AA04 - Ocorrência de avarias em condutas [n.º/(100 km . ano)]
	AR03 - Ocorrência de colapsos estruturais em coletores [n.º/(100 km . ano)]

Uma vez que no setor em análise as decisões produzam resultados a longo prazo, foi definido um horizonte de planeamento de 5 anos e de análise de 10 anos. As métricas foram avaliadas com uma escala de 0 a 3, sendo que atribuída a classificação de acordo com a seguinte escala:

Intervalo	Classificação
0 a 1	Qualidade Insatisfatória
1 a 2	Qualidade Mediana
2 a 3	Qualidade Boa

Com base nos pressupostos obteve-se a seguinte avaliação para a situação atual (alternativa designada como A.00):

Métrica	2019	2029	Comentário
<b>Qualidade do serviço de abastecimento de água prestado</b>			
AA01 - Ocorrência de falhas de abastecimento [n.º(1000 remais - ano)]	Boa	Mediana	A manutenção de baixo nível de reabitação vai dividir a avaliação desta métrica
AA02 - Água segura (%)	Mediana	Mediana	A existência de condutas de materiais de menor qualidade e com idade mais avançada não permitirá melhorar este indicador
AA03 - Resposta a reclamações e sugestões (%)	Insatisfatória	Insatisfatória	A necessidade de investimento em software e a implementação de novos procedimentos deverá condicionar a evolução desta métrica
<b>Qualidade do serviço de saneamento de águas residuais prestado</b>			
AR01 - Ocorrência de inundações [n.º(1000 remais - ano)]	Insatisfatória	Insatisfatória	A manutenção de baixo nível de reabitação vai dividir a avaliação desta métrica
AR02 - Resposta a reclamações e sugestões (%)	Insatisfatória	Insatisfatória	A necessidade de investimento em software e a implementação de novos procedimentos deverá condicionar a evolução desta métrica
<b>Sustentabilidade económica</b>			
Água não tratada (%)	Insatisfatória	Insatisfatória	A deterioração das redes tenderá a agravar este problema
Custos unitários da prestação de serviço AA+AR (€/m³)	Insatisfatória	Insatisfatória	O investimento das infraestruturas deverá agravar o custo da prestação de serviço
<b>Sustentabilidade infraestrutural</b>			
Ocorrência de avarias em condutas [n.º(100 km - ano)]	Mediana	Insatisfatória	A deterioração das condutas e a baixa taxa de reabitação deverá fazer aumentar o número de avarias
Ocorrência de colapsos estruturais em coletores [n.º(100 km - ano)]	Insatisfatória	Insatisfatória	A deterioração dos coletores e a baixa taxa de reabitação deverá fazer aumentar o número de colapsos
<b>Eficiência na utilização de recursos ambientais</b>			
Cumprimento de licenciamento das captações (%)	Insatisfatória	Insatisfatória	Será necessário investimento no cumprimento dos requisitos, cada vez mais rigorosos, pelo que não são de esperar melhorias
<b>Eficiência na prevenção da poluição</b>			
Cumprimento da licença de descarga (%)	Insatisfatória	Insatisfatória	Será necessário investimento no cumprimento dos requisitos, cada vez mais rigorosos, pelo que não são de esperar melhorias
Enchimento adequado de lagos do tratamento (%)	Insatisfatória	Insatisfatória	Será necessário investimento no cumprimento dos requisitos, cada vez mais rigorosos, pelo que não são de esperar melhorias



Com base nos pressupostos obtive-se a seguinte avaliação para a alternativa à situação atual com a constituição da empresa intermunicipal (alternativa designada como A.01):

Métrica	2015	2021	Comentário
<b>Qualidade do serviço de abastecimento de água potável</b>			
AA01 - Ocorrência de falhas no abastecimento [n.º/(1000 resid. + ano)]	Bom	Bom	Está prevista a substituição de condutas em 5%, nos cinco primeiros anos e de 1% nos restantes, pelo que se espera uma melhoria gradual nos valores deste indicador.
AA02 - Água segura (%)	Mediana	Bom	A criação de equipa especializada, a remodelação de redes e depósitos permitirá melhorar este indicador.
AA03 - Resposta a reclamações e sugestões (%)	Insatisfatória	Bom	A replicação dos procedimentos e utilização de software já disponível poderá melhorar este indicador.
<b>Qualidade do serviço de saneamento de águas residuais prestado</b>			
AR01 - Ocorrência de inundações [n.º/(1000 resid. + ano)]	Insatisfatória	Bom	Está prevista a substituição de tubos em 5%, nos cinco primeiros anos e de 1% nos restantes, pelo que se espera uma melhoria gradual nos valores desta métrica.
AR02 - Resposta a reclamações e sugestões (%)	Insatisfatória	Bom	A replicação dos procedimentos e utilização de software já disponível poderá melhorar este indicador.
<b>Sustentabilidade económica</b>			
Água não faturada (%)	Insatisfatória	Bom	A substituição e aquisição de equipamento permitiu proporcionar melhorias a este nível.
Custos unitários da prestação de serviço AA+AR (€/m³)	Insatisfatória	Bom	A redução do volume de água não faturada e o aproveitamento das economias de escala deverá fazer baixar o custo unitário.
<b>Sustentabilidade ambiental</b>			
Ocorrência de avarias em condutas [n.º/(100 km + ano)]	Mediana	Bom	Está prevista a substituição de condutas em 5%, nos cinco primeiros anos e de 1% nos restantes, pelo que se espera uma melhoria gradual nos valores deste indicador.
Ocorrência de avarias estruturais em coletores [n.º/(100 km + ano)]	Insatisfatória	Bom	Está prevista a substituição de coletores em 5%, nos cinco primeiros anos e de 1% nos restantes, pelo que se espera uma melhoria gradual nos valores desta métrica.
<b>Eficiência na utilização de recursos ambientais</b>			
Cumprimento do licenciamento das captações (%)	Insatisfatória	Bom	Faz parte dos objetivos da empresa o licenciamento das captações, estando inscrito nas orientações estratégicas.
<b>Eficiência na prestação de serviços</b>			
Cumprimento da licença de descarga (%)	Insatisfatória	Bom	Faz parte dos objetivos da empresa o cumprimento das licenças de descarga, estando inscrito nas orientações estratégicas.
Encaminhamento adequado de lamas de tratamento (%)	Insatisfatória	Bom	As lamas de tratamento serão corretamente encaminhadas.

Com recurso ao software disponibilizado pela Baseform obtve-se o resultado constante da Ilustração 1, sendo que A.00 respeita à manutenção da situação atual e A.01 respeita à constituição da empresa intermunicipal.



Ilustração 2 - Resultado da avaliação das alternativas

Agrupando as métricas de acordo com a sua natureza, obteve-se o resultado expresso no gráfico seguinte.

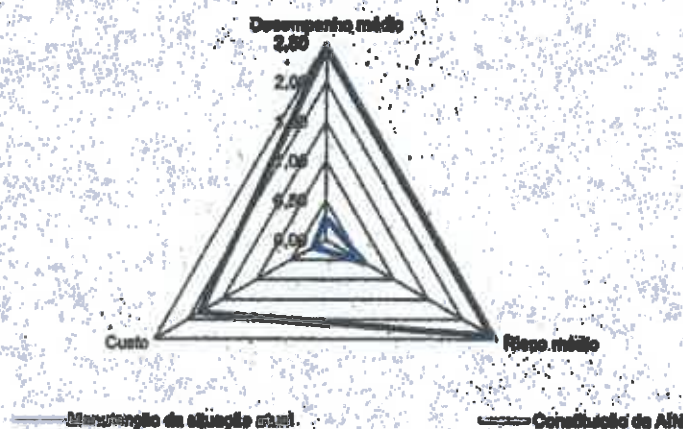


Gráfico 18 - Representação da avaliação das alternativas por dimensão de análise

Em face do exposto podemos concluir que a constituição da empresa Intermunicipal Águas do Interior – Norte é aquela que melhor serve o interesse dos consumidores, bem como a que dá mais garantias de sustentabilidade. Além disso, promoverá uma melhoria do ambiente na medida em que há o compromisso de cumprimento das licenças de descarga e de um destino adequado às lamas resultantes do tratamento.



16 . . .

**EMPRESA INTERMUNICIPAL ÁGUAS  
DO INTERIOR - NORTE, E.I.M., S.A.  
TARIFÁRIO E SUA TRAJETÓRIA TEMPORAL**

JANEIRO 2019

## 1. ÍNDICE

1. ÍNDICE	3
2. SUMÁRIO EXECUTIVO	3
3. ENQUADRAMENTO	4
Princípios Subjacentes	4
Legislação	5
Recomendações ERSAR	5
4. ESTRUTURA	6
5. TABELA DE TARIFAS	7
Tarifas Fixas	7
Tarifas Variáveis	7
6. TRAJETÓRIA DE EVOLUÇÃO TEMPORAL	9
Período 2019-2033	9



## **2. SUMÁRIO EXECUTIVO**

O presente documento, elaborado no âmbito do realizado no âmbito da criação de uma entidade responsável pelos sistemas de abastecimento de água e saneamento de águas residuais de oito Municípios, visa detalhar o tarifário e a sua evolução constante do anexo VII do processo de constituição da empresa Águas do Interior - Norte, EIM, SA.

A empresa desenvolverá a sua atividade nos concelhos de Freixo de Espada à Cinta, Mesão Frio, Murça, Peso da Régua, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião, Torre de Moncorvo e Vila Real.

A fixação de tarifas desempenha um papel fundamental no desempenho da empresa, bem como no comportamento dos utilizadores. É necessário o equilíbrio entre a cobertura de custos e a acessibilidade económica das famílias para uma utilização racional dos serviços.

O aumento da eficiência esperada no âmbito da agregação e implementação de novas tecnologias permitirá a manutenção de tarifas socialmente aceitáveis, garantindo simultaneamente a sustentabilidade da prestação dos serviços.

Em face do exposto definiu-se uma tabela de tarifas, em acordo com a regulamentação em vigor, e que possibilitará a recuperação tendencial dos custos. Desta forma ficará assegurada a sustentabilidade da entidade e garantidos os meios financeiros necessários à realização dos investimentos conducentes com a melhoria contínua do serviço prestado, salvaguardando a acessibilidade económica pelos utilizadores.

### 3. ENQUADRAMENTO

Os serviços de abastecimento de água e saneamento de águas residuais desempenham um papel fundamental no bem-estar e saúde das populações, pelo que a sua gestão deverá ser criteriosa e orientada por princípios que garantam a proteção da saúde pública e do ambiente, a qualidade e sustentabilidade do serviço, a proteção dos interesses dos utilizadores, a sustentabilidade económica e financeira das entidades gestoras, a universalidade e a igualdade no acesso aos serviços.

Há muito que os municípios de Trás-os-Montes e Alto Douro e em particular os da Comunidade Intermunicipal do Douro (CIM Douro) têm vindo a sentir a necessidade de se unir para otimizar a gestão dos serviços de águas, designadamente na produção e distribuição de água potável e na recolha e tratamento de águas residuais.

Em face do exposto, os municípios da CIM Douro, reunidos no Conselho de Freguesia de Espada à Cinta, no dia 25 de Maio de 2016, deliberaram promover a gestão conjunta dos serviços de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas, e eventualmente a gestão das redes de águas pluviais urbanas, através de entidades empresariais com abrangência intermunicipal (Empresa Municipal ou Intermunicipal). O presente trabalho decorre do cumprimento desta deliberação.

Faz parte das preocupações da CIM Douro uma melhoria da qualidade do serviço prestado, reforçando a sua sustentabilidade. Nesse sentido, a definição de tarifas desempenha um papel fundamental na medida em que tem influência na acessibilidade dos utilizadores, simultaneamente.

#### PRINCÍPIOS SUBJACENTES

Os tarifários foram definidos tendo em conta o estipulado na legislação do setor e nas recomendações da ERSAR, refletidos num conjunto de princípios que se descrevem:

- Princípio da acessibilidade económica ao serviço: na medida em que atendeu à capacidade média das famílias, por forma a garantir o acesso tendencialmente universal aos serviços prestados;
- Princípio da utilização sustentável dos recursos hídricos: a água é um bem escasso pelo que o estabelecimento das tarifas procurou contribuir para fomentar a sua utilização racional;
- Princípio da recuperação de custos: não obstante a ênfase colocada na melhoria da eficiência, como forma de reduzir os custos unitários da prestação de serviço, a tabela de tarifas visa a recuperação tendencial dos gastos totais como forma de garantir a continuidade e a sustentabilidade da prestação de serviços.

## **LEGISLAÇÃO**

A tabela de tarifas teve em consideração um conjunto de diplomas legais, dos quais se salienta:

- Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro, estabelece o enquadramento para a gestão das águas superficiais, designadamente as águas interiores, de transição e costeiras, e das águas subterrâneas;
- DL n.º 97/2006, de 11 de junho: estabelece o regime económico e financeiro dos recursos hídricos previsto pela Lei n.º 58/2005, de 29 de Dezembro, disciplinando a taxa de recursos hídricos, as tarifas dos serviços públicos de águas e os contratos - programa em matéria de gestão dos recursos hídricos;
- DL n.º 104/2006, de 20 de agosto: estabelece o regime jurídico dos serviços municipais de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos;
- Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto: estabelece o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais

## **RECOMENDAÇÕES ERSAR**

A elaboração da tabela de tarifas teve em conta as orientações do regulador, designadamente:

- Recomendação n.º 1/2009: relativa à formação de tarifas aplicáveis aos utilizadores finais dos serviços públicos de abastecimento de água para consumo humano, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos;
- Recomendação n.º 2/2010: estabelece os critérios de cálculo para a formação de tarifas aplicáveis aos utilizadores finais dos serviços públicos de abastecimento de água para consumo humano, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos

#### **4. ESTRUTURA**

As tarifas são diferenciadas consoante os utilizadores sejam do tipo doméstico ou não doméstico. Consideram-se utilizadores do tipo doméstico aqueles que utilizam os prédios urbanos para fins habitacionais, com exceção feita aos condomínios. São enquadráveis nos utilizadores não-domésticos todos os restantes utilizadores, designadamente o Estado, as autarquias locais e o setor empresarial.

A estrutura da tabela inclui uma componente fixa e outra variável. A componente fixa foi definida em função do intervalo temporal objeto de faturação e do diâmetro do contador instalado. A tarifa variável é definida em função do volume de água fornecido durante o período objeto de faturação. Esta tarifa é diferenciada de forma progressiva, de acordo com os escalões de consumo, expressos em m<sup>3</sup> por cada 30 dias.

As tarifas mensais destinam-se a suportar um conjunto de serviços, os quais não serão objeto de faturação específica, designadamente:

- Execução, manutenção e renovação de ramais com extensão até 20m;
- Fornecimento de água;
- Recolha e encaminhamento de águas residuais;
- Celebração ou alteração de contrato;
- Disponibilização e instalação de contador;
- Leituras periódicas do contador;
- Execução e conservação de caixas de ligação e sua reparação, salvo se por motivo imputável ao utilizador.



## 5. TABELA DE TARIFAS

### TARIFAS FIXAS

#### Utilizadores Domésticos (Valores por 30 dias)

Calibre do Contador	2019	
	Água	Esgoto
Contadores de ≤ 25 mm	4,6382 €	4,0682 €
Contadores > 25 mm	6,0588 €	6,0723 €

#### Utilizadores Não Domésticos (Valores por 30 dias)

Calibre do Contador	2019	
	Água	Esgoto
Contadores ≤ 20 mm	6,0588 €	6,0723 €
Contadores de 20 mm a 30 mm (inclusivo)	9,0882 €	5,1085 €
Contadores de 30 mm a 50 mm (inclusivo)	13,6323 €	13,6627 €
Contadores de 50 mm a 100 mm (inclusivo)	20,4485 €	26,4940 €
Contadores de 100 mm a 300 mm (inclusivo)	30,6727 €	30,7418 €
Contadores > 300 mm	46,0090 €	45,1115 €

### TARIFAS VARIÁVEIS

#### Abastecimento de água (valores por m³)

Tarifa Variável	Escalaões	2019
<b>Consumos Domésticos</b>		
1ª Escalão	Até 5 m³	0,3851 €
2ª Escalão	> 5 a 15 m³	0,8331 €
3ª Escalão	> 15 a 25 m³	1,9162 €
4ª Escalão	> 25 m³	2,8743 €
<b>Não domésticos</b>		
Escalaão Único		1,9162 €

**Recolha e Tratamento de Esgotos (valores por m³)**

Tarifa Variável		Escalões	2019
<b>Consumos Domésticos</b>			
1º Escalão	Até 5 m³		0,6487 €
2º Escalão	> 5 a 15 m³		0,8998 €
3º Escalão	> 15 a 25 m³		2,0695 €
4º Escalão	> 25 m³		3,1043 €
<b>Não domésticos</b>			
Escalão Único			2,0695 €

## 6. TRAJETÓRIA DE EVOLUÇÃO TEMPORAL

### PERÍODO 2019-2023

III. Durante o período vinculativo 2019-2023, a Empresa tem o direito a rever anualmente o tarifário aplicado ao serviço de abastecimento de acordo com a seguinte expressão:

$$TA_{t+1} = TA_t \cdot IAA_{t+1}$$

Em que:

$TA_{t+1}$  = tarifário a aplicar no ano  $t+1$  ao serviço de abastecimento.

$TA_t$  = tarifário de abastecimento em vigor no ano  $t$  (ano em curso)

$IAA_{t+1}$  = Índice de atualização tarifária do serviço de abastecimento a aplicar relativamente ao ano  $t+1$

IV. O Índice de atualização tarifária do serviço de abastecimento ( $IAA_{t+1}$ ) é apurado de acordo com a seguinte expressão:

$$IAA_{t+1} = (1 + IGA_{t+1}) \cdot (IHPC_t) \cdot (1 - PAA_{t+1}) + (IEA_t) \cdot (PAA_{t+1})$$

Em que:

$IHPC_t$  = Variação do Índice harmonizado de preços no consumidor (M12,12) apurada entre Junho do ano em curso ( $t$ ) e Junho do ano anterior ( $t-1$ ), tal como publicada pelo Banco de Portugal.

$PAA_{t+1}$  = Peso dos serviços de abastecimento em alta prestados, designadamente pela Águas do Norte, nos prováveis tarifários do serviço de abastecimento da Empresa, no ano anterior ao ano em curso ( $t-1$ ).

$IEA_t$  = Variação percentual da tarifa de abastecimento em alta aplicada pela Águas do Norte entre o ano em curso ( $t$ ) e o ano anterior ( $t-1$ ).

$IGA_{t+1}$  = Variação percentual do índice de evolução real de preços do serviço de abastecimento de acordo com a seguinte tabela:

t-1	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	...
$IGA_{t+1}$	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	

V. Durante o período vinculativo 2019-2023, a Empresa tem o direito a rever anualmente o tarifário aplicado ao serviço de saneamento de acordo com a seguinte expressão:

$$TS_{t+1} = TS_t \cdot IAS_{t+1}$$

Em que:

$TS_{t+1}$  = tarifário a aplicar no ano t+1 ao serviço de saneamento

$TS_t$  = tarifário de saneamento em vigor no ano t (ano em curso)

$IAS_{t+1}$  = índice de atualização tarifária do serviço de saneamento a aplicar relativamente ao ano t+1

VI. O índice de atualização tarifária do serviço de saneamento ( $IAS_{t+1}$ ) é apurado de acordo com a seguinte expressão:

$$(IAS_{t+1}) = (1 + IGS_{t+1}) \cdot (IHPC_t) \cdot (1 - PAS_{t+1}) + (IES_t) \cdot (PSS_{t+1})$$

Em que:

$IHPC_t$  = Variação do índice harmonizado de preços no consumidor (M12,12) apurada entre Junho do ano em curso (t) e Junho do ano anterior (t-1), tal como publicada pelo Banco de Portugal.

$PSS_{t+1}$  = Peso dos serviços de saneamento em alta prestados designadamente pela Águas do Norte, nos proventos tarifários do serviço de saneamento da Empresa, no ano anterior ao ano em curso (t-1).

$IES_t$  = Variação percentual da tarifa de saneamento em alta aplicada pela Águas do Norte entre o ano em curso (t) e o ano anterior (t-1).

$IGS_{t+1}$  = Índice de evolução real de preços do serviço de saneamento de acordo com a seguinte tabela:



1+1	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	
IGS <sub>m</sub>	0,1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	

A aplicação do previsto nos pontos III a VI, ao introduzir um desfaseamento nas variáveis utilizadas permite que a proposta de atualização tarifária da Águas do Interior – Norte, EIM, SA, para o exercício seguinte possa ser preparada no 3.º trimestre do exercício em curso com base em dados reais. Tal evita que ocorram desvios sistemáticos ao longo do tempo em resultado de diferenças entre taxas de evolução previstas e as taxas efetivamente verificadas.

**Parecer sobre a constituição de empresa intermunicipal e celebração de contrato de gestão delegada**

<b>Processo</b>	<b>23494</b>
<b>Informação</b>	<b>I-001723/2018</b>
<b>Delegante</b>	<b>Municípios de Freixo de Espada à Cinta, Mesão Frio, Murça, Peso da Régua, Sabrosa, Santa Maria da Penaguião, Torre de Moncorvo, Vila Real</b>
<b>Delegatária</b>	<b>Águas do Interior Norte, E.I.M., S.A.</b>
<b>Serviços a delegar</b>	<b>Abastecimento de água e saneamento de águas residuais</b>
<b>Data da decisão</b>	<b>2018-12-07</b>

**1. Pedido**

Na sequência da decisão dos Municípios Freixo de Espada à Cinta, Mesão Frio, Murça, Peso da Régua, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião, Torre de Moncorvo e Vila Real se agregarem, a EMARVR, Água e Resíduos de Vila Real, E.M., S.A. (adiante designada por "EMAR VR") remeteu através do ofício n.º 1902, de 17 de Julho p.p., o projeto de criação do sistema intermunicipal de abastecimento de água e saneamento de águas residuais e da respetiva entidade gestora, a Águas do Interior Norte, E.I.M., S.A. (adiante designada por "AIN").

Para efeitos de análise e emissão de parecer, foi entregue à ERSAR a seguinte documentação:

- Cópia das certidões de deliberação dos órgãos autárquicos;
- Minuta de estatutos da Águas do Interior Norte, E.I.M., S.A.;
- Minuta de Acordo Parassocial
- EVEF – Estudo de Viabilidade Económica e Financeira, em PDF;
- Minuta de Contrato de Gestão Delegada, acompanhado dos seguintes anexos:
  - Anexo I – Orientações estratégicas
  - Anexo II – Principais iniciativas estratégicas
  - Anexo III – Plano de Investimentos

- Anexo IV – Financiamento direto pelos Municípios
  - Anexo V – Afetação de bens municipais à prestação de serviços
  - Anexo VI – Demonstrações financeiras
  - Anexo VII – Tarifário de serviços e sua trajetória de evolução temporal
- Estudos de avaliação patrimonial
  - Regulamento de serviço público de abastecimento de água e de drenagem de águas residuais
  - Processo de constituição da Águas do Interior Norte, E.I.M., S.A. | Relatório de análise fiscal (Ernst & Young)

Em face da documentação apresentada, foi solicitado por ofício O-007412/2018, de 2018-08-08, que a requerente viesse demonstrar a viabilidade e sustentabilidade económica do projeto, através da identificação dos ganhos de qualidade e racionalidade acrescentada decorrente do desenvolvimento da atividade através de uma entidade empresarial, nos termos do artigo 32.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto. Adicionalmente, foram solicitados elementos complementares relativos ao plano de investimentos, tarifários dos serviços e sua trajetória de evolução.

Na sequência do referido ofício, foram remetidos à ERSAR, através do ofício 2831 de 2018-08-14, o documento intitulado "Mais-valias da Agregação", o EVEF em formato excel, esclarecimentos adicionais ao Plano de Investimentos, ao tarifário e sua trajetória, relativamente aos quais a ERSAR se pronunciou através do ofício O-008482/2018, de 2018-09-28, sugerindo a introdução de algumas clarificações.

Nessa sequência, foram remetidos em 2018-10-18, novas versões daqueles documentos à ERSAR, através do ofício 2941, os quais compreendem:

- ficheiro base "EVEF",
- ficheiro "Resumo Dados – EVEF";
- ficheiros individuais, por município e por serviço com projeções da atividade;
- ficheiro "Critérios";

- ficheiro "Gastos de Manutenção, imparidades e outros rendimentos";
- ficheiro "Recursos Humanos".

Posteriormente, em 2018-11-20, por solicitação da ERSAR, foi enviado através de e-mail o ficheiro excel, intitulado "Racionalidade Económica – Status Quo", que respeita à projeção estimada da atividade do conjunto dos municípios caso não prossigam com a agregação – cenário "as is".

## 2. Quadro legal aplicável

A apreciação da ERSAR é efetuada ao abrigo do disposto no artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto (estabelece o regime jurídico dos serviços municipais de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais e de gestão de resíduos urbanos), do n.º 2 do artigo 22.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto (aprova o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, RIAEL), conjugado com o disposto na alínea a), do n.º 4 da Lei n.º 10/2014, de 6 de março (aprova os Estatutos da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos).

Nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 7.º e dos artigos 17.º e seguintes do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, os serviços municipais de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais e de gestão de resíduos urbanos podem ser delegados pelos municípios em empresas integradas no respetivo setor empresarial local, através da celebração de um contrato de gestão delegada.

O regime geral de organização e funcionamento destas empresas consta da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, sendo que o Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, estabelece um regime especial que detalha a forma como a delegação destes serviços é estabelecida e funciona (definindo direitos e obrigações de ambas as partes). Pretende-se com este último regime, no essencial, garantir que os termos em que os serviços devem ser prestados pela empresa municipal delegatária é definido de forma clara e objetiva (assegurando a sustentabilidade e a qualidade dos serviços prestados) e que o seu cumprimento é a todo o tempo monitorizável e exigível.

Cumpra ainda mencionar o Regulamento n.º 446/2018, de 23 de julho (Regulamento dos Procedimentos Regulatórios, publicado em D.R. de 23 de julho), o qual tem por objeto os procedimentos aplicáveis às relações entre a ERSAR e as entidades gestoras sujeitas à sua regulação, detalhando a documentação necessária para efeitos de apreciação e emissão de



pareceres, mormente, instrução dos processos relativos à constituição de novos sistemas de gestão e exploração dos serviços de águas e resíduos.

Atentas as atribuições e competências da ERSAR (constantes do referido Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto e da Lei n.º 10/2014, de 6 de março) cabe a esta entidade emitir parecer sobre os contratos atinentes à criação de novas entidades gestoras, previamente à respetiva assinatura, de modo a que as suas recomendações possam ser tidas em consideração nas versões finais dos mesmos.

Refira-se ainda que, nos termos do artigo 23.º do RJAEI, a constituição de empresas municipais ou intermunicipais está sujeita a fiscalização prévia do Tribunal de Contas, ao qual cabe avaliar a pertinência e fundamentação económico-financeira do projeto, bem como a legalidade e regularidade de eventuais despesas públicas.

Por último, refira-se que, cabendo à ERSAR pronunciar-se sobre minutas de regulamentos de serviços públicos de abastecimento de água e de drenagem de águas residuais, optou-se, no presente parecer, por não proceder à análise do "Regulamento de serviço público de abastecimento de água e de drenagem de águas residuais", a qual fica relegada para momento posterior.

### **3. Análise**

#### **3.1. Considerações prévias**

De acordo com o documento intitulado "Processo de constituição da Águas do Interior Norte, E.I.M., S.A. | Relatório de análise fiscal (Ernst & Young)", datado de 4 de julho de 2018, a constituição da AIN assentaria na fusão por incorporação da EMAR VR na nova empresa intermunicipal.

No mesmo sentido, as deliberações da Câmara Municipal (de 6 de fevereiro e de 18 de junho) e da Assembleia Municipal de Vila Real (de 29 de junho) pressupõem a fusão da EMAR VR com a AIN, referindo a internalização na Câmara Municipal de Vila Real dos serviços de gestão de resíduos urbanos e de gestão das redes de águas pluviais.

Por sua vez, de acordo com o artigo 6.º dos Estatutos da futura sociedade, o capital social realizado no momento de constituição da empresa será de € 27.148.050,00 (vinte e sete milhões, cento e quarenta e oito mil e cinquenta Euros), o qual será realizado em dinheiro no valor de €

445.050 (quatrocentos e quarenta e cinco mil e cinquenta Euros) e em espécie no valor de € 26.703.000,00 (vinte e seis milhões setecentos e três mil Euros). O capital social será representado por 27.148.050 ações, com o valor nominal de € 1 (um euro) cada uma, ficando a estrutura do capital e respetiva realização distribuída da seguinte forma:

**Quadro 1: Estrutura de capital**

Concelho	Capital Social a Realizar em dinheiro	Capital Social Valor em infraestruturas	Capital Social TOTAL	% do Capital Social TOTAL
Freixo de Espada à Cinta	14 800 €	988 000 €	992 800 €	3,33%
Mesão Frio	18 800 €	1 008 000 €	1 026 800 €	3,77%
Murça	27 775 €	1 666 500 €	1 694 275 €	6,24%
Peso da Régua	72 888 €	4 350 000 €	4 422 888 €	16,29%
Sabrosa	29 925 €	1 785 600 €	1 815 525 €	6,72%
Santa Marta de Penaguião	32 125 €	1 927 500 €	1 959 625 €	7,22%
Torre de Moncorvo	38 625 €	2 317 500 €	2 356 125 €	8,68%
Vila Real	212 500 €	12 750 000 €	12 962 500 €	47,75%
<b>TOTAL</b>	<b>445 050 €</b>	<b>26 703 000 €</b>	<b>27 148 050 €</b>	<b>100,00%</b>

De notar, que a deliberação da Câmara Municipal de Vila Real de 18 de junho refere que a entrada em espécie, no montante de € 12.750.000,00 (doze milhões, setecentos e cinquenta mil euros) será realizada posteriormente, até ao final de 2018, através de um aumento de capital, "logo que ocorra a fusão da EMARVR com a empresa a criar", o que não está de acordo com os Estatutos que prevêem a realização da totalidade do capital social no momento da constituição.

Para além disso, constata-se ainda da análise dos documentos apresentados que, devida a uma diferença entre o valor nominal das ações que os sócios irão deter e o valor a considerar para as respetivas entradas, está prevista a subscrição de prémios de emissão e realização de prestações suplementares pelos restantes municípios participantes após a realização das respetivas entradas em espécie, seguido de amortização de ações do município de Vila Real<sup>1</sup>.

<sup>1</sup> Documento elaborado pela EY.

O artigo 11.º dos Estatutos prevê a exigibilidade de prestações suplementares aos Municípios de Mesão Frio, Murça, Peso da Régua, Sabrosa, Santa Marja de Penaguão e Torre de Moncorvo até ao montante global de € 7.763.200,00 (sete milhões setecentos e sessenta e três mil e duzentos Euros).

Contudo, e porque se suscitaram dúvidas quanto ao valor de realização das entradas em espécie, a EMAR VR veio a posteriori esclarecer verbalmente que apenas os ativos afetos aos sistemas (e não a totalidade dos ativos da EMAR VR) serão transferidos para a nova empresa, ficando afastado o cenário base de fusão da empresa. Com essa opção não há lugar à amortização de ações por parte do município de Vila Real, mas mantêm-se a subscrição de prémios de emissão e realização de prestações suplementares<sup>2</sup> em espécie.

De notar que, todavia, no âmbito do RIAEL a possibilidade de realização de aumentos de capital e de prestações suplementares por parte dos sócios que sejam entidades públicas é questão controvertida. Com efeito, o n.º 1 do artigo 36.º do RIAEL proíbe a concessão de subsídios ao investimento ou em suplemento a participações de capital (itálico nosso), entendendo-se que esta proibição abrange quer a participação das entidades públicas em aumentos de capital, através de novas entradas, quer a realização de prestações suplementares<sup>3</sup>, pelo que as soluções propostas carecem de revisão.

Para além disso, e atendendo a que a clara definição do modo de constituição da nova empresa intermunicipal é essencial para a boa compreensão do projeto apresentado, a questão da forma de constituição da nova empresa terá necessariamente que voltar a ser apreciada pelos órgãos municipais, para o que se chama desde já a atenção.

Não obstante, e dado que muitos dos comentários abaixo expressos aplicam-se quer no cenário de fusão de empresas do setor empresarial local, quer no cenário de simples constituição de novas empresas locais (cfr. artigo 64.º do RIAEL), optou-se por proceder à análise dos documentos apresentados:

---

<sup>2</sup> Ainda que com valores distintos dos que resultariam do cenário de fusão por incorporação da EMAR VR

<sup>3</sup> Cfr. Acórdãos do Tribunal de Contas n.º 32/2013, de 2 de dezembro, 1.ª secção/SS, n.º 22/2013, de 06 de setembro, 1.ª secção/SS e ainda Pedro Gonçalves Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local, Alameda, Coimbra, 2012

Cumpra ainda salientar que, no decurso da análise, a EMAR VR esclareceu que o EVEF considera como informação histórica estimativas e projeções datadas de 2015, já que foi naquele ano que se iniciou o estudo e os dados não foram atualizados com base no real, o que irá originar, naturalmente, divergências no ponto de partida da atividade a desenvolver e nos objetivos a atingir no primeiro quinquénio da empresa Intermunicipal. Assim, o EVEF não contempla o histórico (real) dos anos 2016 e 2017, mas antes a sua estimativa para aqueles anos, como se a agregação tivesse tido início em 2016; pelo que as projeções efetivas para a AIN, com início em "2018", não têm em consideração as alterações reais dos indicadores, operacionais e financeiros, ocorridos entre aquela data e o presente, mas antes as ambicionadas com o novo modelo de gestão. Nesse sentido, o estudo deve ser atualizado e as projeções revistas.

Assim, apesar de o estudo referir o início da atividade da AIN em 2018 (data que deverá ser atualizada para 2019), o presente parecer mantém a referência aos anos que constam do EVEF por uma questão de simplificação. Além disso, são assinaladas as discrepâncias entre o histórico apresentado nos ficheiros de apoio ao EVEF e a situação real, que deverão ser corrigidas.

### **3.2. Contrato de gestão delegada**

As relações contratuais entre os municípios e uma empresa municipal que tenha por objeto as atividades a que se reporta o Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, passam forçosamente pela celebração de um contrato de gestão delegada entre os municípios e a empresa local delegatária. Este contrato, celebrado no mínimo por 10 anos, deve regular, além do mais, as necessidades e critérios do financiamento municipal da empresa, critérios que devem respeitar tanto as regras especiais previstas no Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, como as regras gerais da Lei n.º 50/2012, 31 de agosto, que com aquelas não sejam incompatíveis.

Através da minuta de contrato de gestão delegada remetida, os municípios, nos termos e para os efeitos previstos no artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, pretendem delegar na empresa Intermunicipal, em regime de exclusividade, a prestação dos serviços especificados na cláusula 4.ª, os quais correspondem genericamente à gestão e exploração dos sistemas de abastecimento público de água, e saneamento de águas residuais urbanas.

Neste ponto, a apreciação da ERSAR assenta na verificação do cumprimento dos quesitos previstos nos artigos 17.º a 30.º do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto.

### 3.2.1. Tarifário e remuneração do capital acionista (Cláusula 14)

Relativamente à base de incidência da remuneração acionista, não se compreende a expressão "deduzido de [...], bem como de reinvestimento de resultados gerados no passado", que deverá ser melhor explicitada.

No que se refere à hipótese contemplada na Cláusula 14.5 (ratificação tácita da atualização tarifária), destaca-se que as aprovações, pelas Câmaras Municipais e/ou pelas Assembleias Municipais, consubstanciam atos administrativos, e como resulta do prescrito no artigo 130.º do CPA, a formação tácita de um ato (de aprovação ou autorização) só é legalmente consentida nos casos expressamente previstos na lei, o que não se vislumbra do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto (alínea b), do n.º 1), ao impor, em específico, a aprovação expressa do tarifário dos serviços para os períodos vinculativos e ratificação das atualizações anuais pelos municípios. Nestes termos, a utilização desta disposição deverá ser ponderada e casuisticamente avaliada a sua aplicação, designadamente, nas situações em que seja impreterível a aprovação do ato pelos competentes órgãos autárquicos (entidade delegante).

### 3.3. Anexos ao contrato de gestão delegada

#### 3.3.1. Anexo I - Objetivos estratégicos para a empresa

A alínea a) do n.º 3 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, prevê a inclusão no contrato de gestão delegada de *"objetivos para a empresa municipal delegatária integrados nos objetivos definidos para o sector, materializados em indicadores de cobertura e de qualidade de serviço, de desempenho ambiental, de produtividade e de eficiência de gestão"*.

Segundo o n.º 5 do mesmo artigo, estes objetivos devem ser definidos para um horizonte temporal de 15 anos, apresentando carácter vinculativo relativamente aos primeiros cinco anos.

No caso concreto da AIN, os objetivos baseiam-se no sistema de indicadores da qualidade do serviço da ERSAR e nos respetivos níveis de referência, tendo sido seleccionados indicadores de 2.ª geração. No entanto, desde 2016, a ERSAR disponibiliza indicadores de 3.ª geração, pelo que se listam de seguida os indicadores seleccionados pela empresa e a sua correspondência com os indicadores de 3.ª geração:



**Quadro 2: Indicadores selecionados pela empresa e sua correspondência com os indicadores de 3.<sup>a</sup> geração**

Indicadores selecionados pela AIM	Indicador de 3. <sup>a</sup> geração <sup>4</sup>
Ocorrência de falhas no abastecimento (AA03b)	Igual
Qualidade da água (AA04b)	Água segura (AA04b)
Resposta a reclamações e sugestões (AA05b e AR04b)	Igual
Água não faturada (AA08b)	Igual
Ocorrência de avarias em condutas (AA11b)	Ocorrência de avarias em condutas (AA10b)
Cumprimento do licenciamento das captações (AA14b)	Este indicador passou a indicador de perfil no sistema, ou seja, deixou de ser avaliado.  No entanto, e face ao histórico dos municípios, o mesmo deve permanecer como objetivo estratégico a monitorizar anualmente.
Ocorrência de inundações (AR03)	Igual
Ocorrência de colapsos estruturais em coletores (AR09b)	Ocorrência de colapsos estruturais em coletores (AR08b)
Destino adequado de águas residuais recolhidas (AR12b)	Acessibilidade física ao tratamento (AR11b)
Análises de águas residuais realizadas (AR14b)	Cumprimento da licença de descarga (AR13b)
Cumprimento dos parâmetros de descarga (AR15b)	Este indicador avalia conjuntamente os indicadores AR14b e AR15b da 2. <sup>a</sup> geração.
Destino de lamas do tratamento (AR16b)	Enterramento adequado de lamas do tratamento (AR14b)

Para além dos indicadores já selecionados pela entidade, considera-se importante monitorizar outros indicadores que estão relacionados não só com os investimentos a realizar, mas também com os pressupostos em que assenta esta agregação, tais como:

- Adesão ao serviço – AA07b e AR06b

<sup>4</sup> Conforme Guia técnico n.º 22: Guia de avaliação da qualidade dos serviços de águas e resíduos prestados aos utilizadores – 3.<sup>a</sup> geração do sistema de avaliação, disponível no site da ERSAR.

- Reabilitação de condutas (AA09b) e coletores (AR07b)
- Eficiência energética de instalações elevatórias (AA13b e AR10b)
- Perdas reais de água (AA12b)

Uma vez que faz parte dos objetivos da empresa a gestão de águas pluviais, considera-se importante monitorizar o indicador AR12b "Controlo de descargas de emergência (%)".

Face ao exposto, deve a entidade não só atualizar os indicadores por si selecionados para os indicadores de desempenho da 3.ª geração, bem como introduzir nos seus objetivos estratégicos os indicadores acima propostos.

Por último, deve a entidade gestora atualizar o período sobre o qual se compromete atingir as metas definidas para o primeiro quinquénio que, no presente anexo, está entre 2018-2022:

### 3.3.2. Anexo II - Principais iniciativas estratégicas a implementar pela empresa

A AIN cumpre o disposto no n.º 6 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 194/2009 na medida em que se propõe implementar nos primeiros 3 anos após a criação da entidade gestora os sistemas nele referidos. No entanto, não dá cumprimento ao especificado no n.º 5 do artigo 20.º pois, para além de não definir iniciativas estratégicas para um período temporal de 15 anos, não estabelece os indicadores que permitam à entidade medir o sucesso da sua implementação.

Na linha do ponto anterior, e dado que os investimentos propostos assentam na melhoria da eficiência dos sistemas de águas, desafia-se a entidade gestora a incluir nas suas iniciativas estratégicas uma abordagem global integrada para a redução de perdas de água nomeadamente através:

- um plano de ação para o uso eficiente da água, com um eixo de ação mais focado no controlo integrado das perdas de água, nomeadamente na caracterização dos consumos e sua modelação, tanto dos macro como dos micro consumos;
- um programa de implementação de telemetria: que poderia consistir na instalação faseada de uma percentagem de contadores com capacidade de leitura via rádio, por exemplo, potenciando e inovando a gestão do serviço de abastecimento de água na medida em que iria permitir registos de consumos extremos (mínimos e máximos), com o objetivo de melhor definir locais de atuação das intervenções ao nível das perdas de água e;

- um programa de controlo ativo de perdas reais com o objetivo de manter o foco da reabilitação de redes nos pontos críticos do sistema.

No âmbito do serviço de saneamento de águas residuais propõe-se a implementação para a agregação do "Plano de ação para o controlo de infiltrações e afluências indevidas".

A implementação e manutenção dos programas e planos deve ser realizada a curto prazo, na medida em que orientam estrategicamente os investimentos de reabilitação (remodulação e renovação) de infraestruturas bem como de substituição de equipamentos.

### 3.3.3. Anexo III - Plano de Investimentos a Cargo da Empresa

O anexo III constitui o plano de investimentos (PI) a concretizar pela Águas do Interior Norte em 50 anos (2018-2067) cuja distribuição, por atividade e município, é a que se apresenta no quadro abaixo.

**Quadro 3: Plano de Investimentos de Águas do Interior Norte no período de 2018-2067, por município e atividade**

	Atividade Saneamento	Águas Residuais	Total	(%)
Pinho S. Cruz	3.428.024	2.177.426	5.605.450	4%
Meda Fria	2.421.088	2.167.887	4.588.975	3%
Murça	7.391.328	8.304.588	14.137.894	3%
Nogueira	15.467.368	2.422.089	17.889.457	13%
Salazar	16.716.482	21.486.728	38.203.210	18%
Santa Maria da Fungueira	2.640.487	2.342.828	4.983.315	2%
Terra de Montarvo	2.882.174	7.189.384	10.071.558	5%
Vila Real	21.322.780	14.332.872	35.655.652	22%
	110.263.480	60.874.415	171.137.894	100%

Nota: a preços constantes de 2018, o valor total de investimentos corresponde a 129.830.940-€.

O investimento está dividido em:

- Investimentos iniciais (primeiros 5 anos) que têm como objetivo principal o aumento da eficiência da empresa, através de um esforço de reabilitação mais intenso, privilegiando as intervenções prioritárias;
- Investimentos de renovação de rede (após os 5 anos) com o objetivo de garantir o estado funcional das infraestruturas nomeadamente através da renovação gradual das condutas e coletores (1%/ano);

- Investimentos de substituição que visam garantir a sustentabilidade dos sistemas e a sua continuidade ao longo dos anos através da substituição dos equipamentos no final da sua vida útil e a execução de obras que prolonguem a vida útil das infraestruturas e;
- Investimentos não infraestruturais que incluem os investimentos necessários e associados às intervenções anteriores como por exemplo projetos de execução, fiscalização, levantamento cadastral e georreferenciação em sistema de informação geográfica, aquisição de equipamentos de deteção e localização de fugas, software de monitorização de redes, entre outros.

Uma vez que os investimentos incluídos nos primeiros 5 anos (2018-2022) têm carácter vinculativo, detalham-se, por município, os valores estimados por tipo de intervenção e que perfazem para os dois serviços um total de 56.394.739 €<sup>3</sup>, a preços correntes (cerca de 33% do total do plano de investimento).

Assim, para o serviço de abastecimento de água estimam-se cerca de 38 milhões de Euros distribuídos conforme quadro abaixo:

---

<sup>3</sup> corresponde a 54.610.090 € a preços constantes 2018 (este valor é o que consta do Anexo III – Plano de Investimentos a cargo das Águas do Interior Norte, anexo ao CGD)

**Quadro 4: Plano de investimentos da Águas do Interior Norte para o 1.º quinquénio (2018-2022) | abastecimento de água**

		valor em € (m. centenas)				
ABASTECIMENTO DE ÁGUA		2018	2019	2020	2021	2022
<b>Preço</b>		255.241	262.871	267.677	271.083	275.249
REMODELAÇÃO - INFRAESTRUTURAS EXISTENTES (€/ano)		126.000	127.764	128.808	131.793	133.732
RENOVAÇÃO DE REDES DE DISTRIBUIÇÃO (€/ano)		133.241	135.107	137.869	139.290	141.518
<b>Região Fim</b>		350.874	355.798	361.476	366.302	372.405
REMODELAÇÃO - INFRAESTRUTURAS EXISTENTES (€/ano)		123.000	124.722	126.718	128.618	130.548
RENOVAÇÃO DE REDES DE DISTRIBUIÇÃO (€/ano)		227.874	231.064	234.762	238.283	241.857
<b>Alentejo</b>		583.995	579.347	585.143	590.340	600.849
REMODELAÇÃO - INFRAESTRUTURAS EXISTENTES (€/ano)		280.000	283.920	288.465	292.790	297.182
RENOVAÇÃO DE REDES DE DISTRIBUIÇÃO (€/ano)		287.995	292.027	296.700	301.150	305.667
<b>Algarve</b>		856.506	866.437	882.334	895.630	905.064
REMODELAÇÃO - INFRAESTRUTURAS EXISTENTES (€/ano)		263.000	266.682	270.949	275.013	279.139
RENOVAÇÃO DE REDES DE DISTRIBUIÇÃO (€/ano)		593.506	601.815	611.445	620.616	629.926
<b>Azores</b>		929.394	952.540	967.798	982.304	997.026
REMODELAÇÃO - INFRAESTRUTURAS EXISTENTES (€/ano)		568.000	575.962	585.168	593.943	602.854
RENOVAÇÃO DE REDES DE DISTRIBUIÇÃO (€/ano)		371.394	376.594	382.620	388.360	394.185
<b>Ilhas Norte de Península</b>		601.697	610.130	618.893	629.181	638.619
REMODELAÇÃO - INFRAESTRUTURAS EXISTENTES (€/ano)		295.000	299.130	303.916	308.475	312.102
RENOVAÇÃO DE REDES DE DISTRIBUIÇÃO (€/ano)		306.697	310.990	315.967	320.706	325.517
<b>Ilhas de Madeira</b>		634.224	632.963	643.091	652.798	662.526
REMODELAÇÃO - INFRAESTRUTURAS EXISTENTES (€/ano)		309.000	313.326	318.340	323.113	327.861
RENOVAÇÃO DE REDES DE DISTRIBUIÇÃO (€/ano)		315.224	319.637	324.752	329.685	334.665
<b>Ilhas da Madeira</b>		1.161.117	1.266.379	1.256.662	1.308.512	1.319.095
REMODELAÇÃO - INFRAESTRUTURAS EXISTENTES (€/ano)		593.000	601.302	610.923	620.087	629.326
RENOVAÇÃO DE REDES DE DISTRIBUIÇÃO (€/ano)		2.568.117	2.604.071	2.645.739	2.688.425	2.729.769
TOTAL (anual)		7.312.568	7.465.136	7.581.537	7.697.750	7.811.747
TOTAL (5 anos)						37.918.726

De acordo com o documento "Esclarecimento ao plano de investimentos", as intervenções incluídas nos investimentos acima visam garantir a qualidade da água fornecida e a diminuição de perdas de água, sendo alcançadas através da reabilitação de condutas (5%/ano) e ramais, reparação de reservatórios, instalação de equipamento de monitorização e controlo de pressão, criação de zonas de medição e controlo (ZMC) que permita aferir balanço de caudais e comportamento de consumos, entre outros.

Para a atividade de saneamento de águas residuais, estimam-se cerca de 18,5 milhões de Euros distribuídos da seguinte forma:



**Quadro 5: Plano de Investimentos da Águas do Interior Norte para o 1º quinquénio (2018-2022) | saneamento de águas residuais**

SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS	Valor em € (milhares)				
	2018	2019	2020	2021	2022
<b>Índica</b>	178.858	351.354	584.832	188.772	188.578
REMODELAÇÃO - INFRAESTRUTURAS EXISTENTES (€/ano)	16.090	16.224	16.484	16.721	16.982
RENOVAÇÃO DE REDES DE DISTRIBUIÇÃO (€/ano)	162.654	164.890	167.529	170.042	172.592
<b>Sabrosa Eira</b>	139.582	183.506	185.620	187.795	189.813
REMODELAÇÃO - INFRAESTRUTURAS EXISTENTES (€/ano)	20.000	20.280	20.805	20.914	21.227
RENOVAÇÃO DE REDES DE DISTRIBUIÇÃO (€/ano)	119.582	163.226	164.815	166.882	168.585
<b>Algarve</b>	441.519	445.721	456.525	463.778	470.735
REMODELAÇÃO - INFRAESTRUTURAS EXISTENTES (€/ano)	148.000	150.072	153.473	154.760	157.082
RENOVAÇÃO DE REDES DE DISTRIBUIÇÃO (€/ano)	295.519	299.057	304.451	309.018	313.653
<b>Algarve</b>	438.792	441.351	449.055	456.388	463.830
REMODELAÇÃO - INFRAESTRUTURAS EXISTENTES (€/ano)	48.000	48.672	49.451	50.193	50.943
RENOVAÇÃO DE REDES DE DISTRIBUIÇÃO (€/ano)	390.792	392.679	400.604	406.195	412.887
<b>Estremoz</b>	228.000	231.192	234.892	238.435	241.991
REMODELAÇÃO - INFRAESTRUTURAS EXISTENTES (€/ano)	228.000	231.192	234.892	238.435	241.991
RENOVAÇÃO DE REDES DE DISTRIBUIÇÃO (€/ano)	0	0	0	0	0
<b>Santa Maria do Príncipe</b>	18.000	18.252	18.544	18.822	19.105
REMODELAÇÃO - INFRAESTRUTURAS EXISTENTES (€/ano)	18.000	18.252	18.544	18.822	19.105
RENOVAÇÃO DE REDES DE DISTRIBUIÇÃO (€/ano)	0	0	0	0	0
<b>Torre de Moncorvo</b>	120.000	121.680	123.627	125.481	127.364
REMODELAÇÃO - INFRAESTRUTURAS EXISTENTES (€/ano)	120.000	121.680	123.627	125.481	127.364
RENOVAÇÃO DE REDES DE DISTRIBUIÇÃO (€/ano)	0	0	0	0	0
<b>Vila Real</b>	14.000	14.196	14.423	14.639	14.859
REMODELAÇÃO - INFRAESTRUTURAS EXISTENTES (€/ano)	14.000	14.196	14.423	14.639	14.859
RENOVAÇÃO DE REDES DE DISTRIBUIÇÃO (€/ano)	0	0	0	0	0
<b>Subtotal (Anual)</b>	1.000.000	1.012.300	1.024.000	1.035.000	1.046.000
<b>Total (5 anos)</b>					

Conforme o documento "Esclarecimentos ao plano de Investimentos", as intervenções previstas incluem a reabilitação de coletores (5%/ano), construção ou reabilitação de obras de entrada de ETAR e/ou realização de novas etapas de tratamentos de modo a garantir o licenciamento junto da Agência Portuguesa do Ambiente. Incluem-se ainda a obras necessárias à medição de caudais tratados e desvio das águas pluviais.

Sobre a opção dos investimentos, tendo em conta o histórico da avaliação da qualidade do serviço prestado aos utilizadores preconizado pela ERSAR, considera-se que estão, na sua maioria, alinhados com as necessidades individuais de cada município. No entanto, chama-se a atenção para o desempenho mediano e insatisfatório no indicador acessibilidade física ao serviço através de redes fixas (ARO1) e melos móveis dos municípios de Sabrosa e Vila Real, respetivamente. Pela análise ao plano de investimento proposto, parece não ter sido prevista qualquer verba relacionada com o aumento de acessibilidade, seja através de redes fixas, seja através de soluções individuais, ficando o alerta para esta situação no sentido de a mesma não ser descurada pela nova empresa intermunicipal, ainda que seja estimado no EVEF um aumento da taxa de cobertura.

do serviço no município de Vila Real em cerca de 15 pontos percentuais. Nesse sentido, o plano de investimentos deve refletir este pressuposto.

Relativamente à execução dos investimentos contemplados neste anexo (especialmente para os primeiros 5 anos), a sua realização está totalmente dependente de comparticipação comunitária no valor de 32.934.054 Euros, e de um empréstimo de longo prazo no valor de 25.000.000 Euros, amortizável em 50 anos. No entanto, e caso os pressupostos acima referidos não se concretizem, presume-se que o cumprimento do plano de investimentos possa ficar comprometido e, consequentemente, ser necessário o seu ajustamento, quer em termos de valores quer em termos de programação temporal. Sobre este aspeto, importa referir que não foi apresentado pela Águas do Interior Norte um plano de investimentos ou de financiamento alternativos refletindo este aspeto.

Por último, e no que respeita à monitorização eficaz da execução do plano de investimentos, considera esta Entidade (em parte pela dificuldade na análise de todos os ficheiros entregues pela Águas do Interior Norte) que os dados de base que alimentam o Estudo de Viabilidade Económico-financeiro (EVEF) anexo ao contrato de gestão delegada, devem ser reorganizados com o objetivo principal de garantir uma monitorização eficaz da execução dos investimentos e consequentemente medir e monitorizar os objetivos estratégicos propostos pela empresa. A melhoria referida é, também, essencial para minimizar a dificuldade da própria entidade gestora aquando da revisão do contrato de gestão delegada, prevista no Artigo 29.º do Decreto-lei n.º 194/2009, na medida que tem de refletir a evolução das principais variáveis operacionais da empresa, entre elas o investimento.

### **3.3.4. Anexo VII – Tarifários dos Serviços e sua trajetória de evolução temporal**

O Anexo VII – Tarifários dos Serviços e sua trajetória de evolução temporal define que a empresa tem o direito a propor a revisão anual do tarifário aplicado aos serviços durante o período vinculativo 2018-2022. De salientar que se perspetivando a constituição da AIN em 2019, o período vinculativo deverá ser 2019-2023, sendo o tarifário, a constar neste anexo (atualmente em falta) o aplicável, a preços de 2019, em 2019 (1º ano da agregação); e revisito nos anos subsequentes (mas não no próprio ano).

Para o serviço de abastecimento de água, o anexo VII à minuta do contrato de concessão define a seguinte fórmula de atualização tarifária anual:

$$(TA_{t+1}) \cdot (QA_t) \leq (TA_t) \cdot (QA_t) \cdot (IAA_{t+1})$$

Em que:

$TA_{t+1}$  = tarifário a aplicar no ano t+1 ao serviço de abastecimento

$TA_t$  = tarifário de abastecimento em vigor no ano t (ano em curso)

$QA_t$  = quantidades relativas ao serviço de abastecimento apuradas no período completo de 12 meses findo no mês de Junho do ano t

$IAA_{t+1}$  = Índice de atualização tarifária do serviço de abastecimento a aplicar relativamente ao ano t+1

Por sua vez, o índice de atualização tarifária do serviço de abastecimento ( $IAA_{t+1}$ ) é apurado de acordo com a seguinte expressão:

$$(IAA_{t+1}) = (IGA_{t+1}) \cdot (IHPC_t) \cdot (1-PAA_t) + (IEA_t) \cdot (PAA_t) - 1$$

Em que:

$IHPC_t$  = Variação do índice harmonizado de preços no consumidor (M12,12) apurada entre Junho do ano em curso (t) e Junho do ano anterior (t-1), tal como publicada pelo Banco de Portugal.

$PAA_t$  = Peso dos serviços de abastecimento em alta prestados, designadamente pela Águas do Norte, nos proveitos tarifários do serviço de abastecimento da Empresa, durante o ano em curso (t).

$IEA_t$  = Variação da tarifa de abastecimento em alta aplicada pela Águas do Norte entre o ano em curso (t) e o ano anterior (t-1), incluindo valores relativos à TRH (Taxa de Recursos Hídricos).

$IGA_{t+1}$  = Índice de evolução real de preços do serviço de abastecimento de acordo com a seguinte tabela:

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	2036	2037	2038	2039	2040	2041	2042	2043	2044	2045	2046	2047	2048	2049	2050	2051	2052	2053	2054	2055	2056	2057	2058	2059	2060	2061	2062	2063	2064	2065	2066	2067	2068	2069	2070	2071	2072	2073	2074	2075	2076	2077	2078	2079	2080	2081	2082	2083	2084	2085	2086	2087	2088	2089	2090	2091	2092	2093	2094	2095	2096	2097	2098	2099	2100	2101	2102	2103	2104	2105	2106	2107	2108	2109	2110	2111	2112	2113	2114	2115	2116	2117	2118	2119	2120	2121	2122	2123	2124	2125	2126	2127	2128	2129	2130	2131	2132	2133	2134	2135	2136	2137	2138	2139	2140	2141	2142	2143	2144	2145	2146	2147	2148	2149	2150	2151	2152	2153	2154	2155	2156	2157	2158	2159	2160	2161	2162	2163	2164	2165	2166	2167	2168	2169	2170	2171	2172	2173	2174	2175	2176	2177	2178	2179	2180	2181	2182	2183	2184	2185	2186	2187	2188	2189	2190	2191	2192	2193	2194	2195	2196	2197	2198	2199	2200	2201	2202	2203	2204	2205	2206	2207	2208	2209	2210	2211	2212	2213	2214	2215	2216	2217	2218	2219	2220	2221	2222	2223	2224	2225	2226	2227	2228	2229	2230	2231	2232	2233	2234	2235	2236	2237	2238	2239	2240	2241	2242	2243	2244	2245	2246	2247	2248	2249	2250	2251	2252	2253	2254	2255	2256	2257	2258	2259	2260	2261	2262	2263	2264	2265	2266	2267	2268	2269	2270	2271	2272	2273	2274	2275	2276	2277	2278	2279	2280	2281	2282	2283	2284	2285	2286	2287	2288	2289	2290	2291	2292	2293	2294	2295	2296	2297	2298	2299	2300	2301	2302	2303	2304	2305	2306	2307	2308	2309	2310	2311	2312	2313	2314	2315	2316	2317	2318	2319	2320	2321	2322	2323	2324	2325	2326	2327	2328	2329	2330	2331	2332	2333	2334	2335	2336	2337	2338	2339	2340	2341	2342	2343	2344	2345	2346	2347	2348	2349	2350	2351	2352	2353	2354	2355	2356	2357	2358	2359	2360	2361	2362	2363	2364	2365	2366	2367	2368	2369	2370	2371	2372	2373	2374	2375	2376	2377	2378	2379	2380	2381	2382	2383	2384	2385	2386	2387	2388	2389	2390	2391	2392	2393	2394	2395	2396	2397	2398	2399	2400	2401	2402	2403	2404	2405	2406	2407	2408	2409	2410	2411	2412	2413	2414	2415	2416	2417	2418	2419	2420	2421	2422	2423	2424	2425	2426	2427	2428	2429	2430	2431	2432	2433	2434	2435	2436	2437	2438	2439	2440	2441	2442	2443	2444	2445	2446	2447	2448	2449	2450	2451	2452	2453	2454	2455	2456	2457	2458	2459	2460	2461	2462	2463	2464	2465	2466	2467	2468	2469	2470	2471	2472	2473	2474	2475	2476	2477	2478	2479	2480	2481	2482	2483	2484	2485	2486	2487	2488	2489	2490	2491	2492	2493	2494	2495	2496	2497	2498	2499	2500	2501	2502	2503	2504	2505	2506	2507	2508	2509	2510	2511	2512	2513	2514	2515	2516	2517	2518	2519	2520	2521	2522	2523	2524	2525	2526	2527	2528	2529	2530	2531	2532	2533	2534	2535	2536	2537	2538	2539	2540	2541	2542	2543	2544	2545	2546	2547	2548	2549	2550	2551	2552	2553	2554	2555	2556	2557	2558	2559	2560	2561	2562	2563	2564	2565	2566	2567	2568	2569	2570	2571	2572	2573	2574	2575	2576	2577	2578	2579	2580	2581	2582	2583	2584	2585	2586	2587	2588	2589	2590	2591	2592	2593	2594	2595	2596	2597	2598	2599	2600	2601	2602	2603	2604	2605	2606	2607	2608	2609	2610	2611	2612	2613	2614	2615	2616	2617	2618	2619	2620	2621	2622	2623	2624	2625	2626	2627	2628	2629	2630	2631	2632	2633	2634	2635	2636	2637	2638	2639	2640	2641	2642	2643	2644	2645	2646	2647	2648	2649	2650	2651	2652	2653	2654	2655	2656	2657	2658	2659	2660	2661	2662	2663	2664	2665	2666	2667	2668	2669	2670	2671	2672	2673	2674	2675	2676	2677	2678	2679	2680	2681	2682	2683	2684	2685	2686	2687	2688	2689	2690	2691	2692	2693	2694	2695	2696	2697	2698	2699	2700	2701	2702	2703	2704	2705	2706	2707	2708	2709	2710	2711	2712	2713	2714	2715	2716	2717	2718	2719	2720	2721	2722	2723	2724	2725	2726	2727	2728	2729	2730	2731	2732	2733	2734	2735	2736	2737	2738	2739	2740	2741	2742	2743	2744	2745	2746	2747	2748	2749	2750	2751	2752	2753	2754	2755	2756	2757	2758	2759	2760	2761	2762	2763	2764	2765	2766	2767	2768	2769	2770	2771	2772	2773	2774	2775	2776	2777	2778	2779	2780	2781	2782	2783	2784	2785	2786	2787	2788	2789	2790	2791	2792	2793	2794	2795	2796	2797	2798	2799	2800	2801	2802	2803	2804	2805	2806	2807	2808	2809	2810	2811	2812	2813	2814	2815	2816	2817	2818	2819	2820	2821	2822	2823	2824	2825	2826	2827	2828	2829	2830	2831	2832	2833	2834	2835	2836	2837	2838	2839	2840	2841	2842	2843	2844	2845	2846	2847	2848	2849	2850	2851	2852	2853	2854	2855	2856	2857	2858	2859	2860	2861	2862	2863	2864	2865	2866	2867	2868	2869	2870	2871	2872	2873	2874	2875	2876	2877	2878	2879	2880	2881	2882	2883	2884	2885	2886	2887	2888	2889	2890	2891	2892	2893	2894	2895	2896	2897	2898	2899	2900	2901	2902	2903	2904	2905	2906	2907	2908	2909	2910	2911	2912	2913	2914	2915	2916	2917	2918	2919	2920	2921	2922	2923	2924	2925	2926	2927	2928	2929	2930	2931	2932	2933	2934	2935	2936	2937	2938	2939	2940	2941	2942	2943	2944	2945	2946	2947	2948	2949	2950	2951	2952	2953	2954	2955	2956	2957	2958	2959	2960	2961	2962	2963	2964	2965	2966	2967	2968	2969	2970	2971	2972	2973	2974	2975	2976	2977	2978	2979	2980	2981	2982	2983	2984	2985	2986	2987	2988	2989	2990	2991	2992	2993	2994	2995	2996	2997	2998	2999	3000	3001	3002	3003	3004	3005	3006	3007	3008	3009	3010	3011	3012	3013	3014	3015	3016	3017	3018	3019	3020	3021	3022	3023	3024	3025	3026	3027	3028	3029	3030	3031	3032	3033	3034	3035	3036	3037	3038	3039	3040	3041	3042	3043	3044	3045	3046	3047	3048	3049	3050	3051	3052	3053	3054	3055	3056	3057	3058	3059	3060	3061	3062	3063	3064	3065	3066	3067	3068	3069	3070	3071	3072	3073	3074	3075	3076	3077	3078	3079	3080	3081	3082	3083	3084	3085	3086	3087	3088	3089	3090	3091	3092	3093	3094	3095	3096	3097	3098	3099	3100	3101	3102	3103	3104	3105	3106	3107	3108	3109	3110	3111	3112	3113	3114	3115	3116	3117	3118	3119	3120	3121	3122	3123	3124	3125	3126	3127	3128	3129	3130	3131	3132	3133	3134	3135	3136	3137	3138	3139	3140	3141	3142	3143	3144	3145	3146	3147	3148	3149	3150	3151	3152	3153	3154	3155	3156	3157	3158	3159	3160	3161	3162	3163	3164	3165	3166	3167	3168	3169	3170	3171	3172	3173	3174	3175	3176	3177	3178	3179	3180	3181	3182	3183	3184	3185	3186	3187	3188	3189	3190	3191	3192	3193	3194	3195	3196	3197	3198	3199	3200	3201	3202	3203	3204	3205	3206	3207	3208	3209	3210	3211	3212	3213	3214	3215	3216	3217	3218	3219	3220	3221	3222	3223	3224	3225	3226	3227	3228	3229	3230	3231	3232	3233	3234	3235	3236	3237	3238	3239	3240	3241	3242	3243	3244	3245	3246	3247	3248	3249	3250	3251	3252	3253	3254	3255	3256	3257	3258	3259	3260	3261	3262	3263	3264	3265	3266	3267	3268	3269	3270	3271
--	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

- O parâmetro de revisão anual ( $IAA_{t+1}$ ) encontra-se incorretamente formulado. De relembrar que o  $IHPC_t$  e o  $IEA_t$  representam variações percentuais anuais (e não  $1 + \Delta\%$ ), pelo que se sugere a substituição da sua fórmula por

$$(IAA_{t+1}) = (1 + IGA_{t+1}) \cdot (1 + IHPC_t) \cdot (1 - PAA_{t+1}) + (1 + IEA_t) \cdot (PAA_{t+1})$$

Em que:

$IHPC_t$  = Variação do índice harmonizado de preços no consumidor (M12,12) apurada entre junho do ano em curso (t) e junho do ano anterior (t-1), tal como publicada pelo Banco de Portugal.

$PAA_{t+1}$  = Peso do custo dos serviços de abastecimento em alta prestados, designadamente pela Águas do Norte, no total de custos da Empresa, no ano anterior ao ano em curso (t-1).

$IEA_t$  = Variação percentual da tarifa de abastecimento em alta aplicada pela Águas do Norte entre o ano em curso (t) e o ano anterior (t-1).

$IGA_{t+1}$  = Variação percentual do índice de evolução real de preços do serviço de abastecimento de acordo com a seguinte tabela:

t+1	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	...
$IGA_{t+1}$	0	0	0	0	0	0										

- Por analogia, as mesmas correções, deverão ser efetuadas na fórmula de revisão tarifária dos serviços de saneamento de águas residuais, com as devidas adaptações, substituindo a expressão  $(IAS_{t+1}) = (IGS_{t+1}) \cdot (IHPC_t)$  por

$$(IAS_{t+1}) = (1 + IGS_{t+1}) \times (1 + IHPC_t)$$

### 3.4. Análise do estudo demonstrativo da viabilidade e sustentabilidade económica e financeira da empresa a constituir

Os requisitos relativos ao procedimento de criação de novas entidades, em especial a comprovação de mais-valia e conveniência económico-financeira da empresa local relativamente à subtraída à gestão direta face à especificidade técnica e material da atividade a desenvolver, são indissociáveis do princípio geral da racionalidade económica das empresas municipais legalmente expresso no n.º 1 do artigo 6.º do RJAEI, estando as exigências procedimentais estabelecidas no n.º 1 e n.º 2 do artigo 32.º daquele diploma, relevando-se assim um instrumento fundamental para a avaliação da legalidade da criação da nova entidade. Acresce que tal comprovação de mais-valia e conveniência económico-financeira da empresa Intermunicipal a



constituir, também se encontra prevista e detalhada no Regulamento n.º 446/2018, de 23 de Julho. Os artigos 4.º e 5.º daquele Regulamento elencam a informação que deverá conter o estudo de viabilidade económico e financeira, remetendo ainda para o artigo 32.º do RJAEL.

Recorde-se que, nos termos da mencionada disposição legal, tais estudos devem incluir ainda a justificação das necessidades que se pretendem satisfazer com a empresa local, a demonstração da existência de procura atual ou futura, a avaliação dos efeitos da atividade da empresa sobre as contas e a estrutura organizacional e os recursos humanos das entidades públicas participantes, assim como a ponderação do benefício social resultante para o conjunto de cidadãos.

As normas conjugadas do n.º 1 do artigo 6.º e n.ºs 1 e 2 do artigo 32.º do RJAEL determinam a obrigatoriedade de o estudo técnico sobre a viabilidade e sustentabilidade económica e financeira de uma nova empresa local discriminar concretas e mensuradas vantagens e desvantagens comparativas sobre os modelos de gestão alternativos, nomeadamente por confronto entre a gestão direta a cargo dos serviços dos Municípios e a transferência (parcial ou total) para uma entidade existente no universo empresarial dos Municípios cujo objeto social permita a assunção da atividade que se pretende que venha a constituir o objeto da nova empresa.

No documento "Mais Válias da Agregação", a opção por um modelo de gestão delegada numa empresa local de participação exclusivamente pública é fundamentada nos benefícios decorrentes da agregação dos sistemas dos vários municípios - economias de escala, sinergias, designadamente no domínio do conhecimento, o aumento da capacidade financeira e de investimento - e na possibilidade de reverter em favor dos utilizadores a totalidade dos ganhos de eficiência, sem necessidade da partilha desses resultados com o Estado ou parceiros privados, inerente a modelos de gestão em parceria.

No caso em análise, o EVEF que acompanha o projeto de criação da nova empresa intermunicipal foi elaborado pela EMAR VR e apresenta as demonstrações financeiras previsionais da agregação, bem como a projeção de proventos e custos do conjunto dos municípios em caso de não agregação.



É com base neste modelo que as partes pretendem fundamentar o juízo de viabilidade económico-financeira e racionalidade económica que sustenta a opção tomada pelas entidades públicas participantes (artigo 32.º do RJAEI).

No entanto, conforme melhor explanado nos pontos abaixo, considera-se que o estudo apresentado necessita de ser aperfeiçoado por forma a demonstrar cabalmente as vantagens económico-financeiras da criação da empresa Intermunicipal, nos termos exigidos pelo artigo 32.º do RJAEI.

#### 3.4.1. Pressupostos

O estudo demonstrativo da viabilidade económica e financeira da empresa Intermunicipal de gestão dos serviços de abastecimento de água e saneamento de águas residuais ("EVEF") é suportado por um ficheiro excel (também designado "EVEF") que tem por base um outro ficheiro designado "Resumo de dados EVEF", e ambos se baseiam, por seu turno, nos ficheiros abaixo listados:

- vários ficheiros correspondentes a cada município para cada um dos serviços, com a maioria dos pressupostos inerentes;
- ficheiro "Critérios" no qual constam alguns pressupostos base que alimentam o EVEF;
- ficheiro "Gastos de manutenção, imparidades e outros rendimentos" e
- ficheiro "Recursos Humanos"

Importa notar que nem sempre as ligações entre os diferentes ficheiros estão ativas<sup>6</sup>. Este facto, conjugado com a complexidade de interação entre ficheiros e a multiplicidade de pressupostos dispersos não permite aferir o correto funcionamento do modelo de projeções económico-financeiras.

---

<sup>6</sup> A folha de cálculo do modelo contempla "hard coded inputs". Por exemplo, na linha de apuramento do saldo de caixa, uma macro de "aperto do modelo", apura em "valores" os valores a considerar no balanço. Na versão disponibilizada, esta linha iguala a linha em que são efetuados os cálculos. A inserção de valores, quando deveriam ser consideradas as fórmulas de cálculo, poderá originar problemas em caso de atualização futura do EVEF ou de análises de sensibilidade ao mesmo, pelo que devem ser corrigidas.

Terido sido realçada a necessidade de apresentação de um estudo comparativo para justificação da racionalidade económica financeira acrescida proposta pela Agregação, o qual pressupõe a comparação com um cenário de manutenção do modelo de gestão atual – cenário "as is" - a entidade adicionou ao ficheiro excel do EVEF, cálculos correspondentes à projeção das rubricas da demonstração de resultados (ganhos e gastos) da soma dos municípios / EMAR VR. Posteriormente, e face à dificuldade de extrair conclusões da análise do cenário "as is", foi facultado o ficheiro "Racionalidade económica – status quo". Todavia, este ficheiro não obedece à mesma lógica de interligação e projeção das variáveis relevantes do EVEF e o documento descritivo da racionalidade económica acrescida anteriormente apresentado não foi revisto, por forma a explicar os pressupostos inerentes a cada cenário e justificar as diferenças entre ambos.

Os pressupostos considerados em cada cenário são distintos, com exceção da evolução prevista para a inflação<sup>7</sup>. No cenário "as is" são identificados os seguintes pressupostos:

- A projeção da generalidade dos proveitos e gastos foi feita com base na média do período 2015-17, atualizada com base na taxa de inflação prevista, donde se infere a manutenção da atividade média dos 3 últimos anos;
- A degradação das condutas provocará um aumento das perdas até ao limite de 75%;
- A manutenção dos gastos com recursos humanos.

Como atrás referido, o cenário "as is" não apresenta uma construção das projeções comparável com o cenário agregação. Para que permitisse efetivamente fazer a análise comparativa, por exemplo, a nível da procura, deveria apresentar a mesma evolução da população residente, dos alojamentos existentes e das capitações e ligá-los ao cálculo dos caudais faturados e aos proveitos. Admite-se que outros pressupostos, como taxa de acessibilidade ou a taxa de adesão possam ser diferentes e específicos da manutenção do modelo de gestão atual, quando devidamente fundamentados. O mesmo tipo de raciocínio se aplica às demais projeções.

---

<sup>7</sup> De realçar uma pequena incorreção no EVEF no que respeita à taxa de inflação considerada para 2018: em 2018 é considerada a taxa de 1,4%, sendo estimada, para os anos subsequentes, em 1,5%. Contudo, o modelo considera em cada ano a atualização cumulativa de preços, face a 2018, de 1,5% para todos os anos, por via da fórmula adotada – Considera a  $(1 + \pi_p)^n$  (En). O impacto nos resultados não se perspetiva materialmente relevante.

De realçar ainda que não são apresentadas demonstrações financeiras completas (como Demonstração de Resultados, Mapa de Fluxos de Caixa ou Balanço) para o cenário "as is", sendo somente apresentadas linhas com a projeção de ganhos e gastos com base no histórico de cada município, dificultando a comparação objetiva dos dois cenários.

Tal como referido no ponto 3.1, o cenário agregação não tem por base o histórico (real) dos anos 2016 e 2017, mas antes uma estimativa para aqueles anos, pelo que não considera as alterações reais dos indicadores, operacionais e financeiros, durante este período, originando uma divergência no ponto de partida do cenário.

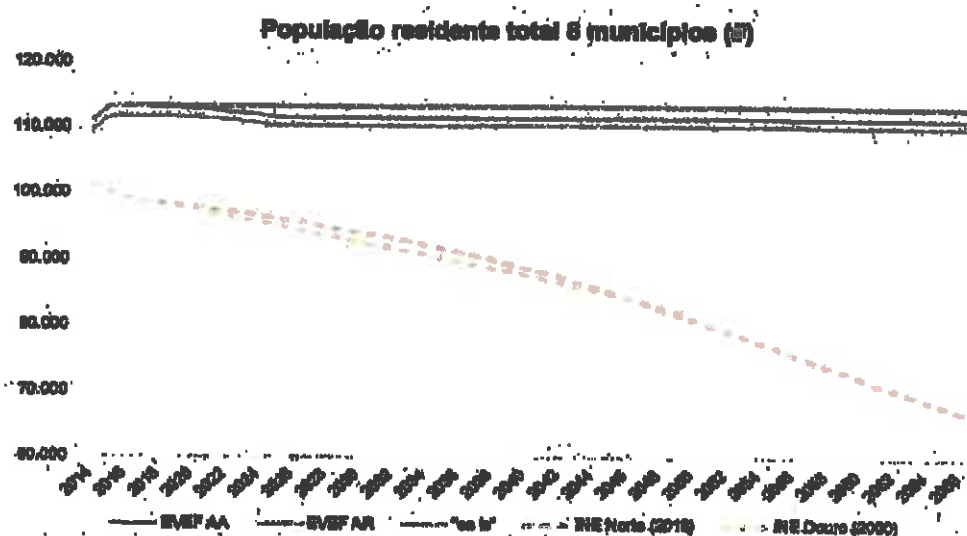
A análise a efetuar encontra-se condicionada pelas limitações acima referidas.

No texto que se segue o termo "EVEF" respeita ao modelo de projeções económico-financeiras do cenário de agregação e o termo "as is" refere-se ao ficheiro com cálculos de proventos e custos estimados, permanecendo com o atual modelo de gestão.

#### 3.4.2. Procura

No gráfico abaixo são apresentados os pressupostos de evolução da população considerados nos dois cenários (cenário agregação e cenário "as is"), assim como os dados de população extraídos do Instituto Nacional de Estatística (dados até 2017 e projeção para os anos subsequentes de acordo com duas estimativas do Instituto Nacional de Estatística relativas: (i) à região Norte, atualizado em 2018 (cenário central, projeções 2015-2080) e (ii) à região do Douro, elaborado em 2000 (Cenário Base, projeções 2000 – 2050).

**Gráfico 1: População residente | Projeções Águas do Interior Norte vs Cenário central INE**



No que se refere ao cenário da agregação, é de salientar que o ficheiro "Resumo dados EVEF" apresenta informação da população residente distinta para a atividade de abastecimento e a atividade de saneamento questionando-se o racional desta divergência que tem naturalmente impacto nos resultados obtidos.

No cenário "as is" as projeções das receitas não têm por base pressupostos concretos de população, acessibilidade, adesão ou captações, mas antes consideram o valor médio histórico de cada concelho (últimos 3 anos) ajustado pela inflação anual. Para efeitos de comparação, pressupõe-se então que o cenário "as is" considera a manutenção da população média dos últimos três anos (tal como apresentada no EVEF) ao longo de todo o período de projeção. De salientar que a consideração de pressupostos distintos para os dois cenários em termos de evolução da população não é verosímil, já que é um fator exógeno, não dependendo da atuação da empresa.

Sem prejuízo do acima exposto, e conforme ilustra o gráfico acima, alerta-se para a previsão otimista da evolução da população que é apresentada no EVEF, ainda que pressuponha decréscimos de população até 2025 e a sua manutenção a partir desse ano. De salientar ainda a diferença da população residente no ponto de partida das projeções.

Assim, é dado que a população residente serve de base à estimativa de clientes da AIN, o pressuposto acima referido traduz-se necessariamente numa sobrestimativa do número potencial de clientes da AIN e, consequentemente, nas receitas estimadas.

No que se refere à taxa de cobertura<sup>8</sup> do serviço de abastecimento, não são consideradas no EVEF alterações significativas face ao histórico de cada um dos municípios, o que está em linha com os resultados apresentados por todos os municípios no âmbito da avaliação da qualidade do serviço da ERSAR nos dois últimos anos.

Já no que concerne à taxa de adesão<sup>9</sup> do serviço de AA, são estimados aumentos, nos primeiros 5 anos, nos municípios de Mesão Frio (passa de 81,2% para 90% em 5 anos) e Santa Marta de Penaguião e Vila Real (que passam de 89% para 90% no 2.º ano das projeções), não sendo previstas alterações nos demais municípios, conforme quadro abaixo.

**Quadro 6: Projeções da taxa de adesão (2018-2022) para abastecimento de água e comparação entre o valor histórico reportado pela AIN (2017) e o valor da Avaliação da qualidade do serviço (AQS 2017)**

Taxa de Adesão (%)	EVEF						AQS 2017
	2017	2018	2019	2020	2021	2022	
Porto, EVEF, Schistosomiasis AA							
Problemas de Acesso à Água	88,0%	88,00%	88,00%	88,00%	88,00%	88,00%	88,4%
Mesão Frio	81,2%	82,00%	84,00%	88,00%	88,00%	88,00%	76,2%
Murça	88,0%	88,00%	88,00%	88,00%	88,00%	88,00%	88,4%
Paços de Pígaro	88,0%	88,00%	88,00%	88,00%	88,00%	88,00%	87,3%
Sabrosa	84,0%	84,00%	84,00%	84,00%	84,00%	84,00%	84,8%
Santa Marta de Penaguião	88,0%	88,00%	88,00%	88,00%	88,00%	88,00%	86,3%
Trofa de Monção	88,0%	88,00%	88,00%	88,00%	88,00%	88,00%	88,8%
Vila Real	88,0%	88,00%	88,00%	88,00%	88,00%	88,00%	84,8%

De realçar, mais uma vez, as diferenças em todos os municípios, entre o reportado no AQS e o considerado no EVEF como ponto de partida (2018 é o primeiro ano de projeções). De acordo com o AQS, a taxa de adesão em Murça, Sabrosa e Santa Marta de Penaguião<sup>20</sup> (cujo valor para os anos de 2018 a 2022 não é visível no gráfico por apresentar taxas de adesão idênticas às de

<sup>8</sup> Respeita a acessibilidade física ao serviço, i.e., rácio entre o número de alojamentos com serviço disponível e número de alojamentos existentes

<sup>9</sup> Respeita ao rácio entre o n.º de alojamentos com serviço disponível efetivo e os alojamentos com serviço disponível

<sup>20</sup> sendo estimado o aumento de 1 ponto percentual no caso de Santa Marta de Penaguião, para 90%, já se encontra ultrapassado



Vila Real) situavam-se em 2017 já acima do considerado no estudo para 2018. Nestes casos, a estimativa de receita (e custos variáveis) encontrar-se-á ligeiramente subestimada rio EVEF. Já nos casos de Freixo de Espada à Cinta e Peso da Régua, os valores da AQS são ligeiramente inferiores aos considerados, e nos casos de Mesão Frio, Torre de Moncorvo ou Vila Real, os valores são significativamente inferiores ao considerado, traduzindo-se num maior esforço para atingir a taxa de adesão preconizada, sobretudo em Torre de Moncorvo (de 83,9% (AQS 2017) para 95%)

No que respeita ao serviço de saneamento das águas residuais é estimado o aumento de taxa de cobertura em Vila Real, de 65% para 80% logo no primeiro ano de projeções, permanecendo constantes nos demais municípios, conforme quadro abaixo. A exequibilidade do pressuposto de taxa de cobertura em Vila Real não se encontra, contudo, espelhada no Plano de Investimentos a cargo da empresa (Anexo II ao contrato de gestão delegada). Já que não são estimados investimentos de expansão da rede, nem nada é referido se o aumento da cobertura é alcançado por meios móveis.

Sobre a taxa de adesão ao serviço de saneamento, são estimados aumentos de 5 a 25 pontos percentuais nos primeiros 5 anos. Os únicos municípios em que esta estimativa não é considerada são Sabrosa e Torre de Moncorvo por apresentarem taxas de adesão de 95% e 100%, respetivamente.

**Quadro 7: Projeções da taxa de adesão (2018-2022) para saneamento de águas residuais e comparação entre o valor histórico reportado pela AIN (2017) e o valor da Avaliação da qualidade do serviço (AQS 2017)**

Taxa de Adesão AR (%)	EVEF						AQS 2017
Fonte: ERSAR, Administração AA	2017	2018	2019	2020	2021	2022	
Freixo de Espada à Cinta	84,0%	87,0%	88,0%	89,0%	90,0%	91,0%	85,0%
Mesão Frio	83,0%	85,0%	77,0%	79,0%	80,0%	81,0%	82,0%
Idanha	79,0%	77,0%	80,0%	83,0%	86,0%	88,0%	78,0%
Peso da Régua	71,0%	73,0%	80,0%	83,0%	87,0%	90,0%	72,0%
Sabrosa	95,0%	95,0%	95,0%	95,0%	95,0%	95,0%	95,0%
Santa Maria da Paróquia	88,0%	88,0%	78,0%	79,0%	80,0%	80,0%	88,0%
Torre de Moncorvo	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Vila Real	65,0%	80,0%	80,0%	80,0%	80,0%	80,0%	65,0%

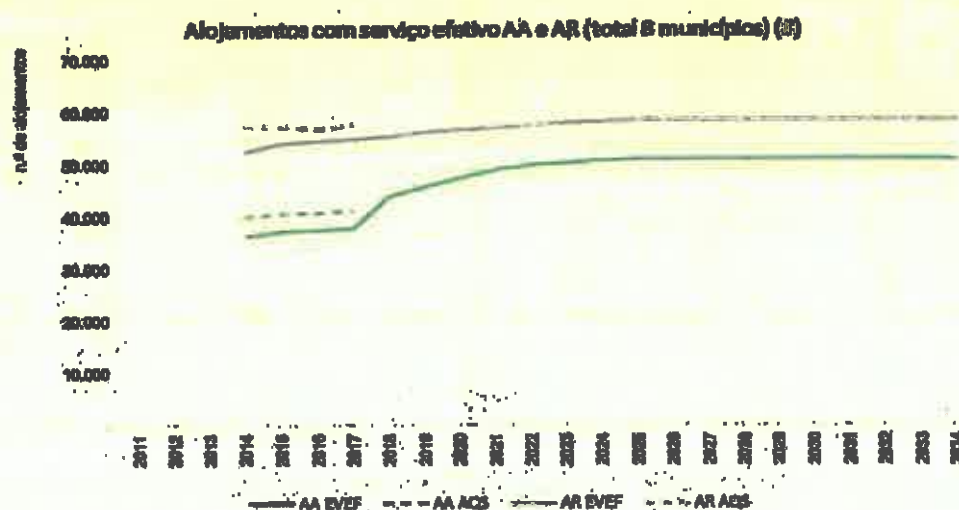
A par da taxa de cobertura e da taxa de adesão, o EVEF considera um fator de ajustamento de 0,84, em ambos os serviços, "para uma melhor aproximação da evolução do número de alojamentos à realidade no concelho", aplicável no computo da taxa de atendimento (taxa de

cobertura x taxa de adesão), que se encontra referido no estudo do Consórcio Norteáguas de 2008 (com AdP – Águas de Portugal, SGPS, SA). Assim, ainda que a generalidade dos municípios apresente taxas de cobertura de praticamente 100%, independentemente da adesão, os clientes efetivos serão sempre minorados em 16%. Na perspetiva da ERSAR o fundamento da aplicação deste fator não se encontra devidamente justificado.

De acordo com os estudos apresentados, uma das principais atuações de mudança da AIN tem a ver com a capacidade de induzir a adesão aos serviços e a ligação dos alojamentos aos sistemas de abastecimento e saneamento, o que justificará as projeções otimistas das taxas de adesão. No entanto, de acordo com o histórico do país e da experiência da ERSAR, a efetivação da ligação aos sistemas depende não tanto da vontade da entidade gestora, mas sim do poder e capacidade dos municípios, enquanto entidades titulares, de fazermos cumprir a obrigatoriedade de ligação e sancionarem os comportamentos desconformes com a lei que impõe essa obrigação.

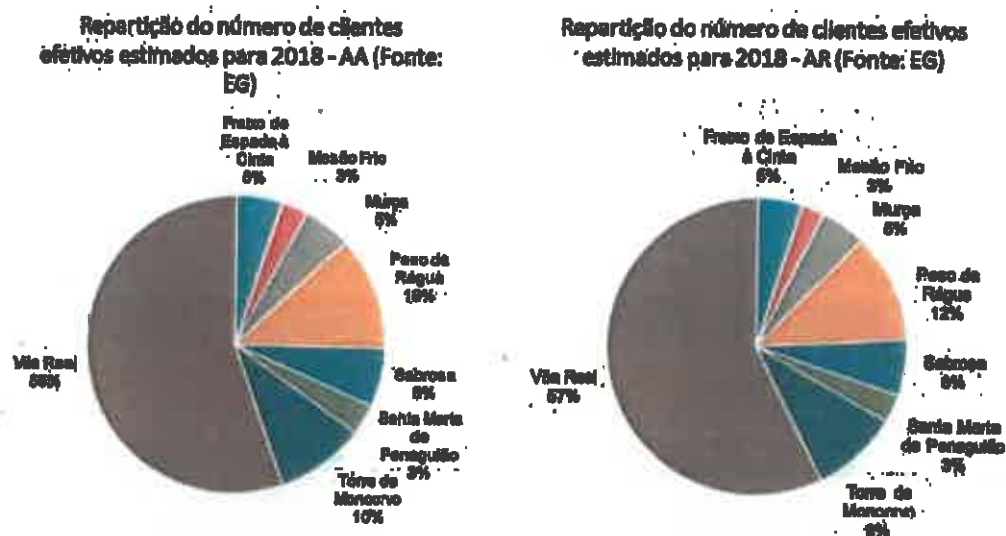
Sobre os alojamentos com serviço efetivo (que resultam da efetiva adesão dos alojamentos aos sistemas de AA e AR), apresenta-se o gráfico abaixo que espelha a manutenção das taxas de atendimento para a atividade de abastecimento de água e o seu aumento para a atividade de saneamento de águas residuais.

**Gráfico 2: Alojamento com serviço efetivo AA e AR | EVEF "Agregação" vs AQS ERSAR**



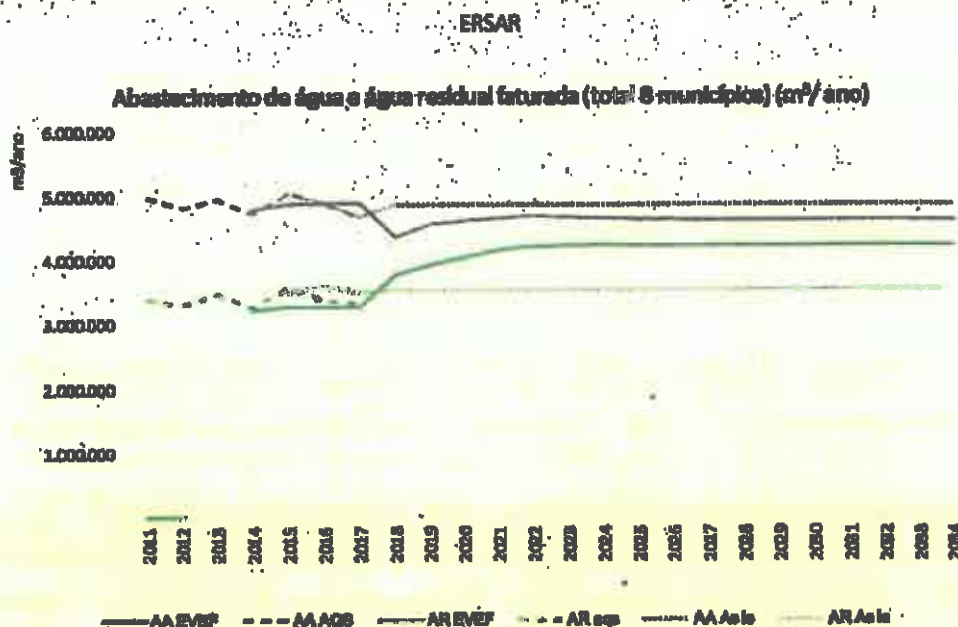
De seguida, e com o objetivo de ilustrar o peso de cada município no sistema agregado, apresenta-se a repartição do número de utilizadores (domésticos) por município, estimada para 2018.

**Gráfico 3: Repartição do número de clientes efetivos para 2018**



O valor de volumes faturados e a faturar de água (tarifa variável), históricos e estimados, tal como constam do EVEF, a par do volume de água faturada (doméstica e não doméstica, no período de 2011 a 2017) que consta da base de dados da ERSAR é apresentado no seguinte gráfico:

Gráfico 4: Volumes de abastecimento de água e água residual faturada | EVEF "agregação", "as is" e AQS



Pela leitura do gráfico, cumpre-nos destacar que, na estimativa para 2018, o EVEF considera um forte decréscimo da água faturada, sobretudo em Vila Real, que está relacionado com a estimativa de evolução negativa das capitulações. Em consequência, o volume de água de abastecimento estimado faturar em 2018 decresce 16,6% de 2.849 mil m³ para 2.375 mil m³. De acordo com a informação do EVEF, o decréscimo tem a ver com a elasticidade – preço de aumento das tarifas e consequentemente da diminuição dos volumes consumidos e faturados. Contudo, as tarifas previstas não se alteram em Vila Real, questionando-se este pressuposto.

Em termos de receitas estimadas, a quebra em Vila Real prevista para 2018 representa cerca de 384 mil Euros (num total de cerca de 6 milhões de Euros estimados faturar no serviço de abastecimento, i.e., aproximadamente 6%).

Já em 2019, e também nos 4 anos subseqüentes, não se entende a razão do aumento das capitulações, cujo efeito é o aumento dos volumes faturados de AA, conforme se pode observar no gráfico acima.

De notar o aumento do rácio entre os volumes faturados de AR face a AA, que passa de cerca de 70% para mais de 90% ao longo do quinquénio, em conformidade com o coeficiente de afluência teórico definido pela ERSAR.

### 3.4.3. Ativos fixos e Plano de Investimentos

Os ativos fixos transferidos pelos municípios são na íntegra considerados como "construção civil" e amortizados em 50 anos (tendo por base o valor de mercado apurado na data da integração dos mesmos). Salienta-se que, no caso de bens adquiridos em estado de uso, como é o caso, as taxas de depreciação ou amortização devem ser calculadas com base no correspondente período de utilidade esperada. Nesse sentido, considera-se que um período de vida útil de 50 anos é demasiado extenso para estes bens, mais para mais por serem equiparados com bens novos.

O impacto em termos de EVEF de uma redução do período de vida útil destes ativos será o de antecipação do benefício fiscal e de aumento dos custos do exercício, que se deveria refletir em tarifas mais elevadas.

Não tendo sido apresentado um balanço previsional ou um plano de investimento específico do cenário "as is", não é possível identificar o investimento previsional das entidades nesse cenário. Questionada a EMAR VR, foi referido que, face à não realização de qualquer investimento no passado por parte dos municípios, não foi estimada a realização de qualquer investimento futuro no caso de não agregação. Este pressuposto afigura-se inverosímil e deve ser revisto.

Por outro lado, ao considerar amortizações ao longo de 50 anos, no valor global de 314.168.382 Euros, quando os ativos fixos integrantes do património das entidades têm um valor líquido contabilístico de 44.950.489 Euros<sup>21</sup>, a 31.12.2017, e o investimento previsto é nulo, o cenário "as is" revela uma inconsistência de pressupostos, que também deveria ser corrigida.

As principais diferenças entre os dois cenários, em termos de imobilizado e amortizações, são as seguintes:

---

<sup>21</sup> De acordo com o Relatório de contas ERSAR, no âmbito do qual não foi possível validar o relatório efetuado por 3 das 8 entidades. De salientar ainda uma discrepância significativa entre o valor das amortizações do exercício que constam do relatório de contas de Póvo de Lanhoso, não validado (112.326 Euros em 2017, tendo sido reportado o valor de 884.367 Euros em 2016), e o valor de amortizações do exercício considerado, no histórico, no ficheiro "Racionalidade Económica – Status Quo", para aquela entidade, de 1.403.864 em 2017.



**Quadro 8: Comparação de Imobilizado e Amortizações entre os cenários "agregação" e o cenário "as is"**

	EVEF	"as is"	Observações																																								
<b>Imobilizado líquido (transferência para AIN caso aplicável)</b>	Valores de mercado, tendo sido considerada a avaliação patrimonial efetuada pela empresa Noraque	Assume-se que seja o valor líquido contabilístico de acordo com as demonstrações financeiras	<b>Imobilizado líquido:</b> <b>AA + AR</b> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th><th>2017</th><th>2018</th><th>2019</th></tr> </thead> <tbody> <tr> <td>CM de Freixo de Espada à Cinta</td><td></td><td>1.182.011</td><td>1.182.011</td></tr> <tr> <td>CM de Mesão Frio</td><td>1.912.925</td><td>2.000.148</td><td>2.000.148</td></tr> <tr> <td>CM de Murça</td><td>1.761.707</td><td>2.007.000</td><td>2.007.000</td></tr> <tr> <td>CM de Povo do Novo</td><td>2.091.001</td><td>2.240.001</td><td>2.240.001</td></tr> <tr> <td>CM de Sabrosa</td><td>2.001.000</td><td>2.100.000</td><td>2.100.000</td></tr> <tr> <td>CM de Santa Maria de Penafiel</td><td>2.200.000</td><td>4.400.001</td><td>4.400.001</td></tr> <tr> <td>CM de Torre de Moncorvo</td><td>4.000.000</td><td>4.070.000</td><td>4.070.000</td></tr> <tr> <td><b>Município Vila Real</b></td><td><b>20.911.001</b></td><td><b>20.070.000</b></td><td><b>20.070.000</b></td></tr> <tr> <td></td><td><b>41.000.000</b></td><td><b>41.000.000</b></td><td><b>41.000.000</b></td></tr> </tbody> </table>		2017	2018	2019	CM de Freixo de Espada à Cinta		1.182.011	1.182.011	CM de Mesão Frio	1.912.925	2.000.148	2.000.148	CM de Murça	1.761.707	2.007.000	2.007.000	CM de Povo do Novo	2.091.001	2.240.001	2.240.001	CM de Sabrosa	2.001.000	2.100.000	2.100.000	CM de Santa Maria de Penafiel	2.200.000	4.400.001	4.400.001	CM de Torre de Moncorvo	4.000.000	4.070.000	4.070.000	<b>Município Vila Real</b>	<b>20.911.001</b>	<b>20.070.000</b>	<b>20.070.000</b>		<b>41.000.000</b>	<b>41.000.000</b>	<b>41.000.000</b>
	2017	2018	2019																																								
CM de Freixo de Espada à Cinta		1.182.011	1.182.011																																								
CM de Mesão Frio	1.912.925	2.000.148	2.000.148																																								
CM de Murça	1.761.707	2.007.000	2.007.000																																								
CM de Povo do Novo	2.091.001	2.240.001	2.240.001																																								
CM de Sabrosa	2.001.000	2.100.000	2.100.000																																								
CM de Santa Maria de Penafiel	2.200.000	4.400.001	4.400.001																																								
CM de Torre de Moncorvo	4.000.000	4.070.000	4.070.000																																								
<b>Município Vila Real</b>	<b>20.911.001</b>	<b>20.070.000</b>	<b>20.070.000</b>																																								
	<b>41.000.000</b>	<b>41.000.000</b>	<b>41.000.000</b>																																								
<b>Amortizações do exercício do imobilizado existente</b>	2% para construção civil e 6,67% para equipamentos	Valor médio dos últimos 3 exercícios, por município <sup>22</sup>	O valor médio das amortizações dos últimos três anos, no agregado dos 8 municípios, é superior ao valor médio anual das amortizações estimadas no EVEF, que inclui, ainda, as amortizações dos novos investimentos estimados realizar pela AIN, o que se afigura incoerente e carece de correção.																																								

### 3.4.4. Tarifas, trajetória tarifária e Proveltos:

#### Aumentos tarifários previstos

No primeiro ano de funcionamento da AIN é estimada implementação de tarifários idênticos para todos os municípios, para AA e AR, resultando em aumentos tarifários na generalidade dos municípios<sup>23</sup>. Em termos medianos representam aumentos da tarifa de AA de 18% e da tarifa de AR de 143%, sem considerar Vila Real (que mantém sensivelmente os tarifários). De relevar que a capacidade da AIN em promover o aumento da adesão, a par do aumento tarifário,<sup>24</sup> se revela um desafio preponderante no sucesso da iniciativa da agregação<sup>25</sup>.

As variações tarifárias por serviço encontram-se representadas nos gráficos abaixo:

<sup>22</sup> Se em algum ano não se encontrar inscrito qualquer valor de amortização, o valor de amortizações médio é apurado tendo como denominador somente o número de anos com valor de amortizações superior a zero.

<sup>23</sup> À exceção de Vila Real, Murça e Mesão Frio em AA e Vila Real em AR.

<sup>24</sup> Por exemplo, uma tarifa 4 vezes superior, no caso do serviço de AR de Freixo de Espada à Cinta.

<sup>25</sup> Parcialmente compensado pela redução de captações estimada no EVEF.

**Gráfico 5: Variações tarifárias para abastecimento de água | cenário "as is" e cenário "agregação".**

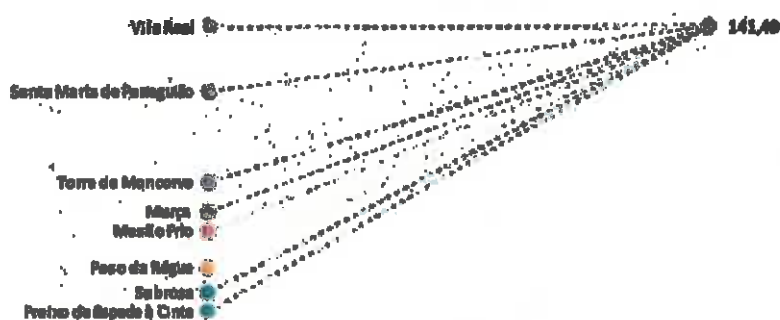
**Custo anual AA 10m³**



Fonte: Cálculos ERSAR com base no tarifário proposto

**Gráfico 6: Variações tarifárias para saneamento de águas residuais | cenário "as is" e cenário "agregação".**

**Custo anual AR 10m³**



Fonte: Cálculos ERSAR com base no tarifário proposto

Nos anos subsequentes do quinquénio vinculativo não se prevê qualquer atualização real da tarifa, sendo omissa a informação relativamente aos 10 anos do período de referência de 15 anos.

#### **Estrutura tarifária**

Conforme referido no ponto 3.3.4 o Anexo VII ao Contrato de Gestão Delegada – “Tarifários dos serviços e sua trajetória de evolução temporal” não apresenta o tarifário a aplicar, pelo que deverá ser completado, indicando a que data reportam os preços constantes apresentados.

O EVEF, por seu turno, não apresenta tarifas de serviços auxiliares. As outras receitas tarifárias e as outras prestações de serviços são estimadas em 0,34% e 2,31% dos proveitos com tarifas fixas e variáveis de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais, respetivamente. O EVEF deve incluir toda a estrutura tarifária, incluindo detalhe de serviços auxiliares, e apurar as receitas inerentes estimadas.

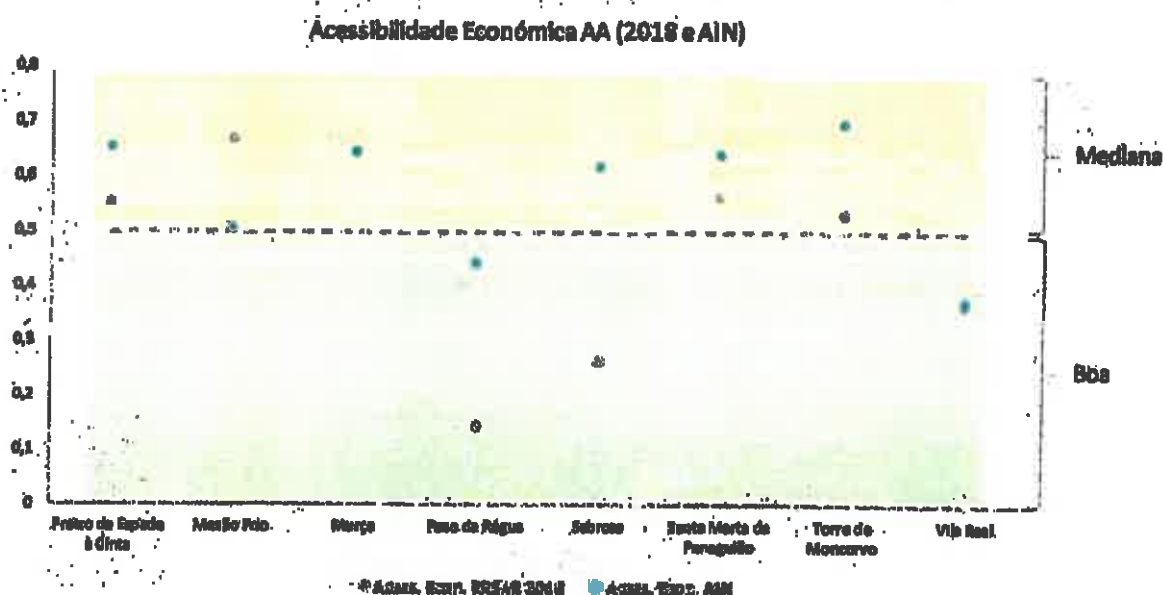
Tendo em consideração, por um lado, o aumento da taxa de adesão perspectivado, e, por outro, a Recomendação ERSAR 1/2009, salienta-se que não devem ser cobradas autonomamente tarifas pela construção de ramais de ligação quando aqueles possuam extensão inferior a 20 metros. Não devem igualmente ser cobradas outras tarifas não previstas naquela recomendação, nomeadamente as que possam por em causa a acessibilidade económica ao serviço e o acesso universal que se pretende para estes serviços, como por exemplo tarifa de instalação de contador, tarifa de ligação, entre outras. Note-se ainda que a tarifa fixa prevista para DN  $\geq$  25mm é igual ao nível de não domésticos de DN  $\leq$  20mm, quando a recomendação tarifária diz que deve ser aplicado o tarifário de não domésticos (vários níveis progressivos de acordo com DN).

Relativamente ao serviço de recolha, transporte e destino final de lamas de fossas sépticas, o tarifário deve explicitar de que forma será faturado o serviço a utilizadores que não tenham acesso à rede fixa, e mencionar, caso aplicável, no número de recolhas que se encontre previsto nas tarifas a aplicar.

#### **Acessibilidade económica**

Ainda que o nível de acessibilidade económica do serviço de AA se deteriore para quase todos os municípios – exceção a Mesão Frio que passa de 0,67% para 0,51% e Vila Real que se mantém sensivelmente no mesmo nível – este indicador permanece dentro do intervalo de referência de qualidade boa (Peso da Régua e Vila Real que registam rendimentos médios familiares superiores) ou mediana (demais municípios).

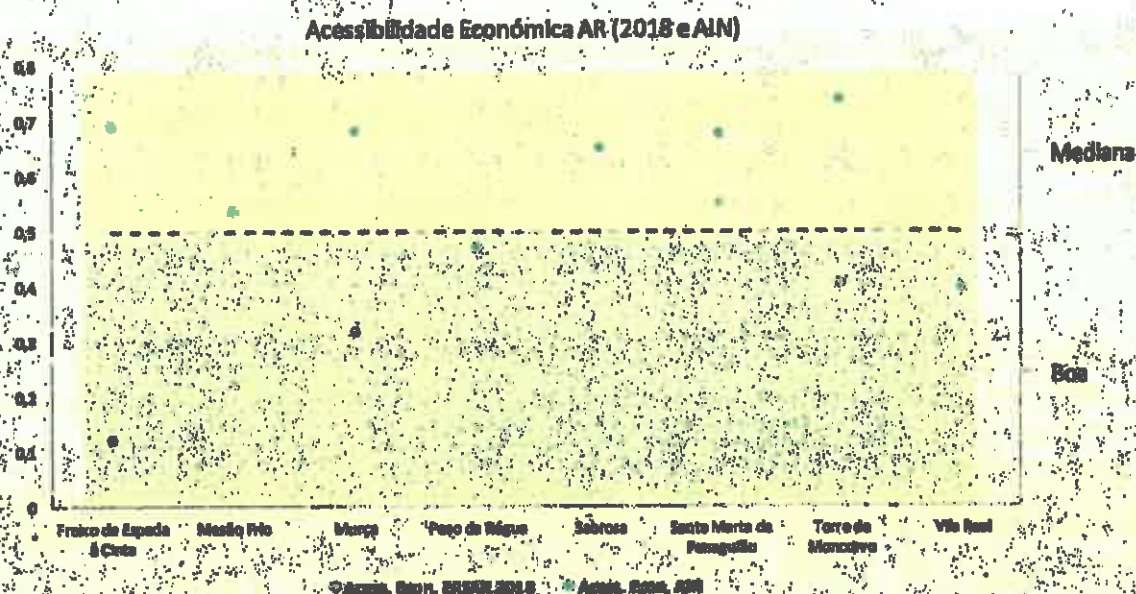
**Gráfico 7: Variação do Indicador Acessibilidade económica AA | ERSAR 2018 e "agregação"**



Fonte: EVEF (tarifários) e cálculo ERSAR

Tal como para o serviço de AA, também o nível de acessibilidade económica do serviço de AR se deteriora para quase todos os municípios – a única exceção neste caso é Vila Real que se mantém sensivelmente no mesmo nível. Ainda assim, o indicador permanece dentro de parâmetros de referência de acessibilidade de qualidade boa (Peso da Régua e Vila Real) ou mediana (demais municípios).

**Gráfico 8: Variação do Indicador Acessibilidade económica AR | ERSAR 2018 e "agregação"**



Fonte: EVEF (tarifários) e cálculo ERSAR

#### Proveitos estimados

Importa salientar que o EVEF não considera proveitos tarifários de utilizadores não domésticos, observando a EMAR VR que estes últimos serão residuais. Analisando o reporte de contas à ERSAR de 3 das entidades requerentes relativo a 2017, a percentagem de receitas tarifárias de utilizadores não domésticos representa entre 17% a 32% das suas receitas tarifárias, pelo que as projeções apresentadas estão a subestimar as receitas<sup>15</sup>.

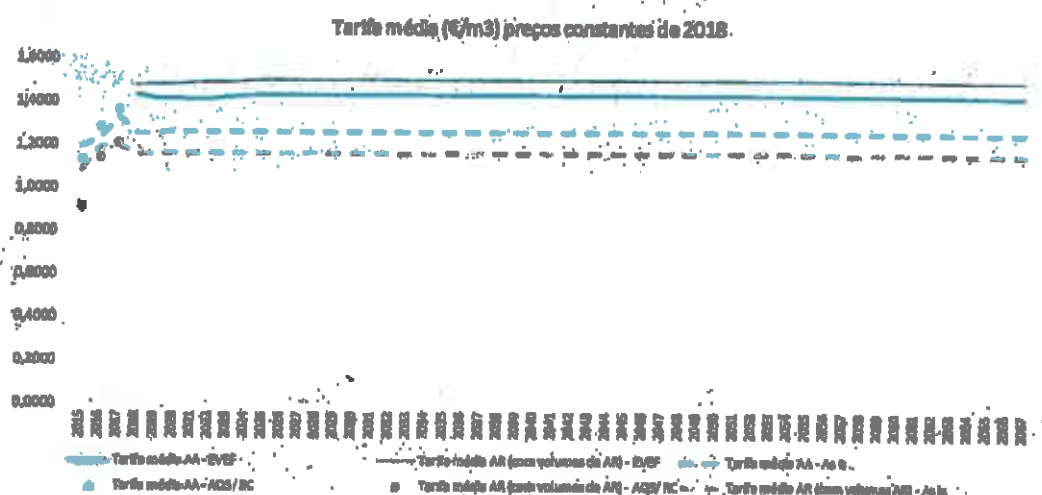
As receitas com tarifa de disponibilidade do serviço de abastecimento de água e de águas residuais são estimadas pela afetação, na totalidade, dos alojamentos pelo 1º escalão definido no tarifário (contador com DN ≤ 25 mm).

<sup>15</sup> Esta diferença também estará refletida nos custos, nomeadamente na aquisição de água em alta (e, eventualmente, nos custos operacionais variáveis), na medida em que não estejam a ser considerados caudais necessários para abastecer os utilizadores não doméstico.



Apresentam-se de seguida as trajetórias tarifárias médias do serviço de AA e AR (considerado o rácio entre os proventos tarifários de cada serviço e os volumes abastecidos de AA, para melhor compreensão da evolução global com base nos serviços):

**Gráfico 9: Trajetórias tarifárias médias totais e por serviço | EVEF "agregação" vs "As Is" vs AQS**  
ERSAR/Reporte de contas



Uma vez que não são estimados incrementos reais das tarifas além do 1º ano, a tarifa média permanece constante, após um período inicial, em que se estimam aumentos da taxa de adesão em alguns concelhos, que afetam a tarifa média por via de maiores receitas com tarifas de disponibilidade.

Importa ter presente que, não obstante as tarifas médias no cenário "agregação" serem superiores às previstas no cenário "as Is", as primeiras possuem subjacente melhores níveis de qualidade de serviço alcançados por maiores níveis de investimento.

#### 3.4.5. Gastos unitários e cobertura de gastos

A análise à estrutura de gastos previstos para cada atividade assenta no cálculo dos gastos unitários em cada serviço e no contributo médio de cada rubrica para a formação do gasto unitário global de cada serviço apresentados em seguida.

**Quadro 9: Gastos totais unitários | Comparação entre os cenários "agregação" e o cenário "as is"**

Gastos totais unitários - EVEF (preços constantes 2016)						
000 Euros, 2016 - 2032	Total	%	AA	%	AR	%
CMVMC	0,0032	16,9%	0,0032	34,5%	0,0178	1,2%
FSE	1,0380	33,3%	0,1889	11,0%	0,9451	62,1%
Gastos com pessoal	0,0073	23,4%	0,4120	29,8%	0,3048	20,0%
Impedidos de dívidas a receber	0,0254	7,0%	0,0189	1,0%	0,0153	1,0%
Outros gastos e perdas	0,0032	1,8%	0,0140	1,0%	0,0314	2,1%
Depreciação e amortização	0,4773	16,3%	0,2235	21,3%	0,1835	19,8%
Juros e gastos similares suportados	0,0027	2,0%	0,0034	3,0%	0,0001	2,0%
IRC	0,0226	0,8%	0,0114	0,7%	0,0120	0,8%
<b>Total</b>	<b>2,5310</b>		<b>1,0000</b>		<b>2,5310</b>	

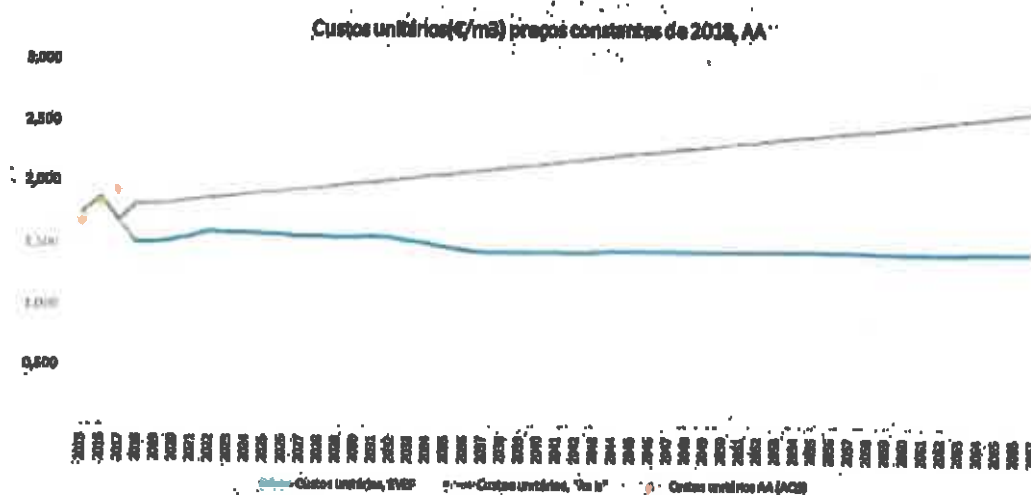
Gastos totais unitários - "AS IS" (preços constantes 2016)						
000 Euros, 2016 - 2032	Total	%	AA	%	AR	%
CMVMC	0,0000	24,3%	0,0000	43,8%	0,0000	0,3%
FSE	0,9121	26,4%	0,2138	12,0%	1,0154	44,3%
Gastos com pessoal	0,0000	18,1%	0,2235	20,3%	0,0000	18,4%
Impedidos de dívidas a receber	0,0000	0,0%	0,0000	0,0%	0,0000	0,0%
Outros gastos e perdas	0,1414	4,1%	0,0000	4,0%	0,0755	3,4%
Depreciação e amortização	0,0700	25,3%	0,0000	18,0%	0,7500	32,2%
Juros e gastos similares suportados	0,0016	1,8%	0,0101	0,0%	0,0000	3,3%
IRC	0,0000	0,0%	0,0000	0,0%	0,0000	0,0%
<b>Total</b>	<b>3,4625</b>		<b>1,0138</b>		<b>2,2811</b>	

A forma como o cenário "as is" é construído dificulta uma análise comparativa objetiva uma vez que não utiliza o mesmo quadro de parâmetros de projeção do cenário Agregação. Ainda assim, importa realçar o menor custo com aquisição de água em alta deste último cenário, que possui subjacente a redução de perdas de água.

Como referido anteriormente, os maiores custos com depreciações, no cenário "as is" face ao EVEF resultam de uma incorreta formulação dos pressupostos. A sua correção passaria pela previsão do investimento no cenário "as is", e cálculo de amortizações de acordo com a respetiva vida útil. No EVEF, também as amortizações do imobilizado existente devem ser corrigidas, conforme já referido, resultando num maior nível de depreciações, e consequente impacto fiscal e tarifário.

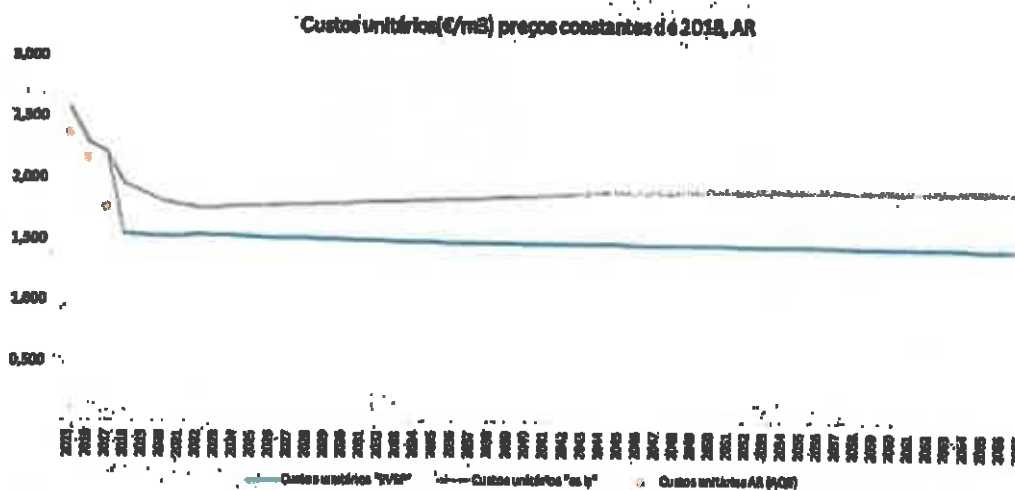
De seguida ilustra-se a evolução estimada dos custos unitários de cada serviço, para os dois cenários, bem como os custos unitários históricos resultantes da informação reportada à ERSAR (reporte de contas e AQS):

**Gráfico 10: custos unitários AA | EVEF "Agregação", "as is" e AQS ERSAR**



Nota: custos unitários AQS calculados com base no volume de água faturada que consta do reporte.

**Gráfico 11: custos unitários AR | EVEF "Agregação", "as is" e AQS ERSAR**



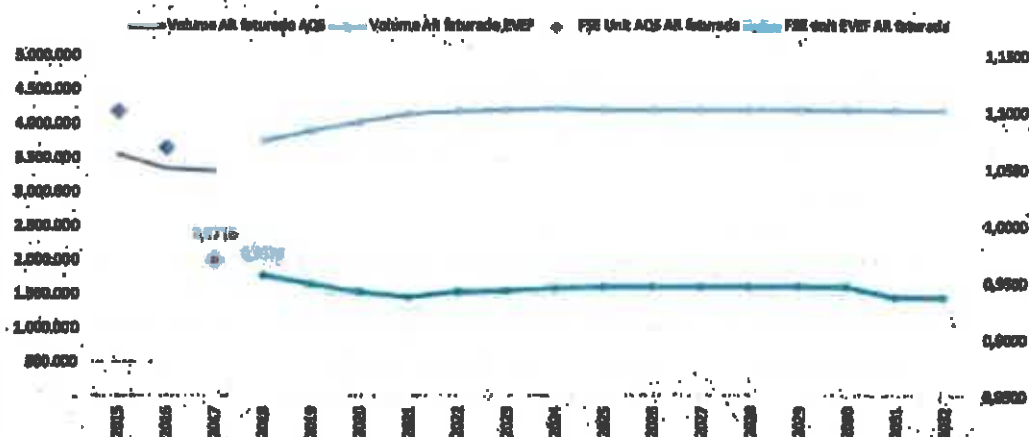
Nota: custos unitários AQS calculados com base no volume de águas residuais faturadas que consta do reporte.

Analisando-se os gráficos acima, é possível verificar que os gastos unitários previstos para o cenário "Agregação" entre 2018 e 2067 encontram-se abaixo dos valores reais verificados entre 2015 e 2017. Admitindo-se a subjacente diminuição de perdas devido à melhoria da eficiência do



Os custos unitários com FSE previstos no cenário de Agregação para o serviço de saneamento encontram-se relativamente em linha com os dados reais reportados à ERSAR referentes a 2017 que, por sua vez, refletem uma tendência decrescente ao longo dos últimos 3 anos (2015 a 2017).

**Gráfico 13: custos unitários com FSE para o serviço de saneamento de águas residuais**



Por último, os custos com pessoal unitários para os dois serviços, medidos em termos de água faturada, e estimados para o cenário de agregação, sobem no primeiro ano significativamente acima do histórico reportado à ERSAR. De facto, quer analisando este indicador, quer o encargo médio por colaborador, torna-se evidente esse incremento de custo, que importa explicar.

Ao longo do período de projeções, o custo unitário vai decrescendo, atingindo em 2027 valores próximos do reportado em 2017. Esta evolução é explicada por dois fatores: (I) estimativa de redução do número de colaboradores até 2027; (II) ligeiro aumento da água faturada.



Gráfico 14: custos unitários com pessoal

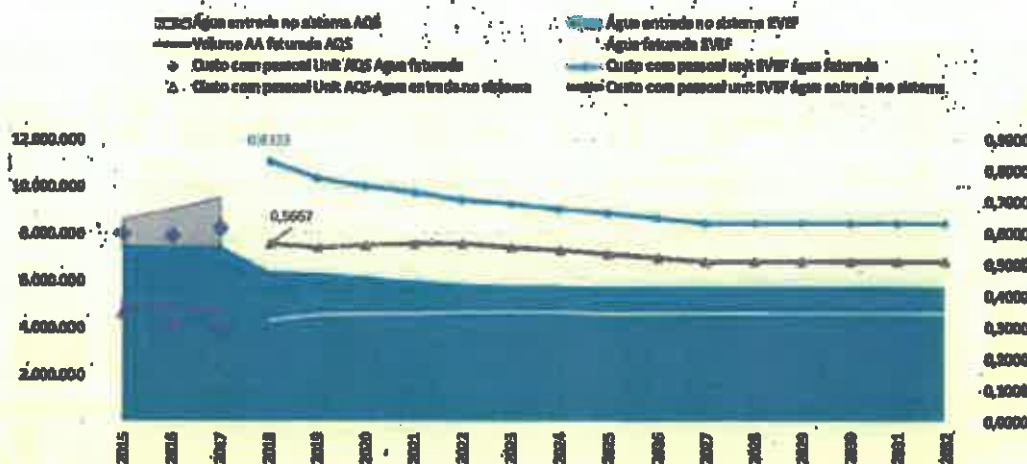
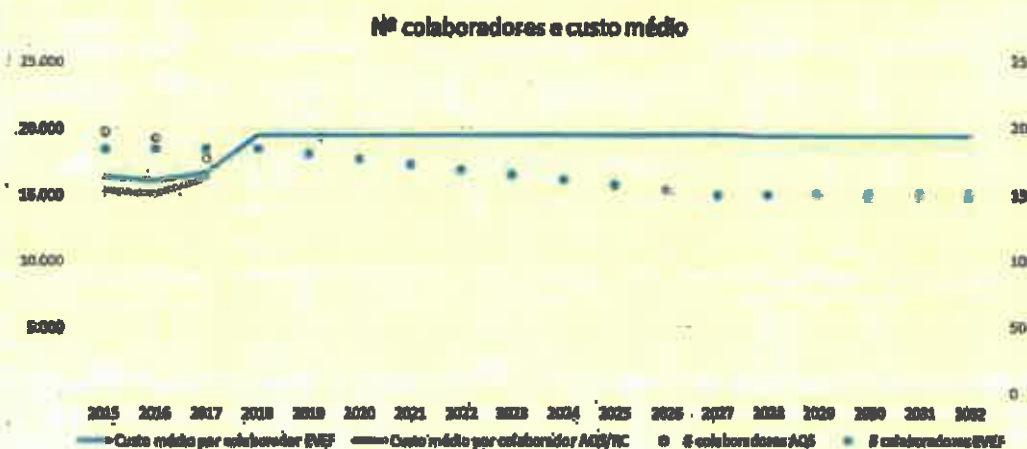


Gráfico 15: N.º de colaboradores e custo médio por colaborador



Analisando a cobertura de gastos pelos proventos de cada serviço, e comparando com os valores reais, de acordo com o reporte à ERSAR, obtêm-se as seguintes métricas:

**Quadro 10: Gastos totais unitários | Comparação entre os cenários "agregação" e o cenário "as is"**

Cobertura de Gastos (€/m3, preços constantes de 2016)	Total	AA	AR
<b>AQS (média 2015-2017)</b>			
Proventos totais unitários	2,2103	1,3475	1,2368
Gastos totais unitários	3,2662	1,8108	2,0958
Cobertura de Gastos AQS	67%	74%	59%
<b>EVEF (2018-2032)</b>			
Proventos totais unitários	2,9654	1,8883	1,6780
Gastos totais unitários	2,9310	1,5662	1,5211
Cobertura de Gastos EVEF	102%	101%	104%
<b>"As is" (2015-2032)</b>			
Proventos totais unitários	2,2427	1,9959	1,3028
Gastos totais unitários	3,4525	1,9150	2,3881
Cobertura de Gastos EVEF	65%	71%	57%

Como se pode constatar do quadro acima, no cenário "as is" é estimada uma deterioração do rácio de cobertura de gastos, em virtude da não realização de qualquer investimento de reabilitação, nem a execução de iniciativas de melhoria de eficiência do sistema. No cenário EVEF, quer pelo aumento dos proventos estimados, quer pela redução de custos, é estimada uma melhoria significativa da cobertura de gastos, a par de investimentos de reabilitação que permitirão uma melhoria da qualidade de serviço.

### 3.4.6. Financiamento

#### 3.4.6.1. Estrutura de Capital

Em termos de capital social, as deliberações municipais apresentadas, as minutas de estatutos e de acordo parassocial, bem como com o documento intitulado "Estudo de Viabilidade Económica Financeira" preveem entradas em dinheiro de 445.050 Euros e entradas em espécie no valor de

26.703.000 Euros, incluindo 12.750.000 Euros aportados pelo município de Vila Real, totalizando o capital social de 27.148.050 Euros.<sup>18</sup>

Já na folha de cálculo que suporta o EVEF, é contemplada, além do capital social a realizar, uma rubrica de "Outros Instrumentos de Capital Próprio" no valor de 19.197.192 Euros. Quando questionada sobre a natureza deste saldo, a EMAR VR remeteu para um quadro que consta do documento elaborado pela Ernest&Young (EY) intitulado "Processo de constituição da Águas do Interior Norte, E.I.M., S.A. | Relatório de Análise Fiscal".

Desde já se salienta que, para uma correta análise da estrutura do capital da nova empresa, seria necessário que a folha de cálculo que suporta o EVEF e demais documentos fossem concordantes em termos de aportes de capital e outros aportes adonistas. De todo o modo, para efeitos do presente parecer, toma-se por base o relatório da EY, ainda que com alterações, decorrente de esclarecimentos verbais da EMAR VR, descritos quando aplicável.

No quadro abaixo é transcrito o quadro elaborado pela EY, com algumas adaptações decorrentes dos esclarecimentos prestados pela EMAR VR<sup>19</sup>, bem como a informação resultante da folha de cálculo do Estudo de Viabilidade:

---

<sup>18</sup> De acordo com a deliberação da Câmara Municipal de Vila Real, de 6 de fevereiro de 2017, "u) Considerando o critério de determinação do montante a subscrever por cada Município no capital social da sociedade (em função do número de habitantes), deverão apenas ser transmitidos através da fusão os ativos do imobilizado que se mostrem necessários à subscrição total do capital que se prevê a realizar pelo Município de Vila Real, devendo o remanescente ser afeto à atividade da sociedade Águas do Interior Norte, através de um acordo de cedência não onerosa;"

<sup>19</sup> Inseridos alguns totalizadores e inserido o valor final de "Outros Instrumentos de Capital Próprio - EVEF" para comparação com os valores da folha de cálculo do modelo financeiro.

**Quadro 11: Estrutura de financiamento pelos accionistas**

	Polígono de Santo do Chão	Monte Frio	Março	Povo do Ribeiro	Salgueiro	Santa Maria da Paragüel	Torre do Mocimbo	Água Real	Total
CR - dívida	14.000	10.000	27.720	70.000	20.000	30.000	30.000	210.000	440.000
CR - capital	800.000	1.000.000	1.000.000	4.000.000	1.700.000	1.007.000	2.017.000	10.700.000	20.700.000
	3,00%	3,77%	4,04%	10,00%	6,72%	7,00%	4,00%	47,70%	100%
<b>Financiamento</b>	<b>1.102.011</b>	<b>2.000.100</b>	<b>3.007.020</b>	<b>4.070.000</b>	<b>1.820.000</b>	<b>1.037.000</b>	<b>2.047.000</b>	<b>10.910.000</b>	<b>20.910.000</b>
	<b>0,50%</b>	<b>4,00%</b>	<b>0,00%</b>	<b>10,00%</b>	<b>7,00%</b>	<b>4,00%</b>	<b>0,00%</b>	<b>47,70%</b>	<b>100%</b>
<b>Diferença</b>	<b>274.011</b>	<b>1.007.100</b>	<b>2.141.000</b>	<b>2.100.000</b>	<b>1.000.000</b>	<b>2.111.000</b>	<b>1.700.000</b>	<b>7.100.000</b>	<b>10.907.000</b>
<b>Subsídio ao investimento</b>									
<b>Diferença</b>	<b>274.011</b>	<b>1.007.100</b>	<b>2.141.000</b>	<b>2.100.000</b>	<b>1.000.000</b>	<b>2.111.000</b>	<b>1.700.000</b>	<b>7.100.000</b>	<b>10.907.000</b>
<b>Prémios de emissão</b>	<b>274.011</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1.044.700</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>710.410</b>	<b>3.041.400</b>	<b>5.044.000</b>
	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>	<b>10,00%</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>	<b>7,00%</b>	<b>47,70%</b>	<b>100%</b>
<b>Prod. Suplementares</b>	<b>0</b>	<b>1.070.000</b>	<b>1.000.000</b>	<b>0</b>	<b>1.000.000</b>	<b>1.010.000</b>	<b>1.000.000</b>	<b>2.170.000</b>	<b>10.040.000</b>
<b>Atribuição de ações</b>									
<b>Composição Total do Capital próprio</b>									
Capital Total	800.000	1.000.000	1.000.000	4.000.000	1.820.000	1.007.000	2.017.000	10.700.000	20.700.000
"ONV" - INOV	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Prémios de emissão	0	0	0	1.044.700	0	0	710.410	3.041.400	5.044.000
Produtos suplementares	0	1.070.000	1.000.000	0	1.000.000	1.010.000	1.000.000	2.170.000	10.040.000
<b>Total do Capital próprio</b>	<b>800.000</b>	<b>1.070.000</b>	<b>1.000.000</b>	<b>5.044.700</b>	<b>1.820.000</b>	<b>1.007.000</b>	<b>2.017.000</b>	<b>12.810.000</b>	<b>20.700.000</b>

(1) Correspondendo ao valor do capital próprio a 01/01/2010 o valor de 4.000.000,00 do diferencial entre o valor de mercado e o valor contabilístico das participações.

De acordo com esclarecimentos verbais prestados pela EMAR VR, os subsídios ao investimento inerentes aos ativos que serão transferidos para AIN permanecerão nos respetivos municípios, deixando de beneficiar as tarifas, questionando-se a sua justiça, exequibilidade bem como consequências fiscais e contabilísticas. Uma vez que o atual quadro comunitário prevê que a atribuição do subsídio seja refletida nas tarifas, questiona-se se os subsídios em questão se enquadram neste quadro e, em caso afirmativo, realça-se a necessidade de ponderarem e estudarem devidamente as consequências dessa decisão.

Adicionalmente, verifica-se que não se encontra explicitada no contrato, nos estatutos ou acordo parassocial<sup>20</sup>, a forma pela qual os ativos que não os que competem para a realização do capital social serão afetados à AIN ou aos serviços, questão que naturalmente terá que ser revista.

<sup>20</sup> O Relatório da EX "Processo de Constituição da Águas do Interior Norte, E.I.M., S.A.", ao trabalhar vários cenários, avança a determinada altura a possibilidade de um Acordo de Cedência não Onerosa (cfr. páginas 5 e 8), mas depois também a afasta (cfr. página 29).

Chama-se também a atenção para o disposto no n.º1 do art. 28º do código das Sociedades Comerciais, de acordo com o qual "as entradas em bens diferentes de dinheiro devem ser objeto de um relatório elaborado por um revisor oficial de contas sem interesses na sociedade [...]" o que não foi o caso.

De salientar ainda, as divergências identificadas entre o número de Infraestruturas Incluídas na Avaliação da Qualidade de Serviço da ERSAR, as que constam no Anexo V – Afetação de bens municipais à prestação dos serviços pela empresa (anexo ao contrato de gestão delegada) e as que constam nos Relatórios de Avaliação das Infraestruturas elaborados pela Noraqua.

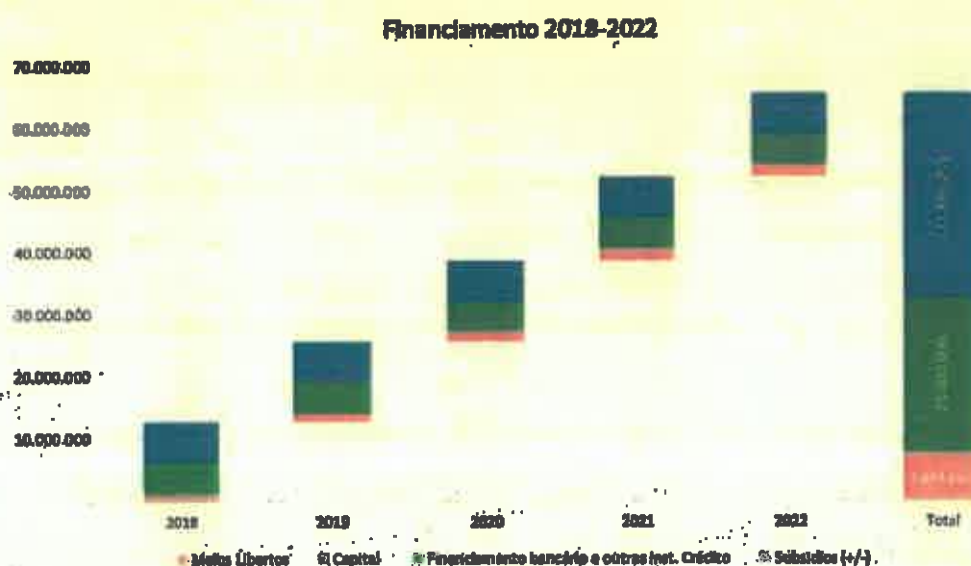
Por fim, não se pode deixar de alertar para a importância de uma correta e ponderada avaliação dos ativos, na medida em que eventuais sobre estimativas irão onerar as tarifas e os utilizadores.

### 3.4.6.2. Nível de endividamento e razoabilidade do seu financiamento

A proposta de constituição de empresa intermunicipal pressupõe investimentos significativos nos primeiros 5 anos da empresa, no valor de 56.468 mil Euros (valores correntes).

A estrutura de financiamento da AIN ao longo desses anos é a seguinte:

Gráfico 12: Estrutura de financiamento



Fonte: EVEF Nota: Meios Libertos = EBIT + depreciações + imparidades – amortização de subsídios ao investimento



Praticamente a totalidade do investimento será, assim, financiado via crédito bancário e subsídios ao investimento (excluindo o autofinanciamento e o capital social a ser realizado em dinheiro – que é marginal – o financiamento bancário representa cerca de 38% e o subsídio 62%). De realçar que os aportes acionistas em dinheiro são apenas de 445.050 Euros, correspondente às entradas em dinheiro no capital social, não sendo expectáveis outros aportes acionistas monetários.

O EVEF refere que a AIN irá recorrer a um empréstimo de longo prazo, no valor de 25 milhões de Euros, disponibilizado em tranches de 5 milhões de Euros em cada um dos cinco primeiros anos e amortizável a 50 anos. O valor máximo de utilização previsto é de 23,5 milhões de Euros, em 2022, uma vez que é estimado um perfil de reembolso de prestações de capital constantes, de 500 mil Euros /ano, a partir de 2019 (2.º ano do empréstimo). O custo anual do empréstimo considerado é de 2,2%, acrescido de imposto de selo de 4% sobre os juros, resultando num custo total de 2,29%. Não é estimado imposto de selo sobre as utilizações (0,6%) nem outros custos financeiros, nomeadamente comissões. Encontrando-se prevista a utilização de uma conta corrente caucionada, não são considerados os respetivos custos de abertura de crédito, nem se prevê no modelo a sua utilização pela existência de suficiente saldo de tesouraria. Questiona-se a exequibilidade da obtenção deste financiamento nas condições apresentadas, designadamente o prazo, desconhecendo-se igualmente a entidade financiadora prevista. Para aferir o impacto de consideração de pressupostos mais realistas, deveria ser efetuada uma análise de sensibilidade, ao prazo, perfil de reembolsos e custo estimado.

Conforme referido, não sendo apresentado balanço da situação "as is", não é possível identificar o valor estimado do financiamento nesse cenário. Por analogia, uma vez que não são estimados investimentos, conclui-se que também não é estimado o recurso a financiamentos bancários, por se encontrar vazio o seu propósito. Contudo, o cálculo dos custos financeiros da soma dos municípios no caso de não agregação resulta num custo médio anual, para o período de 50 anos, de 72 mil Euros<sup>21</sup>, que compara com cerca de 280 mil Euros no cenário de agregação.

Não é estimado o recurso a conta corrente caucionada, que teria um custo de 3% a.a., por não ser apurado, em qualquer ano, défice de tesouraria.

---

<sup>21</sup> Calculados com base no valor médio histórico dos últimos 3 exercícios, ajustado pela inflação anual, a partir de 2018. Vila Real representa 94% no computo dos custos financeiros da soma dos 8 municípios.

Conforme referido, o EVEF estima ainda a obtenção de subsídios ao investimento no valor de 32.886.055 Euros<sup>22</sup>, o qual não se encontra justificado por remissão às linhas de financiamento elegíveis. Questiona-se o valor considerado como subsídio a obter na medida em que o Aviso POSEUR relativo ao "Ciclo Urbano da Água (CUA) – Operações promovidas por entidades gestoras agregadas tem o limite máximo por concelho de 1 (um) milhão de Euros, montante este que pode ser majorado até 3 (três) milhões de Euros.

Uma vez que no caso de não agregação não se perspetiva qualquer investimento, conclui-se que também não é estimada a obtenção de subsídios ao investimento adicionais aos já existentes.

Cumprе, no entanto, alertar para os fatores de risco subjacentes, caso não se materialize a obtenção dos subsídios ao investimento nos montantes previstos no cenário 'Agregação' e/ou a contratação do financiamento de médio-longo prazo nas condições descritas. Como tal, o estudo de viabilidade deveria contemplar um cenário alternativo, quer em termos de investimento, quer em termos de financiamento.

#### 3.4.7. Viabilidade económico-financeira do projeto

A racionalidade económica acrescida é analisada pelos requerentes tendo em consideração uma tarifa de equilíbrio, calculada pelo rácio entre gastos totais (exceto imposto sobre o rendimento), deduzido de subsídios ao investimento reconhecidos no exercício, e volumes estimados faturar, i.e., gastos unitários ajustados. Tendo em consideração os gastos unitários analisados no ponto 3.4.5, as estimativas de evolução da atividade revelam a necessidade de uma tarifa de equilíbrio superior no cenário "as is" do que no EVEF, daí se concluindo que a manutenção da gestão direta ou delegada em empresa municipal (no caso de Vila Real) seria mais onerosa para os utilizadores do que a AIN.

Importa, porém, relembrar aqui os comentários tecidos nos pontos 3.4.3. e 3.4.6.2 sobre os gastos com depreciações e os custos de financiamento estimados no cenário "as is", os quais aparentam estar sobrestimados e, como tal, enviesam a conclusão supra. Ajustando o nível de amortizações<sup>23</sup> para considerar que as mesmas se esgotam no valor do imobilizado líquido

<sup>22</sup> Difere do valor referido no documento descritivo, em pdf, que refere 32.934.054 Euros

<sup>23</sup> Para valores mais verosímeis que deveriam ter sido contemplados no estudo

contabilístico a 31.12.2017, ainda assim, as tarifas de equilíbrio no cenário "as is" permanecem mais elevadas que no cenário "agregação", não obstante este prever investimentos não considerados de todo no cenário "as is"<sup>24</sup>, os quais se prevê venham a permitir uma melhoria da qualidade do serviço prestado.

Na ausência de um quadro completo de demonstrações financeiras previsionais para o cenário "as is", não são apresentados outros indicadores de comprovada mais valia financeira do mesmo.

Este cenário baseia-se no pressuposto de que nada se alterará caso os municípios não se agreguem, mantendo-se ou deteriorando-se os indicadores de acessibilidade física, adesão, água não faturada, reabilitação de condutas, etc. Ou seja, a tarifa de equilíbrio superior do cenário "as is" conjuga-se com piores indicadores operacionais, reforçando o argumento a favor da agregação.

Outras metodologias de análise à viabilidade económico-financeira de projetos e/ou empresas devem ter em conta o contexto das condições em que a atividade será desenvolvida. A determinação do valor atualizado líquido (VAL) ou da taxa interna de rentabilidade (TIR), por exemplo, permite comparar dois projetos equivalentes e efetuar uma escolha fundamentada por qualquer uma das opções. No caso concreto, o apuramento destas dados (VAL e TIR) em cada um dos cenários ("Agregação" e "as is") permitiria apurar o valor acrescido pela agregação das atividades e delegação da sua gestão na Empresa Intermunicipal a constituir, caso o VAL e a TIR do cenário agregação fossem superiores ao do cenário "as is", num contexto de idêntica qualidade de serviço.

Sem prejuízo de várias considerações sobre os fluxos, saldos e taxas considerados no apuramento do VAL e TIR do cenário "Agregação" tal como calculado pelos requerentes, ressalva-se que a TIR de projeto apurada no EVEF, a 50 anos, é de 1,97%, o que, sendo um valor diminuto para suportar a decisão de avançar com o projeto, poder-se-ia revelar suficiente, caso se comprovasse que a TIR estimada do cenário "as is" era inferior.

---

<sup>24</sup> O que ainda assim deveria ser revisto no estudo, já que as projeções são elaboradas com base nas amortizações médias dos últimos 3 anos

Contudo, não sendo apurado o VAL ou TIR no cenário "as is" (não é apresentado o balanço ou *cash flow*), não é possível aferir do melhor resultado de um ou outro cenário de acordo com estas métricas. Esta informação deveria ser igualmente elaborada e apresentada para efeitos de melhor justificação da racionalidade económico-financeira acrescida da agregação.

Relativamente ao cálculo da TIR, colocam-se questões a vários níveis:

- Fluxos do projeto (*free cash flow to the firm*):
  - Os subsídios ao investimento não aparentam estar a ser considerados no apuramento do *cash-flow*, devendo ser incluídos na data estimada para o seu recebimento;
  - Considera como valor terminal/ valor de realização em 2067 o valor do ativo fixo líquido, adicionado do saldo de fundo de maneiço, ambos com referência a 2028, atualizado para 2018, mas considerado em 2067 (e novamente atualizado por 50 anos)
- A taxa de atualização, equiparada a uma taxa de remuneração de capitais próprios, é de 0,63%, por considerar uma taxa de juro sem risco de 0,25%, um beta de 0,5 e um prémio de risco de mercado de 0,75%, que se considera desajustada.

### 3.5. Proposta de Estatutos da empresa e Acordo Parassocial

#### 3.5.1. Prestações dos Acionistas

Para além da questão já abordada no ponto 3.1 do presente parecer, é ainda de referir, no que concerne ao n.º 2 da Cláusula Primeira do Acordo Parassocial, não se afigura totalmente claro qual o alcance da norma, assumindo-se que possa estar aqui em causa a possibilidade de cobrança de taxas municipais de direitos de passagem e de ocupação do subsolo, as quais devem ser pagas pelas empresas operadoras de infraestruturas.

A devolução dos montantes pagos pela sociedade aos municípios outorgantes através de prestações suplementares adicionais (face às prestações suplementares previstas nos Estatutos da sociedade) deve ser aferida da respetiva legalidade.

### 3.5.2. Alienação de participações sociais

Pese embora se reconheça a necessidade de assegurar a estabilidade da estrutura acionista da sociedade, conforme resulta da Cláusula 4.ª do Acordo Parassocial, por forma a dar cumprimento ao Estudo de Viabilidade Económica e Financeira, recomenda-se a inclusão de normas relativas à eventual saída de municípios.

Chama-se ainda a atenção para a aparente incoerência entre o disposto no n.º 2 da Cláusula Quarta e o n.º 2 da Cláusula Quinta do Acordo Parassocial, no que se refere à (im)possibilidade de cedência de participações sociais entre os acionistas da sociedade.

### 3.5.3. Competências da Assembleia Geral

Sem prejuízo do disposto na minuta do contrato de gestão delegada, no que se refere aos poderes da entidade delegante, cumpre apenas destacar, no que se refere em especial à aprovação dos tarifários para os períodos vinculativos e ratificação das atualizações anuais, que, face ao previsto na alínea b) do n.º 1 do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, pertence exclusivamente à entidade delegante, no caso em apreço, os municípios, a *"Aprovação do tarifário dos serviços para os períodos vinculativos e ratificação das atualizações anuais"*. Ainda que a aprovação dos tarifários resulte de uma ação coordenada dos municípios, a ERSAR entende como necessária a existência de um controlo anual, fora dos órgãos da empresa, por parte da entidade delegante, relativamente ao que foi acordado entre as partes em matéria tarifária. Assim, aquela aprovação, não poderá dispensar a aprovação externa, ou seja, pelos órgãos autárquicos competentes de cada Município. Entendimento contrário comprometeria a imparcialidade e isenção das decisões tomadas, e corresponderia a atribuir tacitamente aos Municípios, no âmbito do acordo em apreço, o poder legalmente reservado ao órgão colegial Câmara Municipal e/ou Assembleia Municipal, afastando-se por essa via o princípio da legalidade da competência, consagrado no artigo 36.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA) de que são corolários os princípios da irrenunciabilidade e inalienabilidade.

Réfrica-se, que os Estatutos da empresa, bem como o contrato de gestão delegada e demais acordos, não podem afastar as disposições legais diretamente aplicáveis, imperativas, devendo o tarifário dos serviços de águas e resíduos ser aprovado ou ratificado anualmente por cada um dos Municípios, e em sede própria.



#### 3.5.4. Comentários finais

Tendo em conta que os serviços delegados dizem respeito às atividades de abastecimento público de água para consumo humano e saneamento de águas residuais urbanas, não se afigura clara a menção que é feita na Cláusula 3.3. ao *"normativo aplicável à gestão de resíduos não-domésticos equiparáveis a urbanos"*, a qual se sugere que seja retirada.

Na Cláusula 12.3, deverá ser corrigida a referência ao regime regulamentar das depreciações e amortizações, o qual consta atualmente do Decreto-Regulamentar n.º 25/09, de 14 de setembro.

Na Cláusula 19.2, deverá ser corrigida a referência a "primeiro ou segundo outorgante", ficando esclarecido que o poder de resolver unilateralmente o contrato cabe em exclusivo às entidades delegantes.

#### 4. Conclusões e Recomendações

Remetendo para a análise acima realizada, cumpre destacar as seguintes conclusões e recomendações:

1. O projeto de constituição da empresa Intermunicipal AIN carece das necessárias aprovações dos órgãos municipais competentes ao seu modelo final e igualmente de clarificação e revisão no que respeita a (i) interligação, se alguma, com a EMAR VR; (ii) tratamento dos prémios de emissão e a legalidade das prestações suplementares preconizadas (iii) forma pela qual os ativos que não os que competem para a realização do capital social serão afetos à AIN.
2. A opção por um modelo de gestão delegada numa empresa local de participação exclusivamente pública é fundamentada pelos requerentes nos benefícios decorrentes da agregação dos sistemas dos vários municípios - economias de escala, sinergias, designadamente no domínio do conhecimento, e aumento da capacidade financeira e de investimento - e na possibilidade de reverter em favor dos utilizadores a totalidade dos ganhos de eficiência, sem necessidade da partilha desses resultados com o Estado ou parceiros privados, inerente a modelos de gestão em parceria.
3. Os benefícios da agregação, muito fruto de um maior esforço de investimento, são vertidos em ganhos de qualidade do serviço para os utilizadores em domínios como:

- a) Ocorrência de falhas no abastecimento, em que se preconiza a redução do indicador para 0,2, beneficiando 5 dos 8 municípios;
- b) Água segura, em que as melhorias previstas beneficiam 3 municípios;
- c) Água não faturada, onde se pretende alinhar o indicador da agregação com um valor próximo do hoje verificado em Vila Real, com reduções nos restantes 7 municípios até um máximo de -52 ponto percentuais;
- d) Ocorrência de avarias em condutas, onde se prevê conseguir uma redução em 3 dos municípios, incluindo Vila Real;
- e) Ocorrência de colapsos estruturais em coletores e inundações, onde se pretende uma extensão da monitorização a todos os municípios e a obtenção de indicadores compatíveis com uma classificação ERSAR "boa";
- f) Cumprimento das licenças de descarga e encaminhamento de lamas de tratamento, onde se prevê o cumprimento dos requisitos de proteção ambiental face a uma situação atual de grande falta de informação e;
- g) Respostas a reclamações e sugestões, onde se visa o cumprimento a 100% dos prazos legais, através de extensão a todos os municípios dos procedimentos e sistema de gestão destes processos, passando, por conseguinte, a monitorizar este indicador nos 4 municípios onde tal não ocorre atualmente.

Sendo que a alternativa é a manutenção dos atuais indicadores, ou mesmo a sua degradação, devido à falta de investimentos (com maior foco na reabilitação), fraco conhecimento infraestrutural, menor eficiência operacional e aumento do número de incidentes e reclamações.

4. Outra valia decorrente da agregação é a preconizada melhoria do indicador de cobertura de gastos para um patamar compatível com a sustentabilidade a médio prazo dos sistemas de abastecimento de águas e saneamento de águas residuais, ainda que acompanhada por uma deterioração dos níveis de acessibilidade económica para níveis "medianos", expectável num contexto de realinhamento entre estes dois objetivos. A melhoria da cobertura de gastos decorre da conjugação de um aumento de proveltos,

sujeito às incertezas subjacentes aos seus pressupostos, e de uma redução de custos unitários.

5. A vantagem económico-financeira da agregação é muito difícil de aferir e quantificar com precisão devido às insuficiências e fragilidades da construção do cenário alternativo "as is". A análise efetuada de comparação de tarifas que asseguram a cobertura integral dos gastos em ambos os cenários, traduz-se numa tarifa de equilíbrio mais baixa para o cenário de agregação.
6. A demonstração da viabilidade económico-financeira da empresa Intermunicipal depende de pressupostos otimistas relativamente à procura (população, acessibilidade e adesão), à capacidade de implementar ajustamentos tarifários muito significativos (fraca elasticidade-preço) e ao acesso ao financiamento de médio-longo prazo, os quais requerem uma ponderação mais cuidada.
7. Sem prejuízo das debilidades identificadas no seu cálculo, a TIR de projeto estimada é de 1,97%. Este valor encontra-se em linha com a taxa de rendimento das Obrigações do Tesouro a 10 anos, não refletindo, portanto, qualquer prémio de risco que permita compensar as impendabilidades do projeto, encontrando-se também abaixo do custo do capital alheio.
8. Não se pode deixar de alertar para a impossibilidade dos Estatutos da empresa, bem como do contrato de gestão delegada e demais acordos, afastarem as disposições legais diretamente aplicáveis, devendo o tarifário dos serviços de águas e resíduos ser aprovado ou ratificado anualmente por cada um dos Municípios, em sede própria.
9. Ao nível do contrato de gestão delegada, recomenda-se ainda:
  - a) A revisão dos objetivos estratégicos do Anexo I para contemplar os indicadores de 3ª geração da ERSAR e a inclusão de objetivos para: (i) adesão ao serviço (AA07b e AR06b); (ii) reabilitação de condutas (AA09b) e coletores (AR07b); (iii) eficiência energética de instalações elevatórias (AA13b e AR10b); e (iv) perdas reais de água (AA12b);
  - b) A definição das iniciativas estratégicas para um período temporal de 15 anos e dos indicadores que permitam à entidade medir o sucesso da sua implementação;

- c) Seja contemplado um plano de investimentos alternativo e respetivo EVEF, na eventualidade de não se concretizar a obtenção do volume de subsídios de investimento e/ou financiamentos bancários previstos, dada a elevada dependência destas formas de financiamento;
- d) Sejam considerados os utilizadores não domésticos nas projeções;
- e) Seja integrado no contrato o tarifário a vigorar no período vinculativo e revista a forma de atualização tarifária conforme descrito no ponto 3.3.4.

Face ao exposto, recomenda-se a revisão das peças submetidas a parecer no sentido de incluir e atender aos comentários acima produzidos, dando posteriormente conhecimento à ERSAR das peças revistas.

A ERSAR manifesta a sua disponibilidade para prestar os esclarecimentos que entendam ser necessários.

#### O Conselho de Administração

*Orlando Borges*

*Aria Barreto Albuquerque*

*Paulo Lopes Marcelo*

# Resposta às questões levantadas no parecer da ERSAR

No âmbito do parecer da ERSAR, enviado através do ofício O-011233/2018 de 07.12.2018, foram elencadas um conjunto considerações e sugestões as quais foram tidas em conta na atualização dos documentos referentes à constituição da empresa.

O documento referido inclui também algumas questões e dúvidas para as quais se prestam os esclarecimentos necessários.

Para uma mais fácil análise enumeram-se as alterações operadas e esclarecimentos prestados seguindo a estrutura do parecer da ERSAR.

## 3. Análise

### 3.1 – Considerações prévias

Como ponto inicial, cumpre referir que, ao contrário daquela que parece ser uma pequena confusão por parte da ERSAR, as deliberações da Câmara Municipal de Vila Real de 18 de Junho de 2018 e da Assembleia Municipal de Vila Real de 29 de Junho do mesmo ano, cremos que escapezam devidamente não só o modelo de constituição da Empresa Intermunicipal a constituir mas, no caso concreto do Município de Vila Real, o caminho jurídico-legal que terá de percorrer para alcançar este desiderato.

Acresce que, do parecer da ERSAR parece resultar que a operação de internalização no Município de Vila Real de três actividades actualmente residentes na EMARVR, a saber: recolha e deposição de resíduos sólidos, bem como a produção e tratamento de águas residuais "em alta", não é equacionada para efeitos de uma compreensão global da operação de constituição societária sugerida.

Na verdade, por via da internalização, as actividades ora referidas retornarão para a gestão imediata e interna do Município de Vila Real, implicando que o património afecto ao exercício das mesmas seja transferido para o Município de Vila Real.

Esse património diz respeito a contentores de lixo (subterrâneos ou que se encontram à superfície), bem como a totalidade das infra-estruturas associadas ao abastecimento de água e tratamento de águas residuais "em alta", e que se encontram devidamente identificados no Anexo I do Relatório elaborado pela Consultora Independente E&Y e que foi também remetido para a ERSAR.

No nosso entendimento, a compreensão prévia desta figura afigura-se crucial para o correto entendimento do cenário em análise, principalmente, no que diz respeito à identificação dos activos que serão efectivamente transmitidos para a AIN no momento da fusão por incorporação da EMARVR.



Sendo que, cumprirá ser frisado, que é por via da fusão por incorporação da EMARVR, que o Município de Vila Real efectuará a sua entrada em espécie (por transmissão para a AIN dos activos remanescentes após a operação de internalização).

Recorde-se que a constituição da AIN iniciará pela constituição jurídica e física da empresa, com a inerente realização das entradas dos municípios accionistas (em dinheiro e espécie), seguindo-se a segunda fase da operação, a fusão por incorporação da EMARVR (já expurgada dos activos correspondentes às actividades sujeitas a internalização no Município de Vila Real).

Após a fusão por incorporação da EMARVR na AIN, não se verifica um qualquer aumento de capital da AIN, no sentido de uma operação individualizada e adicional à fusão.

Na verdade, em momento algum serão exigidos quaisquer montantes/bens suplementares aos municípios accionistas, não se efectuando qualquer operação de aumento de capital social da AIN pura e dura.

Assim, no que diz respeito à proibição de aumentos de capital referida no parecer da ERSAR, e que de resto, de acordo com esta entidade, resulta da aplicação do artigo 36.º, n.º 1 do Regime Jurídico da Actividade Empresarial Local e das Participações Locais (doravante "RJAEL"), não acolhemos o entendimento de que ocorra uma qualquer operação de aumento de capital individualizada no cenário final em análise.

Deverá sobre esta matéria distinguir-se a incorporação dos activos da EMARVR na AIN operada por via da fusão por incorporação, da sujeição da AIN a uma operação de aumento de capital, seja num momento anterior ou posterior à fusão, com a consequente atribuição de novas entradas.

Assim, somos do entendimento que a previsão do artigo 36.º, n.º 1 do RJAEL nos termos preconizados pela ERSAR, não tem aplicação ao caso concreto.

Já no que concerne à realização de prestações suplementares, conforme referido no relatório da Consultora Independente E&Y, tendo em conta a diferença que se verificará entre o valor nominal das acções dos municípios accionistas e o valor a considerar para as respectivas entradas (por via do valor dos bens com que os accionistas entram para a AIN – conforme a avaliação patrimonial efectuada sobre os mesmos), propõe-se que o diferencial fosse alocado a prémios de emissão e prestações suplementares.

De facto, o real valor do bem (leia-se, de mercado) não tem que obrigatoriamente ter correspondência em participações sociais concedidas ao accionista.

Esta conclusão decorre do simples facto de que, conforme é amplamente defendido pela Doutrina, nem todas as entradas dos sócios terem necessariamente de se destinar à cobertura de capital.

Consequentemente, se é certo que as entradas dos sócios não podem ter um valor real inferior ao valor nominal da participação subscrita, também é certo que as

entradas poderão apresentar um valor real superior, sendo emitidas acima do par, com ágio/prémio de emissão.

Ora, conforme resulta da informação prestada pela EMARVR à ERSAR, o valor dos bens em causa, decorrente da avaliação patrimonial efectuada, é superior ao seu valor contabilístico, pelo que na prática, o mecanismo sugerido no cenário alternativo procura remunerar os accionistas pelo justo valor dos bens com que entram para a AIN.

Desse modo, os municípios accionistas detêm um "direito de crédito" face à AIN, que os reembolsará pelos bens com que entram (em virtude da sua avaliação patrimonial) através da figura dos prémios de emissão e prestações suplementares.

Pelo exposto, o conteúdo das prestações suplementares deverá igualmente ser sujeito a uma análise cuidada por parte da ERSAR.

Desde logo, nas prestações suplementares em causa, a AIN não exigirá aos seus municípios accionistas qualquer montante adicional conforme é tipicamente verificado nas prestações suplementares.

Senão vejamos, as prestações suplementares, conforme se encontra estatuído no Código das Sociedades Comerciais (denovante "CSC") nos seus artigos 210.º a 212.º, não obstante terem uma função primordial de reforçar financeiramente a estrutura das sociedades comerciais, não integram o capital social de uma dada sociedade comercial, mas sim os seus capitais próprios.

Assim, a sua existência em nada altera a cifra do capital social da sociedade comercial em que figuram, ficando unicamente a sociedade comercial dotada de recursos mais "reforçados" para fazer face à sua actividade comercial e consequentemente, apresentará uma maior credibilidade perante os credores sociais.

No presente caso, as prestações suplementares não advêm de quaisquer prestações pecuniárias exigidas aos municípios accionistas, ao invés, conforme referido no ponto anterior, elas surgem por mera "conversão" da diferença verificada entre o valor contabilístico das entradas em espécie efectuadas pelos municípios accionistas e o seu valor de mercado.

Na realidade, não há aqui uma qualquer dotação da AIN de mais recursos (seja por entrada de dinheiro ou património) por parte dos seus municípios accionistas.

As prestações suplementares apenas procuram funcionar aqui como uma forma de reembolsar os municípios accionistas pelo implemento no património social efectuado por via das entradas em espécie (infra-estruturas essenciais ao exercício da actividade da AIN).

Os recursos ora referidos incorporam assim a AIN por ocasião das entradas em espécie/fusão por incorporação da EMARVR (esta última no que diz respeito ao Município de Vila Real), sendo que na parte que excede o valor da entrada dos municípios accionistas, não integrarão o capital social nominal da AIN.

Assim, as prestações suplementares apenas surgem como mecanismo de remuneração dos municípios accionistas pelo valor acrescido dos activos por eles colocados na empresa, e não um mecanismo para aportar a AIN de recursos financeiros adicionais para fazer face à sua actividade.

Por tudo o exposto, não se concorda com o entendimento plasmado no parecer da ERSAR, de que as prestações suplementares ora previstas se encontram inseridas na previsão da norma do artigo 36.º, n.º 1 do RJAEI, e de mesmo modo, a nulidade de sua existência.

De forma a completamente enquadrar todo este modelo jurídico-económico de constituição da AIN, importa referir que na fase final da operação, tendo em consideração que o valor de capitais próprios da AIN, será possível, em princípio (mediante expressa deliberação dos accionistas nesse sentido, e desde que se verifique que a situação líquida da AIN não fique inferior à soma do capital social e da reserva legal, conforme previsto no artigo 213.º de CSC) haver lugar à restituição do valor das prestações suplementares aos municípios accionistas.

No que diz respeito ao Município de Vila Real, este apresenta um valor de subsídios ao investimento correspondente a fundos comunitários, pelo que no momento em que se efectuar a redução do capital social da AIN, será este o único Município sujeito a amortização de acções.

Os restantes municípios participantes não sofrerão qualquer amortização de acções no cenário apresentado, verificando-se apenas a restituição do valor relativo às prestações suplementares devidas (que, conforme aqui referido, servirão apenas como título de compensação pelo aporte patrimonial efectuado no momento de constituição da AIN).

Importa ainda referir que acolhemos na versão final a remeter para o Tribunal de Contas o ajuste proposto ao texto dos Estatutos, na medida em que incluímos um novo número 3 no Artigo 6.º com a seguinte redacção: "No caso do Município de Vila Real, por estar em causa na sua entrada em espécie uma operação de fusão da sua empresa municipal EMARVR, Água e Resíduos de Vila Real E.M., S.A. com a Sociedade, esta realização do capital social será apenas concretizada no momento em que esta operação de fusão for concretizada".

Por último, cumpre frisar que qualquer eventual ulterior ajuste que venha a ser necessário neste modelo de constituição da AIN será, sem qualquer tipo de problema, objecto de novas deliberações autárquicas no sentido de o acolher, conforme teor da Carta de Conforto voluntária e deliberadamente subscrita pelos respectivos Presidentes em 10.01.2019 (Anexo 19 deste Processo).

### **3.2 – Contrato de Gestão delegada**

#### **3.2.1. – Tarifário e remuneração do capital accionista**

A redacção da Cláusula 14.5 do Contrato de Gestão Delegada acomodou a sugestão veiculada no parecer da ERSAR, passando a ter a seguinte redacção: "Compete à Empresa preparar anualmente, durante o terceiro trimestre, uma proposta de revisão

do tarifário a vigorar a partir do início do exercício económico seguinte, cujo cálculo deverá ser aprovado pelos órgãos autárquicos dos Municípios com competência para o efeito, no prazo de 30 (trinta) dias úteis após a sua submissão, findo o qual se considera aceite”.

### **3.3 – Anexos ao Contrato de gestão delegada**

#### **3.3.1 – Anexo I – Objetivos estratégicos para a empresa**

A ERSAR leva a efeito anualmente a avaliação da qualidade dos serviços prestados aos utilizadores através de um conjunto de indicadores, organizados em torno de três domínios basilares: interface com o utilizador, sustentabilidade da gestão do serviço e sustentabilidade ambiental. Uma vez que existe coincidência entre os objetivos deste sistema de avaliação e os propósitos que estiveram na base da criação da AIN, optou-se por utilizar alguns dos indicadores que integram o sistema utilizado pelo regulador para monitorizar o cumprimento das metas previstas e dar cumprimento ao estipulado na alínea a) do número 3 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto.

Em outubro de 2016, a ERSAR através do ofício com ref. O-006392/2016, propôs a utilização de um “Modelo de Contrato de Gestão Delegada”, cujo Anexo II – Objetivos estratégicos para a Entidade Gestora, utiliza os indicadores de 2.ª geração para a monitorização e avaliação do cumprimento dos objetivos. Neste documento, a ERSAR propôs também o estabelecimento de metas mínimas para os cinco anos do período subseqüente.

Tendo em conta o exposto e o facto de a fixação de metas para um indicador exigir o conhecimento do seu histórico e de valores de referência, procedeu-se à utilização da nomenclatura utilizada no Guia Técnico 19 referente aos indicadores de 2.ª geração.

Com o conhecimento entretanto adquirido e esclarecimentos prestados pela ERSAR ao Guia Técnico 22, respeitante à implementação dos indicadores de 3.ª geração, existem agora condições objetivas para se proceder à atualização do Anexo I- Objetivos estratégicos para a empresa, passando a utilizar os indicadores mais recentes, para um período de 15 anos.

A criação de infraestruturas de saneamento básico apenas faz sentido se as populações procederem à ligação das suas redes prediais à rede pública. A adesão ao serviço constitui assim uma forma de monitorizar a optimização dos investimentos realizados. Acresce ainda que uma elevada adesão permitirá a implementação de tarifas fixas mais acessíveis. Trata-se portanto de um aspeto relevante ao qual, no âmbito da elaboração dos documentos de constituição da empresa, foi dada especial atenção. Os Municípios promotores têm a convicção que a melhoria generalizada do serviço prestado, a realização de campanhas de sensibilização, a eliminação dos custos de adesão (pagamento de ramais e tarifas relacionadas com a celebração do contrato), um acompanhamento mais próximo das populações, entre outros conduzirão a um aumento da adesão ao serviço. Em último recurso será solicitada a colaboração dos Municípios para a fazerem cumprir a obrigatoriedade de ligação.

No ofício de 2016 anteriormente referido, ERSAR expressa que “na medida em que estes objetivos representam um compromisso firme da empresa, importa ter presente



que as metas mínimas para aferir o seu cumprimento devem ser definidas de forma prudente e realista, atendendo à situação de referência existente". Por outro lado no parecer emitido aos documentos de constituição da AIN alerta que "de acordo com os estudos apresentados, uma das principais atuações de mudança da AIN tem a ver com a capacidade de induzir a adesão aos serviços e a ligação dos alojamentos aos sistemas de abastecimento e saneamento, o que justificará as projeções otimistas das taxas de adesão. No entanto, de acordo com o histórico do país e da experiência da ERSAR, a efetivação da ligação aos sistemas depende não tanto da vontade da entidade gestora, mas sim do poder e capacidade dos municípios, enquanto entidades titulares, de fazerem cumprir a obrigatoriedade de ligação e sancionarem os comportamentos desconformes com a lei que impõe essa obrigação".

Em face do exposto, não pode a empresa comprometer-se com metas que não dependem inteiramente da sua atividade, por esse motivo não se acolheu a sugestão do regulador de incluir os indicadores relacionados com a adesão ao serviço.

Assim, os objetivos da empresa serão monitorizados pelos indicadores transcritos no Tabela 1:

**Tabela 1 - Indicadores de avaliação dos objetivos estratégicos**

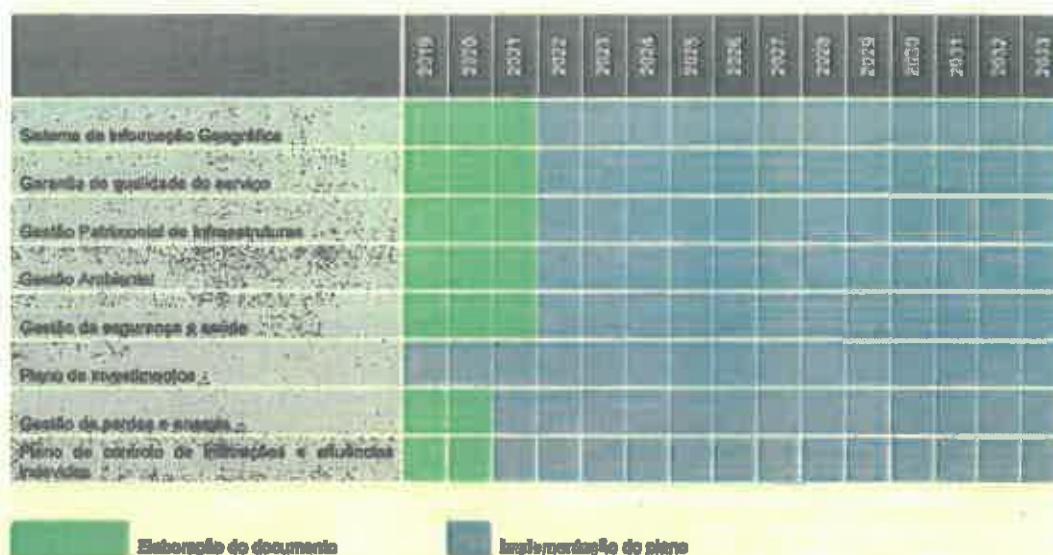
Abastecimento de água	Águas Residuais
Ocorrência de falhas no abastecimento (AA03b) – 3ª geração	Ocorrência de inundações (AR03b) – 3ª geração
Água Segura (AA04b) – 3ª geração	Resposta a reclamações e sugestões (AR04b) – 3ª geração
Resposta a reclamações e sugestões (AA05b) – 3ª geração	Reabilitação de coletores (AR07b) – 3ª geração
Água não faturada (AA08b) – 3ª geração	Ocorrência de colapsos estruturais em coletores (AR08b) – 3ª geração
Reabilitação de condutas (AA09b) – 3ª geração	Eficiência energética de instalações elevatórias (AR10b) – 3ª geração
Ocorrência de avarias em condutas (AA10b) – 3ª geração	Controlo de descargas de emergência (AR12b) – 3ª geração
Perdas reais de água (AA12b) – 3ª geração	Cumprimento da licença de descarga (AR13b) – 3ª geração
Eficiência energética de instalações elevatórias (AA13b) – 3ª geração	Encaminhamento adequado de lamas do tratamento (AR14b) – 3ª geração
Cumprimento do licenciamento das captações (AA14b) – 2ª geração	

### 3.2.2 – Anexo II – Principais iniciativas estratégicas a implementar pela empresa

O Anexo II – Principais iniciativas estratégicas a implementar pela empresa visa identificar as principais ações que permitirão alcançar os objetivos propostos, cumprindo o disposto no n.º 6 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto. As iniciativas inscritas no referido Anexo II incluem a data de conclusão, a qual



deverá ser entendida como a data limite para a sua conclusão. A sua calendarização poderá ser representada no seguinte esquema:



As perdas de água constituem uma das principais ineficiências da gestão dos sistemas de abastecimento de água, gerando custos operacionais elevados, desperdício de recursos (água e energia), riscos para a saúde pública, viabilidade social negativa. Por outro lado, a ineficiência do uso de energia gera custos operacionais e ambientais elevados. Existe uma relação de causalidade entre a redução de perdas e a eficiência energética, pois um volume elevado de perdas exige a bombagem de água que não chega aos contadores dos consumidores, constituindo assim uma dupla ineficiência. Este é um problema que apenas poderá ser debelado com a existência de uma estratégia clara e coerente da entidade gestora. Assim, a AIN propõe-se elaborar e implementar um plano de gestão de perdas de água e energia, acatando os desafios propostos pela ERSAR. A monitorização constante dos caudais constitui uma ferramenta importante da gestão das perdas de água, pelo que o referido plano incluirá a análise à implementação de telemetria, bem como de outra tecnologia que permita a redução dos atuais níveis de perdas e a sua manutenção em níveis sustentáveis.

No seguimento da proposta da ERSAR, foi também incluída a elaboração e implementação de um "Plano de ação para o controlo de infiltrações e efluentes indevidos" que permita a gestão eficiente das redes de drenagem de águas residuais e contribua para garantir as condições necessárias para o tratamento eficaz dos efluentes recolhidos.

As ações incluídas no Anexo II constituem as linhas orientadoras que possibilitarão alcançar os objetivos estratégicos. Desta forma, os resultados da implementação destas iniciativas serão refletidos na avaliação constante do Anexo I, não se justificando a criação de um sistema de avaliação específico.

### **3.3.3 – Anexo II – Plano de Investimentos a Cargo da Empresa**

No âmbito da elaboração do PENSAAR 2020 - Uma nova estratégia para o sector de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais foi efetuado um diagnóstico à situação atual do setor, constatando-se que os principais constrangimentos do setor estavam relacionados com a falta de conhecimento sobre as infraestruturas, o seu grau de utilização, o ritmo de reabilitação, a existência de volumes de água não faturada elevados, o baixo grau de recuperação dos gastos, entre outros. Em face deste diagnóstico, assistimos a uma alteração do paradigma orientador da estratégia do setor, que passou a ser menos centralizada na realização de infraestruturas para aumento da cobertura, focalizando-se mais na gestão de ativos e no funcionamento geral dos sistemas.

Este documento serviu de base à definição dos investimentos a apoiar pelo Portugal 2020, designadamente através do POSEUR – Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos. Desta forma, os apoios à ampliação da área servida pelos sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais são bastante diminutos.

No âmbito do apoio à otimização das infraestruturas existentes foram disponibilizadas verbas comunitárias para fechos de sistema. Isto é, nas áreas em que já existem infraestruturas de tratamento mas cujas redes de drenagem não estejam ainda concluídas. Perante esta oportunidade alguns dos Municípios tem em curso investimentos destinados a aumentar as taxas de cobertura. Os investimentos mais relevantes decorrem no Município de Vila Real, prevendo-se que com a sua conclusão a taxa de cobertura se aproxime de 80%.

Por outro lado, a EMARVR, Água e Resíduos de Vila Real, EM, SA, entidade responsável pela gestão dos serviços de saneamento básico em Vila Real, dispõe já de meios móveis de recolha de efluentes. Estes meios passarão a integrar a nova empresa, disponibilizando-se uma solução para a recolha das águas residuais produzidas nos locais onde ainda não existir rede pública.

A área abrangida pela atividade da AIN é caracterizada pela baixa densidade populacional, situação que dificulta a rentabilização dos avultados investimentos necessários, sendo indispensável a contribuição comunitária. Foi apenas com base na garantia governamental de existência de fundos comunitários para a concretização do Plano de Investimentos que se avançou para a constituição da AIN, por este motivo não foram considerados planos de investimento ou de financiamento alternativos.

### **3.3.4 – Anexo VII – Tarifários dos Serviços e sua trajetória de evolução temporal**

O tarifário representa a base em que assenta todo o processo de constituição da empresa, por outro lado, será o elemento mais visível para as populações. Tendo em conta o exposto, foi elaborado um documento específico para apresentar detalhadamente a estrutura do tarifário, princípios subjacentes à sua elaboração, enquadramento legislativo, tabelas de tarifas e trajetória de evolução temporal.

Não obstante este documento integrar o conjunto de documentos enviados, a ERSAR entende que o tarifário deverá também constar no Anexo VII – Tarifário dos serviços e sua trajetória de evolução temporal, motivo pelo qual se procedeu à alteração deste documento. Foram também introduzidas as correções às fórmulas de revisão tarifárias de acordo com as propostas pelo regulador.

### **3.4 – Análise do estudo demonstrativo da viabilidade e sustentabilidade económica e financeira da empresa a constituir**

#### **3.4.1 – Pressupostos**

O diagnóstico efetuado ao setor do abastecimento de água e saneamento de águas residuais, efetuado no âmbito da elaboração do plano estratégico do setor, constatou que uma das debilidades do setor está relacionada com a falta de informação quer das infraestruturas quer do nível de gastos inerentes à prestação do serviço, situação já referida neste documento.

A dificuldade na obtenção de dados está também refletida no relatório anual divulgado pela ERSAR. Apesar do reconhecimento do esforço efetuado pelas entidades gestoras no sentido de fornecerem os dados solicitados pelo regulador, verifica-se que um valor significativo não responde a todos os dados solicitados, em especial aos relacionados com o nível de gastos alocados à sua atividade. Acresce ainda que uma parte importante das respostas tem um nível de fiabilidade reduzido, resultando de estimativas.

A empresa a constituir pretende gerir os sistemas de abastecimento de água e tratamento de águas residuais de oito Municípios. Destes apenas um é gerido pelo setor empresarial local, os restantes são geridos pelos serviços internalizados nos Municípios. O modelo de gestão e a estratégia em utilização na EMARVR permitiu, no espaço de tempo decorrido entre 2013 e 2018, reduzir o nível de água não faturada de 38% para cerca de 22%, passar a apresentar resultados positivos, reduzindo no mesmo período as tarifas ao utilizador final em 10%. A constituição da nova empresa assenta no *Know-how* da EMARVR, na implementação da sua estratégia e procedimentos, pretendendo-se transpor a melhoria do serviço prestado e o aumento da eficiência desta gestão para os restantes Municípios.

Perante esta realidade, o modelo de suporte à constituição da AIN foi elaborado partindo dos elementos conhecidos, designadamente a população residente, as captações médias e os custos unitários/coeficientes registados na EMARVR, entidade âncora da empresa a constituir. O modelo construído produz dados consistentes, coerentes e alinhados com o histórico dos Municípios.

Não tem lógica construir o cenário "as is" com base na implementação da estratégia em utilização na EMARVR aos Municípios isoladamente, na medida em que tal é incompatível com a gestão internalizada dos serviços. A gestão dos sistemas de abastecimento de água e saneamento implica a especialização e afetação exclusiva

de recursos, situação não exequível com a manutenção dos serviços internalizados nos Municípios. Nesta conformidade, optou-se por utilizar os dados reportados ao regulador pelos restantes Municípios, suprimindo-se as falhas de dados com o recurso à média.

Em nosso entender as diferenças no ponto de partida não afetam, nem condicionam as conclusões que se possam retirar da análise à racionalidade económica da agregação. Além, as conclusões são inclusive semelhantes àquelas que constam do relatório elaborado pela ERSAR com a colaboração da Faculdade de Engenharia da Universidade de Porto (FEUP), Faculdade de Economia da Universidade Nova Lisboa (FE - UNL) e de um conjunto de peritos do setor. Este relatório, relativo à agregação dos Municípios que iniciaram o processo de constituição da AIN, concluiu que *"a agregação dos sistemas permite atingir uma situação de recuperação integral de custos e de sustentabilidade económica com evolução positiva em termos de qualidade do serviço prestado aos utilizadores e com tarifas de valor inferior às que seriam praticadas pela maior parte das EG que atualmente operam no terreno de forma individual"*.

No parecer emitido, a ERSAR salienta que "o cenário agregação não tem por base o histórico (real) dos anos 2016 e 2017 mas antes uma estimativa para aqueles anos, pelo que não considera as alterações reais dos indicadores, operacionais e financeiros, durante este período, originando uma divergência no ponto de partida do cenário". De facto, dado que os estudos foram iniciados em 2016, os valores referentes a 2016 e 2017 tiveram de ser estimados. Assim, de forma a suprir a lacuna elencada pela ERSAR, o histórico foi atualizado com os elementos reais mais recentes para os anos referidos.

### **3.4.2 – Procura**

Nos estudos da constituição foram considerados os cenários de evolução da população constantes dos Planos Diretores para a Criação dos Sistemas Multimunicipais de Bacia de Abastecimento de Água e de Saneamento dos Municípios constituintes da empresa a constituir.

No decurso da análise aos documentos efetuada pela ERSAR constataram-se diferenças relativamente às projeções divulgadas pelo Instituto Nacional de Estatística. Uma vez que tal constitui um parâmetro relevante procedeu-se à correção deste pressuposto. Para tal recorreu-se à informação mais atualizada disponibilizada pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), utilizando-se os seguintes documentos:

- População residente (N.º) por Local de residência (NUTS - 2013), Sexo e Grupo etário; Anual
- População residente (projeções 2015-2080 - N.º) por Local de residência (NUTS - 2013), Sexo, Idade e Cenário; Anual;



A estimativa do INE prevê quatro cenários: baixo, central, alto e sem migrações. Na atualização efetuada aos documentos utilizou-se o cenário intermédio, ou seja, o cenário central para a região Norte. Desta forma verifica-se agora uma coincidência entre a evolução da população residente considerada nos estudos de constituição da AIN e a projeção do INE para a região Norte, conforme se gráfico seguinte:

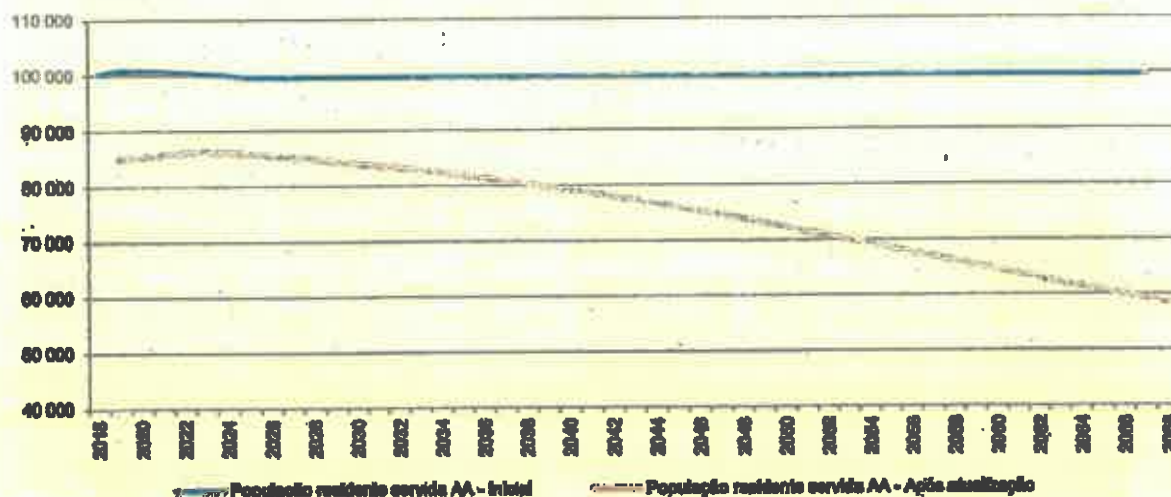


Gráfico 1 - Comparação da evolução da população servida pelo serviço de abastecimento de água

Tal como referido anteriormente, procedeu-se à atualização dos valores estimados para os anos de 2016 e 2017, tendo-se utilizado agora os valores reais, não disponíveis aquando da elaboração dos documentos. Consideram-se assim solucionados os alertas relativos ao desfasamento entre as taxas reais de adesão verificadas nos anos referidos e aquelas que constam nos documentos de suporte à constituição da AIN. Após a constituição da AIN, a expectativa de aumento das taxas de adesão prende-se com a melhoria do serviço prestado, a eliminação de barreiras à contratação. Esta situação encontra-se já devidamente fundamentada no capítulo dedicado ao Anexo I – Objetivos estratégicos para a empresa.

No que respeita ao aumento da taxa de cobertura do serviço de saneamento do Concelho de Vila Real, de 66% para 80%, tal está relacionado com o ciclo de investimentos, iniciado em 2015, no valor global de cerca de 20 milhões de euros. Algumas das redes incluídas nestes investimentos já estão em funcionamento, permitindo que o valor real desta taxa tenha sido de 70% em 2017, perspetivando-se que no final de 2018 seja de 72%. Com a conclusão das obras que atualmente decorrem espera-se atingir a meta dos 80%.

Tabela 2 - Quadro resumo dos investimentos em curso destinados ao aumento da taxa de cobertura em Vila Real

Candidatos	Realizado
------------	-----------



POSEUR-03/2012-FC-000031 - "Disposição da Bacia do Corgo - Ampliação da Rede de Saneamento e Reabilitação do ETAR's"		5.243
Rede de drenagem de esgotos na rua das Lagareiras, Freguesia de Guifões		115
Agente (Bacia 8), Arnos, Torquede/Arribões e Extensões		2.396
<b>Módulo Ligação à Alta da EN16</b>		<b>1.944</b>
Nogueira, Tanha e Aldeias da freguesia de Nogueira e da aldeia de Várzea da Tanha da Freguesia de Alagoa		600
Cervais, Vale do Nogueiras e Assento		303
<b>ETAR de Nogueira e Reabilitação das ETAR de Guifões, Alagoa, Babroa, Pervença e Pomarinhos</b>		<b>2.108</b>
Mocões e parte de Torquede		258
Abobeleira		165
Cigarrosa/Jonals		287
Lp. Comenda		60
Buções		161
POSEUR-03/2012-FC-000102 - "Disposição da Bacia do Corgo - Vale da Campa"		1.723
Campa		1.281
Pena		186
Quintil		131
Vila Cova		144
Total da população com ligação		10.415
Acréscimo de população com ligação		8.359
Acréscimo de Alojamentos com ligação		4.548
		155%

O consórcio Norteágua apresentou um conjunto de estudos tendo em vista a apresentação de uma proposta de agregação dos sistemas denominados "de baba" para o abastecimento e saneamento. Tratou-se de estudos de elevado rigor e com uma finalidade similar à constituição da AIN, tendo servido de orientação para os estudos destinados à sua constituição. No âmbito desse trabalho utilizou-se o coeficiente de 0,84 para um melhor ajuste do número de alojamentos reportados nas estatísticas oficiais aos alojamentos existentes, situação replicada nos estudos da AIN. Uma vez que a ERSAR entende que tal não se justifica e constitui um fator de minoração do número de clientes, procedeu-se à sua retirada. Esta alteração consubstanciou num acréscimo de clientes.

No âmbito da análise à procura, a ERSAR salienta a evolução dos volumes de abastecimento de água e de água faturada, alertando para as diferenças relativamente ao histórico. Além da redução de consumos expectável por via do aumento das tarifas, em alguns municípios muito significativa, a variação é explicada pelo facto de não se terem considerado os utilizadores não domésticos. Efetivamente, tendo em conta a sua diminuta expressão no universo de clientes da nova empresa a constituir e a falta de dados oficiais relativamente à sua evolução levou a que não tenham sido incluídos na análise efetuada. Contudo, após o alerta da entidade reguladora, procedeu-se à análise dos volumes históricos, constatando-se da necessidade da sua inclusão, pois trata-se de consumidores com capitacões bastante superiores aos de cariz doméstico. A inclusão dos consumidores não domésticos resultou num acréscimo de consumos faturados e consequentemente do montante das vendas, compensando parte da redução que ocorreu por via da

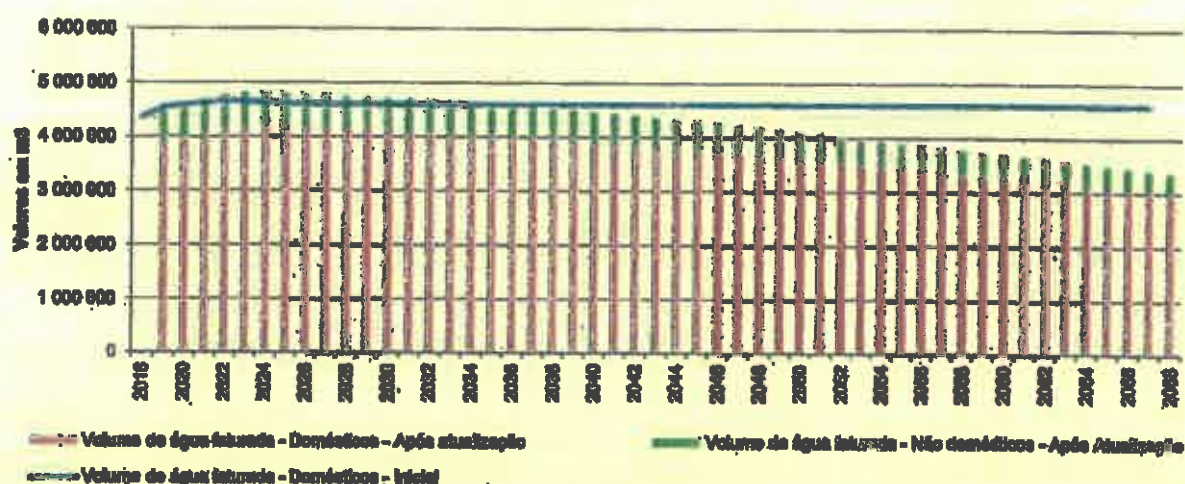


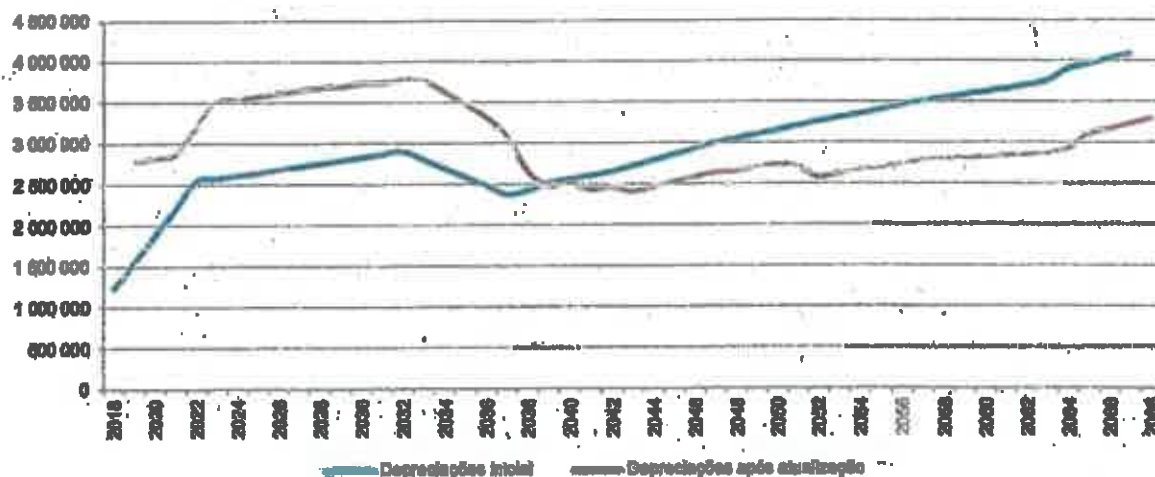
Gráfico 2 - Comparação do volume de água faturada (valores em m3)

correção dos valores da população.

Ao contrário do referido pela ERSAR, não se verifica aumento de capitacões nos anos seguintes. O aumento do consumo faturado ocorre por via do acréscimo da adesão expectável e pela redução das perdas aparentes.

#### 2.4.3 - Ativos fixos e plano de investimentos

A ERSAR entende que a atribuição de uma vida útil de 50 anos para os ativos transferidos pelos Municípios demasiado extensa. Tendo em conta este alerta procedemos a uma revisão da depreciação, considerando o período de utilidade esperada. Adicionalmente procedeu-se também à distinção entre construção civil e equipamento. Esta situação consubstanciou-se num acréscimo do valor das depreciações nos primeiros anos, por contrapartida dos últimos anos.



**Gráfico 3 - Evolução das depreciações (valores em euros)**

Ao longo dos últimos anos, excetuando-se em Vila Real, nos restantes municípios o investimento nos sistemas de abastecimento de água e saneamento de águas residuais foi praticamente nulo. Tal situação é comprovada pela evolução dos indicadores referentes ao acréscimo de novas redes (medido através do aumento do valor da acessibilidade física) e à reabilitação de redes. Acresce que neste período foram disponibilizados apoios comunitários para ambas as situações.

As atuais orientações do governo e do plano estratégico para o setor visam apoiar as agregações e limitar o acesso a financiamento comunitário às entidades que demonstrem ter sustentabilidade, bem como rácios de cobertura de gastos superiores à unidade. Nestas circunstâncias, o acesso à comparticipação comunitária fica vedada aos Municípios que façam a gestão dos sistemas individualmente.

Assim, perante a inexistência de investimento num período em que estiveram disponíveis apoios comunitários, não se encontram fundamentos que suportem a estimativa de qualquer investimento numa situação de ausência dos apoios referidos.

Na elaboração do cenário "as is" verificou-se um lapso no cálculo das depreciações que, conforme referido pela ERSAR, conduzia a uma inconsistência de pressupostos. Este erro foi corrigido.

### **3.4.4 – Tarifas, trajetória tarifária e proveitos**

#### ***Aumentos tarifários previstos***

Os tarifários atualmente em vigor na maioria dos Municípios estão desajustados da realidade atual, não cobrindo em alguns casos 50% dos gastos com a prestação de serviço. Esta é uma situação de déficit tarifário que impede a entidade gestora de gerar meios líquidos suficientes para assegurar o cumprimento das obrigações. Por outro lado, não permite o investimento na remodelação e reabilitação, colocando em causa a sustentabilidade infraestrutural dos sistemas. Além disso, de acordo com o princípio do valor económico da água inscrito na Lei da Água, o utilizador deve ser confrontado com os custos e benefícios que lhe são inerentes como forma de fomentar uma utilização eficiente.

O tarifário do AIN foi elaborado tendo em conta os princípios, a legislação em vigor e as recomendações do regulador. Trata-se portanto do valor mínimo, indispensável para assegurar a sustentabilidade da prestação do serviço. Por outro lado, não está prevista a remuneração dos acionistas, pelo que todos os resultados positivos reverterem para a tarifa. Acresce ainda que, conforme referido no parecer emitido pela ERSAR, é assegurada a acessibilidade económica ao serviço, sendo atribuída a classificação de qualidade mediana para alguns municípios e boa nos restantes.

Em face do exposto, a transição dos atuais tarifários para o tarifário da AIN será apenas a correção de uma situação anómala e o repor da legislação em vigor. Além disso, os tarifários da AIN incluem um conjunto de serviços que atualmente são faturados de forma específica, como sejam:

- Execução, manutenção e renovação de ramais com extensão até 20m;
- Fornecimento de água;
- Recolha e encaminhamento de águas residuais;
- Celebração ou alteração de contrato;
- Disponibilização e instalação de contador;
- Leituras periódicas do contador;
- Execução e conservação de cabos de ligação e sua reparação, salvo se por motivo imputável ao utilizador.

Conforme foi já referido anteriormente, procedeu-se à alteração do Anexo IV – Tarifários dos serviços e sua trajetória de evolução temporal clarificando a evolução do tarifário ao longo de um período de 15 anos, correspondendo ao solicitado pela ERSAR. Estranha-se que no âmbito da análise aos proveitos estimados a ERSAR reconheça que o tarifário é constante, não se prevendo incrementos reais para o período de análise e no presente ponto alerta para a omissão desta informação.

#### ***Estrutura tarifária***

O Anexo IV – Tarifários dos serviços e sua trajetória de evolução temporal foi atualizado de forma a acolher as recomendações do regulador.



Conforme explicitado os tarifários foram definidos de forma a cumprir as recomendações do regulador, como tal incluem os serviços constantes da Recomendação ERSAR 1/2009.

#### ***Accessibilidade económica***

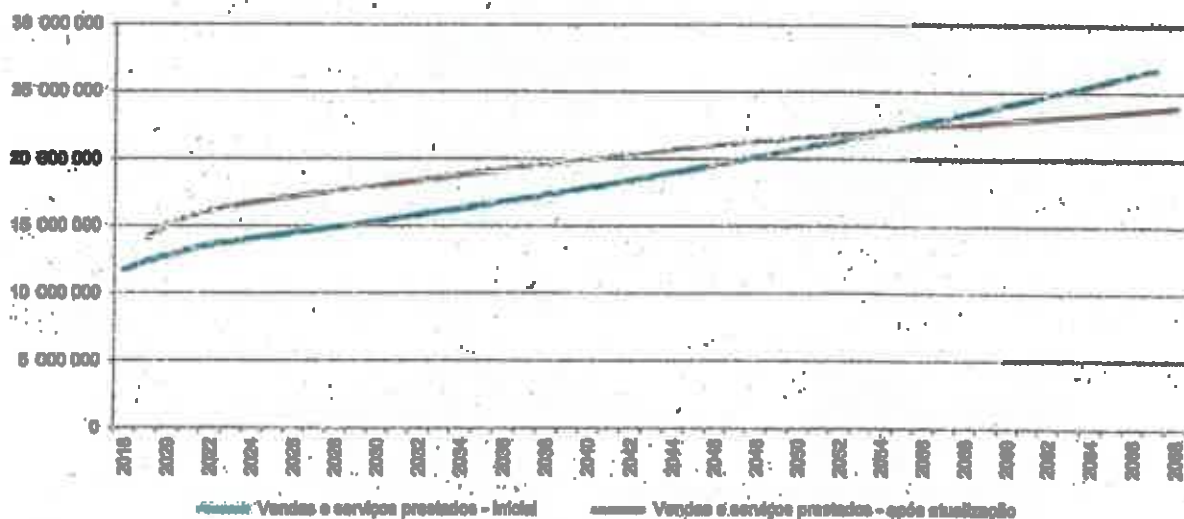
A AIN partilha das informações prestadas pelo no regulador no que respeita à acessibilidade económica ao serviço. Este parâmetro é uma preocupação que esteve presente no âmbito da definição da tabela de tarifas, refletindo-se por isso na classificação de "qualidade de serviço boa" e "qualidade de serviço mediana".

#### ***Provetos estimados***

No seguimento do alerta da ERSAR procedeu-se à inclusão dos utilizadores não domésticos. Inicialmente não considerados uma vez que o seu número tem uma expressão residual no âmbito do universo de clientes da empresa.

O número de clientes domésticos com contadores superiores a DN25 mm é praticamente inexistente, ainda assim, seguindo o recomendado pela ERSAR procedemos à atualização do EVEF incluindo distribuição das receitas da tarifa fixa pelos diversos diâmetros de contador.

Estas situações resultaram num acréscimo do valor dos provetos que compensou parte do decréscimo decorrente da atualização da população.



**Gráfico 4 - Evolução de valor das vendas e prestações de serviço (valores em euros)**



### **3.4.5 – Gastos unitários e cobertura de gastos**

Em conformidade com o recomendado pela ERSAR procedemos à atualização do processo de depreciação dos bens integrados na AIN, passando a considerar o período de utilidade esperada. Adicionalmente procedeu-se também à distinção entre construção civil e equipamento. Esta situação consubstanciou-se num acréscimo do valor das depreciações nos primeiros anos, por contrapartida do período restante.

As correções efetuadas ao nível dos ativos tangíveis, explicitadas no capítulo "ativos fixos e plano de investimentos" solucionaram também os apontamentos registados nos gastos referentes às depreciações.

Nem todo o volume de água não faturada respeita a perdas físicas de difícil localização. Existem componentes do Balanço Hídrico cuja gestão depende sobretudo das prioridades da entidade gestora. Na análise ao problema da água não faturada nos Municípios da agregação, recorreu-se à experiência da EMARVR que procedeu a uma recuperação de 16% em apenas 3 anos, sem investimentos de relevo. O plano de redução de perdas em utilização na EMARVR, realizado em cooperação com o LNEC, inclui um tratamento diferenciado de cada um das componentes que compõe o volume de água não faturada. Desde logo, os volumes de consumos autorizados e não faturados, habitualmente associados a fontanários cuja água corre sem qualquer controlo, pontos de água em cemitérios, campos de futebol, entre outros. De acordo com os dados publicados pela ERSAR, em 2017, os municípios que pertencem à agregação forneceram 394.896 m<sup>3</sup> de água que não faturam. Este valor corresponde a 8,46% do valor do consumo faturado e estará sobrestimado na medida em que alguns dos municípios não apresentaram valor.

Um parte importante do parque de contadores existente está fora do período de vida útil, pelo que o volume de perdas aparentes será também considerável e facilmente recuperável.

No âmbito do seu programa de redução de perdas, a EMARVR adquiriu algum equipamento de monitorização de caudais e localização de fugas, que agora ficará também à disposição para utilização nos restantes concelhos.

O POSEUR disponibilizou recentemente um "Aviso destinado a Investimentos nos Sistemas em Bacia com vista ao Controlo e Redução de Perdas nos Sistemas de Distribuição e Adução de Água". Na sequência da divulgação deste aviso, destinado unicamente a entidades agregadas, será apresentada uma candidatura que possibilitará que a redução do nível de perdas ocorra de forma ainda mais rápida.

O forte incremento no custo unitário da aquisição em alta, referido pela ERSAR na análise à evolução entre 2017 e 2018, deve-se a um aumento do volume de água não faturada. A ausência de investimento e de manutenção das redes de abastecimento tem conduzido a aumentos sistemáticos do volume de perdas, o que torna o custo unitário da água faturada cada vez maior.

A AIN iniciará a sua atividade com os trabalhadores que os Municípios informaram que atualmente se encontravam afetos aos serviços de abastecimento de água e saneamento de águas residuais. No âmbito do reporte deste indicador à ERSAR a

afetação de um trabalhador é feita através de uma percentagem, ou seja, apenas é considerada apenas a parte de tempo que efetivamente o trabalhador se dedica às atividades do setor. No âmbito da constituição da nova entidade, mesmo que o trabalhador desempenhe outras funções fora do âmbito dos serviços em análise, passará a pertencer à empresa, daí resultando o aumento referido. O ajustamento do número de trabalhadores até ao valor de eficiência será feito através por via da aposentação/reforma dos trabalhadores.

### **3.4.6 – Financiamento**

#### **3.4.6.1 – Estrutura de capital**

Quanto as questões suscitadas pela ERSAR neste ponto, que se resumem essencialmente as já referidas no ponto 3.1, remetemos para os esclarecimentos nessa sede efectuados.

Em especial, no que diz respeito à forma pela qual os activos, que não os que não competem para a realização do capital social, serão afectos à AIN ou aos seus serviços, sugerimos que se reforce que a figura de Acorde de Cedência Não Onerosa foi totalmente afastada tendo em conta as dificuldades detectadas (fundamentalmente em matéria fiscal, conforme resulta do Relatório elaborado pela Consultora Independente E&Y), sendo que no cenário alternativo, os activos passam todos a integrar a AIN, com excepção dos activos afectos às actividades de recolha e deposição de resíduos sólidos, e produção e tratamento de águas residuais "em alta" que são internalizados no Município de Vila Real.

Ora, quanto a estes últimos, tendo em conta que as referidas actividades passam a ser prestadas pelo Município de Vila Real, e não pela AIN, não haverá qualquer afectação à empresa Intermunicipal.

Importa frisar que o valor das infraestruturas a integrar foi alvo de uma avaliação feita por perito independente e validada por um Revisor Oficial de Contas, cumprindo-se o disposto no n.º 1 do art.º 28.º do Código das Sociedades Comerciais. No âmbito desta validação a inventariação das infraestruturas a integrar foi confrontada com os elementos reportados à ERSAR, constatando-se que as diferenças existentes se devem a questões de nomenclatura.

#### **3.4.6.2 – Nível de endividamento e razoabilidade do seu financiamento**

Os Municípios integrantes no Capital Social da AIN têm vindo a assumir os défices tarifários resultantes da gestão atual dos sistemas de abastecimento e saneamento de águas com recurso a verbas do orçamento municipal, pelo que não existe disponibilidade para uma maior comparticipação financeira que aquela que está prevista nos documentos de constituição.

A EMARVR contraiu recentemente um empréstimo para investimento em condições substancialmente melhores que aquelas que foram inscritas no EVEL.

De facto, as empresas do setor geram mensalmente elevados fluxos monetários, tornando-se atrativas para os bancos, em especial em regiões com uma diminuta atividade comercial, como é o caso da área abrangida pela atividade da AIN.

Tal como foi já referido a participação comunitária é fundamental para a viabilidade da empresa, cuja constituição apenas avançou devido à prévia obtenção de garantia de financiamento comunitário. Ao aviso de abertura referido no parecer da ERSAR, foi disponibilizado novo aviso destinado ao financiamento de investimentos na eficiência dos sistemas de abastecimento. Assim, com a aprovação das candidaturas em curso aos avisos referidos, o financiamento comunitário necessário aos investimentos previstos está praticamente todo assegurado.

#### **3.4.7 – Viabilidade económico-financeira do projeto**

Os dados reportados anualmente à ERSAR comprovam que a execução de Vila Real, nos restantes municípios a gestão dos sistemas de abastecimento de água e saneamento de águas residuais gera constantemente resultados negativos (cenário as is), pelo que nunca poderão apresentar um valor atualizado líquido positivo. Por sua vez com a AIN, os cash-flows serão positivos garantindo a viabilidade financeira da empresa.

No entender dos Municípios proponentes da agregação, resumir a male-vola desta iniciativa a sua viabilidade económica é demasiadamente redutor e não tem em consideração a verdadeira amplitude do projeto. Mais que um bom negócio, os Municípios procuram a melhoria do serviço prestado aos seus cidadãos, bem como a salvaguarda da sua sustentabilidade a longo prazo. Nesse sentido, o projeto da AIN contempla a manutenção de redes e a sua progressiva substituição ao longo dos anos, assegurando a continuidade do serviço. Conscientes que a gestão de um nível de perdas baixo contribuirá não só para a melhoria da eficiência da empresa, como também para a preservação de um recurso escasso está prevista a monitorização de diversos parâmetros de rede como sejam a pressão e o estado de conservação.

### **3.5 – Proposta de Estatutos da Empresa e Acordo Parassocial**

#### **3.5.1 – Prestações dos Acionistas**

No que se refere ao alcance da norma concretamente em causa, o número 2 da Cláusula Primeira, ele deverá claramente ser limitado pelos próprios limites inerentes à legislação aplicável em vigor.

#### **3.5.2 – Alienação de participações sociais**

Também no que se reporta à sugestão veiculada pela ERSAR de inclusão de normas relativas à eventual saída dos Municípios julgamos que tal não se afigura como necessário porquanto esta matéria é regulada pelo disposto no Código das Sociedades Comerciais.

### 3.5.3 – Competências da Assembleia Geral

O comentário tido pela ERSAR cremos que se encontra devidamente solucionado, conforme referido no ponto 3.1. *supra* porquanto a redacção da Cláusula 14.5 do Contrato de Gestão Delegada acomodou a sugestão veiculada no parecer da ERSAR, passado a ter a seguinte redacção: *"Compete à Empresa preparar anualmente, durante o terceiro trimestre, uma proposta de revisão do tarifário a vigorar a partir do início do exercício económico seguinte, cujo cálculo deverá ser ratificado aprovado pelos órgãos autárquicos dos Municípios com competência para o efeito, no prazo de 30 (trinta) dias úteis após a sua submissão, findo o qual se considera aceite"*.

### 3.5.4 – Comentários finais

Pela sua pertinência entendemos acolher todas as sugestões veiculadas pela ERSAR neste ponto, tendo convenientemente ajustado a redacção final do Acordo Parassocial.

## 4. Conclusões e recomendações

No seguimento do parecer da ERSAR procedeu-se à correção dos documentos de constituição, em conformidade com as recomendações do regulador.

A manutenção da situação atual consubstancia-se em elevados gastos com a prestação de um serviço, cujas deficiências estão refletidas na avaliação da qualidade de serviço anualmente elaborada pela ERSAR. Este volume de gastos tem sido, na generalidade dos municípios, superiores aos rendimentos. Ao longo dos três anos para os quais existem dados reais (2015-17) este desequilíbrio entre gastos e rendimentos foi de 16.773.400€, suportado pelos diversos orçamentos municipais. Perante esta circunstância, o investimento tem vindo a ser muito limitado e praticamente inexistente no que respeita a reabilitações de rede, agravando as condições que propiciam a ocorrência de roturas e dessa forma o volume de água não faturada. Por outro lado, a degradação das infraestruturas poderá colocar em causa a própria prestação do serviço, conforme indicam o número de falhas no abastecimento de água, a ocorrência de avarias em condutas, entre outros.

Acresce que a generalidade dos Municípios não monitoriza sequer o cumprimento dos parâmetros de descarga, com prejuízo do meio ambiente e da qualidade das águas.

A AIN é assim a solução para a resolução dos problemas apresentados, providenciando a melhoria do serviço prestado e garantindo a sua sustentabilidade económica e infraestrutural, salvaguardando a proteção do ambiente.

